



Diário Oficial

MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

Nº 1788

Recife - Segunda-feira, 29 de setembro de 2025

Eletrônico

PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA

AVISO PGJ Nº 22/2025

Recife, 26 de setembro de 2025

O Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça, Dr. JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Publicar, após desistências, as listas finais dos(as) Membros(as) habilitados(as) nos editais de exercício simultâneo constantes da Portaria PGJ n.º 2.985/2025, conforme anexo.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ Nº 3.234/2025

Recife, 26 de setembro de 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 129, § 2º, da constituição federal, c/c os artigos 2º e 3º, da resolução RES-PGJ nº 002/2008 e suas alterações;

CONSIDERANDO o pronunciamento firmado pela Corregedoria Geral do MPPE e decisão do Procurador-Geral de Justiça no SEI nº 19.20.2120.0014911/2025-87;

RESOLVE:

Autorizar o Dr. DIOGO GOMES VITAL, 3º Promotor de Justiça Cível de Vitória de Santo Antão de 2ª Entrância, em exercício pleno na comarca de sua titularidade, a residir no município de Bezerros - PE, com fulcro no artigo 129, § 2º, da constituição federal c/c os artigos 2º e 3º da resolução RES-PGJ nº 002/2008 e suas alterações, com a respectiva justificativa indicada.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ Nº 3.302/2025

Recife, 25 de setembro de 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 9º, inciso XIII, letra "h", da Lei Complementar Estadual n.º 12/94, de 27 de dezembro de 1994, de 27 de dezembro de 1994,

CONSIDERANDO os termos da Resolução 030/2008 - CNMP, PGJ/PRE, e a Resolução Conjunta nº 001/2011-PGJ/PRE;

CONSIDERANDO a necessidade e conveniência do serviço, face os exíguos e preclusivos prazos eleitorais;

RESOLVE:

Indicar a Dra. MARIANA LAMENHA GOMES DE BARROS, 3ª Promotora de Justiça de Igarassu, de 2ª Entrância, para officiar perante a Justiça Eleitoral de primeira instância, na 85ª Zona Eleitoral da Comarca de Igarassu, no período de 20/10/2025 a

29/10/2025 e de 30/10/2025 a 31/10/2025, em razão das férias e da compensação de plantão do Dr. José da Costa Soares.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Republicado por incorreção(*)

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ Nº 3.303/2025

Recife, 25 de setembro de 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais contidas no art. 9º, inciso XIII, alínea f, da Lei Complementar n.º 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a solicitação encaminhada pela Coordenação Administrativa da Promotoria de Justiça Criminal da Capital;

CONSIDERANDO a inexistência de ônus financeiro para o MPPE, nos termos do art. 4º, inc. I, da Instrução Normativa PGJ n.º 001/2019, com as alterações implementadas pela IN PGJ n.º 002/2019;

CONSIDERANDO a necessidade do serviço e o interesse público;

RESOLVE:

Designar a Dra. GEOVANA ANDRÉA CAJUEIRO BELFORT, 8ª Promotora de Justiça Criminal da Capital, para atuar na audiência judicial da 1ª Vara de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Capital, autuada para o dia 26/09/2025, perante o 61º Promotor de Justiça Criminal da Capital.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Republicado por incorreção(*)

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ Nº 3.304/2025

Recife, 26 de setembro de 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 9º, inciso XIII, alínea "f", da Lei Complementar n.º 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a elaboração da Escala de Plantão encaminhada, nos termos do § 1º do Art. 3º da Resolução RES-CPJ n.º 006/2017, de 03.05.2017,

RESOLVE:

I - Publicar a Escala de Plantão, de 2ª Instância, da Procuradoria Cível para o mês de OUTUBRO de 2025, conforme anexo desta portaria.

II - Lembrar, aos Procuradores de Justiça relacionados no anexo, a obrigatoriedade de apresentação do relatório relativo ao respectivo plantão, conforme dispostos nos Art. 24, 28 e 29 da Resolução CPJ nº 006/2017, conforme o caso.

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:

Renato da Silva Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:

Hélio José de Carvalho Xavier

SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS JURÍDICOS:

Norma Mendonça Galvão de Carvalho

CORREGEDORA-GERAL
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO
Charles Hamilton dos Santos Lima

SECRETÁRIA-GERAL:
Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE
Frederico José Santos de Oliveira
COORDENADORA DE GABINETE
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUVIDORA
Maria Lizandra Lira de Carvalho

CONSELHO SUPERIOR

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho
(Presidente)
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva
Aguinaldo Fenelon de Barros
Giani Maria do Monte Santos
Cristiane de Gusmão Medeiros
Marco Aurélio Farias da Silva
Liliane da Fonseca Lima Rocha
Charles Hamilton dos Santos Lima
Lucila Varejão Dias Martins

MP PE
Ministério Público de Pernambuco

Roberto Lyra - Edifício Sede
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio
CEP 50.010-240 - Recife / PE
E-mail: ascom@mppe.mp.br
Fone: 81 3182-7000

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ Nº 3.305/2025
Recife, 26 de setembro de 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 9º, inciso XIII, alínea “f”, da Lei Complementar nº 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a elaboração da Escala de Plantão encaminhada, nos termos do § 1 do Art. 3º da Resolução RES-CPJ n.º 006/2017, de 03.05.2017,

RESOLVE:

I - Publicar a Escala de Plantão, de 2ª instância, da Procuradoria Criminal para o mês de OUTUBRO de 2025, conforme anexo desta portaria.

II - Lembrar, aos Procuradores de Justiça, relacionados no anexo, a obrigatoriedade de apresentação do relatório relativo ao respectivo plantão, conforme dispostos nos Art. 24, 28 e 29 da Resolução CPJ nº 006/2017, conforme o caso.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ Nº 3.306/2025
Recife, 26 de setembro de 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 9º, inciso XIII, alínea “f”, da Lei Complementar nº 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução RES-CPJ n.º 006/2007, de 03.05.2017,

RESOLVE:

I - Publicar a Escala de Plantão dos Membros do Ministério Público, da 3ª Entrância da Capital, para o mês de OUTUBRO de 2025, conforme anexo desta portaria.

II - Lembrar, aos Promotores de Justiça, relacionados no anexo, a obrigatoriedade de apresentação do relatório relativo ao respectivo plantão, conforme dispostos nos Art. 24, 28 e 29 da Resolução CPJ nº 006/2017, conforme o caso.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ Nº 3.307/2025
Recife, 26 de setembro de 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 9º, inciso XIII, alínea “f”, da Lei Complementar nº 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO o envio da escala de plantão da infância e Juventude, nos termos da alínea b, Art. 11 da resolução CPJ nº 006/2017;

CONSIDERANDO a necessidade e conveniência do serviço,

RESOLVE:

I - Publicar a escala de plantão do Ministério Público na Justiça da Infância e Juventude, para o mês de OUTUBRO de 2025, a ser cumprida pelos Promotores abaixo, conforme anexo desta Portaria.

II - Lembrar, aos Promotores de Justiça relacionados no anexo, a obrigatoriedade de apresentação do relatório relativo ao respectivo plantão, conforme dispostos nos Art. 24, 28 e 29 da Resolução CPJ nº 006/2017, conforme o caso.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ Nº 3.308/2025
Recife, 26 de setembro de 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 9º, inciso XIII, alínea “f”, da Lei Complementar nº 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a elaboração da Escala de Plantão encaminhada, nos termos do art. 17º da Resolução RES-CPJ n.º 006/2017, de 03.05.2017.

RESOLVE:

I - Publicar as escalas de plantão dos Membros do Ministério Público – nas Circunscrições Ministeriais a serem cumpridas durante o mês de OUTUBRO de 2025, conforme anexo desta portaria.

II - Lembrar, aos Promotores de Justiça, relacionados no anexo, a obrigatoriedade de apresentação do relatório relativo ao respectivo plantão, conforme dispostos nos Art. 24, 28 e 29 da Resolução CPJ nº 006/2017, conforme o caso.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ Nº 3.309/2025
Recife, 26 de setembro de 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 9º, inciso XIII, alínea “f”, da Lei Complementar nº 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, nos termos do art. 127 da Constituição da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO a necessidade de cumprimento do Art. 19 da resolução CPJ nº 006/2017, no que se refere a atribuição da Procuradoria Geral de Justiça para publicidade por meio da imprensa oficial;

CONSIDERANDO, ainda, o envio das escalas pelos respectivos coordenadores nos termos do Art. 18 da referida Resolução;

RESOLVE:

I - Publicar as escalas de sobreaviso dos Membros do Ministério Público, nos termos da Resolução CPJ nº 006/2017 a serem cumpridas durante o mês de OUTUBRO de 2025, conforme anexo desta portaria.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ Nº 3.310/2025
Recife, 26 de setembro de 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 9º da Lei Complementar Estadual nº. 12, de 27 de dezembro de 1994, e suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a necessidade de implantar as audiências de

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:
Renato da Silva Filho
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:
Hélio José de Carvalho Xavier
SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS JURÍDICOS:
Norma Mendonça Galvão de Carvalho

CORREGEDORA-GERAL
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO
Charles Hamilton dos Santos Lima

SECRETÁRIA-GERAL:
Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE
Frederico José Santos de Oliveira
COORDENADORA DE GABINETE
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUVIDORA
Maria Lizandra Lira de Carvalho

CONSELHO SUPERIOR

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho
(Presidente)
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva
Aguinaldo Fenelon de Barros
Giani Maria do Monte Santos
Cristiane de Gusmão Medeiros
Marco Aurélio Farias da Silva
Liliane da FONSECA Lima Rocha
Charles Hamilton dos Santos Lima
Lucila Varejão Dias Martins

MP PE
Ministério Público de Pernambuco

Roberto Lyra - Edifício Sede
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio
CEP 50.010-240 - Recife / PE
E-mail: ascom@mppe.mp.br
Fone: 81 3182-7000

custódia previstas na Resolução nº 213 de 15/12/2015 do Conselho Nacional de Justiça, disciplinada no Estado de Pernambuco pelo Provimento nº 003/2016-CM, de 17 de junho de 2016;

CONSIDERANDO as disposições constantes da Recomendação nº 28, de 22 de setembro de 2015, do Conselho Nacional do Ministério Público, que dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público nas “audiências de custódia”;

CONSIDERANDO os termos do § 2º do art. 5º, da Resolução PGJ nº 006/2016;

CONSIDERANDO as escalas de rodízio, apresentadas pelos Coordenadores de Circunscrição Ministerial, em conformidade com o art. 10 da Resolução acima citada;

CONSIDERANDO, ainda, as Designações das portarias, após o julgamento dos Editais de Audiências de Custódia, publicadas no DOE do dia 30/04/2025;

RESOLVE:

Publicar as Escalas de Prontidão das Audiências de Custódia, a serem cumpridas durante o mês de OUTUBRO de 2025, nos Polos Regionais, conforme anexo desta portaria;

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ Nº 3.311/2025
Recife, 26 de setembro de 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições legais contidas no art. 9º, inciso V, da Lei Complementar n.º 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a elaboração da Escala de Plantão encaminhada, nos termos do art. 17 da Resolução RES CPJ n.º 006/2017, de 03/05/2017;

CONSIDERANDO a solicitação de alteração da escala de plantão, referente ao mês de setembro/2025, encaminhada pela Coordenação da 2ª Circunscrição Ministerial de Petrolina;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade e conveniência do serviço;

RESOLVE:

I - Modificar o teor da Portaria PGJ n.º 2.786/2025, de 27/08/2025, publicada no DOE de 28/08/2025, conforme anexo desta Portaria.

II - Lembrar ao Promotor de Justiça relacionado, no anexo, a obrigatoriedade de apresentação do relatório de plantão respectivo, conforme disposto nos arts. 24, 28 e 29 da Resolução CPJ n.º 006/2017;

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ Nº 3.312/2025
Recife, 26 de setembro de 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 9º, inciso XIII, letra “h”, da Lei Complementar Estadual n.º 12/94, de 27 de dezembro de 1994, de 27 de dezembro de 1994,

CONSIDERANDO os termos da Resolução 030/2008 - CNMP, PGJ/PRE, e a Resolução Conjunta nº 001/2011-PGJ/PRE;

CONSIDERANDO a necessidade e conveniência do serviço, face os exíguos e preclusivos prazos eleitorais;

RESOLVE:

Indicar o Dr. MÁRCIO FERNANDO MAGALHÃES FRANCA, Promotor de Justiça de Macaparana, de 1ª Entrância, para oficiar perante a Justiça Eleitoral de primeira instância, na 23ª Zona Eleitoral da Comarca de Nazaré da Mata, nos dias 26/09/2025 e 30/09/2025, em razão do afastamento do Dr. Maurício Schibuola de Carvalho.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ Nº 3.313/2025
Recife, 26 de setembro de 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 9º, inciso XIII, letra “h”, da Lei Complementar Estadual n.º 12/94, de 27 de dezembro de 1994, de 27 de dezembro de 1994,

CONSIDERANDO os termos da Resolução 030/2008 - CNMP, PGJ/PRE, e a Resolução Conjunta nº 001/2011-PGJ/PRE;

CONSIDERANDO a necessidade e conveniência do serviço, face os exíguos e preclusivos prazos eleitorais;

RESOLVE:

Indicar a Dra. ZÉLIA DINÁ NEVES DE SÁ, 3ª Promotora de Justiça de Defesa da Cidadania de Jaboatão dos Guararapes, de 2ª Entrância, para oficiar perante a Justiça Eleitoral de primeira instância, na 101ª Zona Eleitoral da Comarca de Jaboatão dos Guararapes, no período de 01/10/2025 a 20/10/2025, em razão das férias da Dra. Cláudia Ramos Magalhães.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ Nº 3.314/2025
Recife, 26 de setembro de 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 9º, inciso XIII, letra “h”, da Lei Complementar Estadual n.º 12/94, de 27 de dezembro de 1994, de 27 de dezembro de 1994,

CONSIDERANDO os termos da Resolução 030/2008 - CNMP, PGJ/PRE, e a Resolução Conjunta nº 001/2011-PGJ/PRE;

CONSIDERANDO a necessidade e conveniência do serviço, face os exíguos e preclusivos prazos eleitorais;

RESOLVE:

Indicar a Dra. MILENA DO VALE SOUTO MAIOR, Promotora de Justiça de Santa Maria do Cambucá, de 1ª Entrância, para oficiar perante a Justiça Eleitoral de primeira instância, na 46ª Zona Eleitoral da Comarca de Vertentes, no período de 01/10/2025 a 10/10/2025, em razão das férias do Dr. Jaime Adrião Cavalcanti Gomes da Silva.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO
Procurador-Geral de Justiça

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:
Renato da Silva Filho
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:
Hélio José de Carvalho Xavier
SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS JURÍDICOS:
Norma Mendonça Galvão de Carvalho

CORREGEDORA-GERAL
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

COORREGEDOR-GERAL SUBSTITUTO
Charles Hamilton dos Santos Lima

SECRETÁRIA-GERAL:
Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE
Frederico José Santos de Oliveira
COORDENADORA DE GABINETE
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUVIDORA
Maria Lizandra Lira de Carvalho

CONSELHO SUPERIOR

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho
(Presidente)
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva
Aguinaldo Fenelon de Barros
Giani Maria do Monte Santos
Cristiane de Gusmão Medeiros
Marco Aurélio Farias da Silva
Liliane da FONSECA Lima Rocha
Charles Hamilton dos Santos Lima
Lucila Varejão Dias Martins

MP PE
Ministério Público de Pernambuco

Roberto Lyra - Edifício Sede
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio
CEP 50.010-240 - Recife / PE
E-mail: ascom@mppe.mp.br
Fone: 81 3182-7000

PORTARIA PGJ Nº 3.315/2025
Recife, 26 de setembro de 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 9º, inciso XIII, letra “h”, da Lei Complementar Estadual n.º 12/94, de 27 de dezembro de 1994, de 27 de dezembro de 1994,

CONSIDERANDO os termos da Resolução 030/2008 - CNMP, PGJ/PRE, e a Resolução Conjunta nº 001/2011-PGJ/PRE;

CONSIDERANDO a necessidade e conveniência do serviço, face os exíguos e preclusivos prazos eleitorais;

RESOLVE:

Revogar, em todos os seus termos, a Portaria PGJ nº 3.206/2025, que indicou o Dr. RUSSEAU VIEIRA DE ARAÚJO, 2º Promotor de Justiça de Moreno, de 2ª Entrância, para oficiar perante a Justiça Eleitoral de primeira instância, na 21ª Zona Eleitoral da Comarca de Glória do Goitá, no período de 23/09/2025 a 30/09/2025.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ Nº 3.316/2025
Recife, 26 de setembro de 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 9º, inciso XIII, letra “h”, da Lei Complementar Estadual n.º 12/94, de 27 de dezembro de 1994, de 27 de dezembro de 1994,

CONSIDERANDO os termos da Resolução 030/2008 - CNMP, PGJ/PRE, e a Resolução Conjunta nº 001/2011-PGJ/PRE;

CONSIDERANDO a necessidade e conveniência do serviço, face os exíguos e preclusivos prazos eleitorais;

RESOLVE:

Indicar a Dra. KALINE MIRELLA DA SILVA GOMES, Promotor de Justiça de Triunfo, de 1ª Entrância, para oficiar perante a Justiça Eleitoral de primeira instância, na 67ª Zona Eleitoral da Comarca de Flores, no período de 13/10/2025 a 12/11/2025, em razão das férias da Dra. Marcela Regina Navarro Toledo.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ Nº 3.317/2025
Recife, 26 de setembro de 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA no uso de suas atribuições legais contidas no art. 9º, inciso XIII, alínea “f”, da Lei Complementar n.º 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO o disposto no art. 9º, § 7º, da Resolução CPJ n.º 004/2008;

CONSIDERANDO a indicação encaminhada pela Coordenação da Central de Inquéritos da Capital;

CONSIDERANDO a conveniência e a necessidade do serviço;

RESOLVE:

I – Designar a Dra. GLÁUCIA HULSE DE FARIAS, 41ª Promotora de Justiça Criminal da Capital, para o exercício da função de Coordenadora da Central de Inquéritos da Capital, nos períodos de 06/10/2025 a 10/10/2025 e de 13/10/2025 a 22/10/2025,

sem prejuízo das suas demais atribuições, em razão das férias da Dra. Rosângela Furtado Padela Alvarenga.

II – Atribuir-lhe, nos referidos períodos, a indenização pelo exercício de função de coordenação, prevista no inciso VI do artigo 61 da Lei Orgânica do Ministério Público de Pernambuco.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ Nº 3.318/2025
Recife, 26 de setembro de 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais contidas no art. 9º, inciso XIII, alínea “f”, da Lei Complementar n.º 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a indicação encaminhada pela Coordenação da Central de Inquéritos da Capital, em observância à sequência dos(as) habilitados(as) nos editais de exercício simultâneo para a Central de Inquéritos da Capital, publicados pela Portaria PGJ n.º 1.055/2025;

CONSIDERANDO a necessidade e a conveniência do serviço;

RESOLVE:

Designar o Dr. ADEMILTON DAS VIRGENS CARVALHO LEITÃO, 1º Promotor de Justiça Criminal de Paulista, para o exercício simultâneo no cargo de 27º Promotor de Justiça Criminal da Capital, no período de 01/10/2025 a 20/10/2025, em razão das férias da Dra. Allana Uchoa de Carvalho.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ Nº 3.319/2025
Recife, 26 de setembro de 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais contidas no art. 9º, inciso XIII, alínea “f”, da Lei Complementar n.º 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a indicação encaminhada pela Coordenação da Central de Inquéritos da Capital, em observância à sequência dos(as) habilitados(as) nos editais de exercício simultâneo para a Central de Inquéritos da Capital, publicados pela Portaria PGJ n.º 1.055/2025;

CONSIDERANDO a necessidade e a conveniência do serviço;

RESOLVE:

Designar a Dra. KALINE MIRELLA DA SILVA GOMES, Promotora de Justiça de Triunfo, para o exercício simultâneo no cargo de 28º Promotor de Justiça Criminal da Capital, nos períodos de 06/10/2025 a 10/10/2025 e de 13/10/2025 a 22/10/2025, em razão das férias da Dra. Rosângela Furtado Padela Alvarenga.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ Nº 3.320/2025
Recife, 26 de setembro de 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais contidas no art. 9º, inciso XIII, alínea f, da Lei Complementar n.º 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a indicação encaminhada pela Coordenação da Central de Inquéritos da Capital;

CONSIDERANDO o disposto no art. 1º, caput, da Instrução

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:
Renato da Silva Filho
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:
Hélio José de Carvalho Xavier
SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS JURÍDICOS:
Norma Mendonça Galvão de Carvalho

CORREGEDORA-GERAL
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO
Charles Hamilton dos Santos Lima

SECRETÁRIA-GERAL:
Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE
Frederico José Santos de Oliveira
COORDENADORA DE GABINETE
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUVIDORA
Maria Lizandra Lira de Carvalho

CONSELHO SUPERIOR

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho
(Presidente)
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva
Aguinaldo Fenelon de Barros
Giani Maria do Monte Santos
Cristiane de Gusmão Medeiros
Marco Aurélio Farias da Silva
Liliane da FONSECA Lima Rocha
Charles Hamilton dos Santos Lima
Lucila Varejão Dias Martins

MP PE
Ministério Público de Pernambuco

Roberto Lyra - Edifício Sede
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio
CEP 50.010-240 - Recife / PE
E-mail: ascom@mppe.mp.br
Fone: 81 3182-7000

Normativa PGJ n.º 002/2022, bem como a observância à tabela de substituição automática;

CONSIDERANDO a necessidade e a conveniência do serviço;

RESOLVE:

I - Designar o Dr. JOÃO ELIAS DA SILVA FILHO, 30º Promotor de Justiça Criminal da Capital, para o exercício simultâneo no cargo de 47º Promotor de Justiça Criminal da Capital, no período de 01/10/2025 a 10/10/2025, em razão das férias do Dr. Ivo Pereira de Lima.

II - Designar, ainda, o Dr. JOÃO ELIAS DA SILVA FILHO, 30º Promotor de Justiça Criminal da Capital, para o exercício simultâneo no cargo de 29º Promotor de Justiça Criminal da Capital, no período de 23/10/2025 a 31/10/2025, em razão das férias da Dra. Érica Lopes Cezar de Almeida.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ Nº 3.321/2025
Recife, 26 de setembro de 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais contidas no art. 9º, inciso XIII, alínea f, da Lei Complementar n.º 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a indicação encaminhada pela Coordenação da Central de Inquéritos da Capital;

CONSIDERANDO o disposto no art. 1º, caput, da Instrução Normativa PGJ n.º 002/2022, bem como a observância à tabela de substituição automática;

CONSIDERANDO a necessidade e a conveniência do serviço;

RESOLVE:

Designar a Dra. ÉRICA LOPES CEZAR DE ALMEIDA, 29ª Promotora de Justiça Criminal da Capital, para o exercício simultâneo no cargo de 30ª Promotor de Justiça Criminal da Capital, no período de 13/10/2025 a 21/10/2025, em razão das férias do Dr. João Elias da Silva Filho.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ Nº 3.322/2025
Recife, 26 de setembro de 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais contidas no art. 9º, inciso XIII, alínea f, da Lei Complementar n.º 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a indicação encaminhada pela Coordenação da Central de Inquéritos da Capital;

CONSIDERANDO o disposto no art. 1º, parágrafo único, da Instrução Normativa PGJ n.º 002/2022, bem como a impossibilidade de observância à tabela de substituição automática;

CONSIDERANDO a necessidade e a conveniência do serviço;

RESOLVE:

Designar a Dra. GLÁUCIA HULSE DE FARIAS, 41ª Promotora de Justiça Criminal da Capital, para o exercício simultâneo no cargo de 36ª Promotor de Justiça Criminal da Capital, no período de 21/10/2025 a 30/10/2025, em razão das férias do Dr. João Alves de Araújo.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ Nº 3.323/2025
Recife, 26 de setembro de 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais contidas no art. 9º, inciso XIII, alínea f, da Lei Complementar n.º 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a indicação encaminhada pela Coordenação da Central de Inquéritos da Capital;

CONSIDERANDO o disposto no art. 1º, caput, da Instrução Normativa PGJ n.º 002/2022, bem como a observância à tabela de substituição automática;

CONSIDERANDO a necessidade e a conveniência do serviço;

RESOLVE:

Designar o Dr. EDGAR BRAZ MENDES NUNES, 25º Promotor de Justiça Criminal da Capital, para o exercício simultâneo no cargo de 53º Promotor de Justiça Criminal da Capital, no período de 01/10/2025 a 20/10/2025, em razão das férias do Dr. Sérgio Roberto da Silva Pereira.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ Nº 3.324/2025
Recife, 26 de setembro de 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais contidas no art. 9º, inciso XIII, alínea f, da Lei Complementar n.º 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a indicação encaminhada pela Coordenação da Central de Inquéritos da Capital, em observância à lista de habilitados(as) no edital de exercício simultâneo n.º 08/2025, publicado pela Portaria PGJ n.º 1.055/2025, nos termos do art. 2º, parágrafo único, da IN-PGJ n.º 02/2022 com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO, por fim, o interesse público e a observância dos critérios estabelecidos no art. 69 da LOEMP e do disposto na Instrução Normativa acima referida;

RESOLVE:

Designar a Dra. MARIA DA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA MARTINS, 38ª Promotora de Justiça Criminal da Capital, para o exercício simultâneo na 5ª Atuação nos Feitos da Central de Inquéritos da Capital, com atuação em conjunto ou separadamente nas audiências de custódia da Capital, no período de 02/10/2025 a 31/10/2025, em razão das férias da Dra. Érica Lopes Cezar de Almeida e do Dr. Sérgio Roberto da Silva Pereira.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ Nº 3.325/2025
Recife, 26 de setembro de 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais contidas no art. 9º, inciso XIII, alínea "f", da Lei Complementar n.º 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a indicação encaminhada pela Coordenação da 10ª Circunscrição Ministerial, nos termos do Ofício n.º 062/2025;

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:
Renato da Silva Filho
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:
Hélio José de Carvalho Xavier
SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS JURÍDICOS:
Norma Mendonça Galvão de Carvalho

CORREGEDORA-GERAL
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

COORREGEDOR-GERAL SUBSTITUTO
Charles Hamilton dos Santos Lima

SECRETÁRIA-GERAL:
Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE
Frederico José Santos de Oliveira
COORDENADORA DE GABINETE
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUVIDORA
Maria Lizandra Lira de Carvalho

CONSELHO SUPERIOR

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho
(Presidente)
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva
Aguinaldo Fenelon de Barros
Giani Maria do Monte Santos
Cristiane de Gusmão Medeiros
Marco Aurélio Farias da Silva
Liliane da FONSECA Lima Rocha
Charles Hamilton dos Santos Lima
Lucila Varejão Dias Martins

MP PE
Ministério Público de Pernambuco

Roberto Lyra - Edifício Sede
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio
CEP 50.010-240 - Recife / PE
E-mail: ascom@mppe.mp.br
Fone: 81 3182-7000

CONSIDERANDO o disposto no art. 1º, caput, da Instrução Normativa PGJ n.º 002/2022, bem como a observância da tabela de substituição automática;

CONSIDERANDO a necessidade e a conveniência do serviço;

RESOLVE:

I - Designar o Dr. MÁRCIO FERNANDO MAGALHÃES FRANCA, Promotor de Justiça de Aliança em exercício, para o exercício simultâneo no cargo de Promotor de Justiça de Nazaré da Mata, nos dias 26/09/2025 e 30/09/2025, em razão da compensação de plantão e licença, respectivamente, do Dr. Maurício Schibuola de Carvalho.

II - Retroagir os efeitos da presente Portaria ao dia 26/09/2025.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ Nº 3.326/2025
Recife, 26 de setembro de 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais contidas no art. 9º, inciso XIII, alínea "f", da Lei Complementar n.º 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a indicação encaminhada pela Coordenação da 13ª Circunscrição Ministerial;

CONSIDERANDO o disposto no art. 1º, caput, da Instrução Normativa PGJ n.º 002/2022, bem como a observância à tabela de substituição automática;

CONSIDERANDO a necessidade e a conveniência do serviço;

RESOLVE:

Designar a Dra. MARIANA PESSOA DE MELO VILA NOVA, 3ª Promotora de Justiça Cível de Camaragibe, para o exercício simultâneo no cargo de 2º Promotor de Justiça Cível de Camaragibe, no período de 01/10/2025 a 20/10/2025, em razão das férias da Dra. Camila Spinelli Regis de Melo Avelino.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ Nº 3.327/2025
Recife, 26 de setembro de 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais contidas no art. 9º, inciso XIII, alínea "f", da Lei Complementar n.º 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a indicação encaminhada pela Coordenação da 13ª Circunscrição Ministerial;

CONSIDERANDO o disposto no art. 1º, caput, da Instrução Normativa PGJ n.º 002/2022, bem como a observância à tabela de substituição automática;

CONSIDERANDO a necessidade e a conveniência do serviço;

RESOLVE:

Designar o Dr. TIAGO MEIRA DE SOUZA, 3º Promotor de Justiça Criminal de Camaragibe, para o exercício simultâneo no cargo de 1º Promotor de Justiça Criminal de Camaragibe, no período de 13/10/2025 a 01/11/2025, em razão das férias do Dr. Leandro Guedes Matos.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ Nº 3.328/2025

Recife, 26 de setembro de 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais contidas no art. 9º, inciso XIII, alínea f, da Lei Complementar n.º 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a indicação encaminhada pela Coordenação da 13ª Circunscrição Ministerial;

CONSIDERANDO o disposto no art. 1º, caput, da Instrução Normativa PGJ n.º 02/2022, bem como a observância da tabela de substituição automática;

CONSIDERANDO a necessidade e a conveniência do serviço;

RESOLVE:

Designar o Dr. RAUL LINS BASTOS SALES, 1º Promotor de Justiça Criminal de São Lourenço da Mata, para o exercício simultâneo no cargo de 2º Promotor de Justiça Cível de São Lourenço da Mata, no período de 13/10/2025 a 22/10/2025, em razão das férias da Dra. Rejane Strieder Centelhas.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ Nº 3.329/2025

Recife, 26 de setembro de 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais contidas no art. 9º, inciso XIII, alínea "f", da Lei Complementar n.º 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a indicação encaminhada pela Coordenação da 13ª Circunscrição Ministerial;

CONSIDERANDO o disposto no art. 1º, caput, da Instrução Normativa PGJ n.º 002/2022, bem como a observância da tabela de substituição automática;

CONSIDERANDO a necessidade e a conveniência do serviço;

RESOLVE:

Designar a Dra. FERNANDA ARCOVERDE CAVALCANTI NOGUEIRA, 3ª Promotora de Justiça Cível de Jaboatão dos Guararapes, para o exercício simultâneo no cargo de 4º Promotor de Justiça Cível de Jaboatão dos Guararapes, no período de 01/10/2025 a 20/10/2025, em razão das férias da Dra. Cláudia Ramos Magalhães.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ Nº 3.330/2025

Recife, 26 de setembro de 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais contidas no art. 9º, inciso XIII, alínea "f", da Lei Complementar n.º 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a indicação encaminhada pela Coordenação da 13ª Circunscrição Ministerial;

CONSIDERANDO o disposto no art. 1º, caput, da Instrução Normativa PGJ n.º 002/2022, bem como a observância à tabela de substituição automática;

CONSIDERANDO a necessidade e a conveniência do serviço;

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:
Renato da Silva Filho
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:
Hélio José de Carvalho Xavier
SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS JURÍDICOS:
Norma Mendonça Galvão de Carvalho

CORREGEDORA-GERAL
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO
Charles Hamilton dos Santos Lima

SECRETÁRIA-GERAL:
Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE
Frederico José Santos de Oliveira
COORDENADORA DE GABINETE
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUVIDORA
Maria Lizandra Lira de Carvalho

CONSELHO SUPERIOR

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho
(Presidente)
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva
Aguinaldo Fenelon de Barros
Giani Maria do Monte Santos
Cristiane de Gusmão Medeiros
Marco Aurélio Farias da Silva
Liliane da FONSECA Lima Rocha
Charles Hamilton dos Santos Lima
Lucila Varejão Dias Martins

MP PE
Ministério Público de Pernambuco

Roberto Lyra - Edifício Sede
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio
CEP 50.010-240 - Recife / PE
E-mail: ascom@mppe.mp.br
Fone: 81 3182-7000

RESOLVE:

Designar a Dra. CLÁUDIA RAMOS MAGALHÃES, 4ª Promotora de Justiça Cível de Jaboatão dos Guararapes, para o exercício simultâneo no cargo de 1º Promotor de Justiça Cível de Jaboatão dos Guararapes, no período de 21/10/2025 a 30/10/2025, em razão das férias do Dr. Hugo Eugênio Ferreira Gouveia.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ Nº 3.331/2025
Recife, 26 de setembro de 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 9º, inciso XIII, alínea “f”, da Lei Complementar nº 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a indicação encaminhada pela Coordenação da 13ª Circunscrição Ministerial;

CONSIDERANDO o disposto no art. 1º, caput, da Instrução Normativa PGJ n.º 002/2022, bem como a observância da tabela de substituição automática;

CONSIDERANDO a necessidade e a conveniência do serviço;

RESOLVE:

Designar a Dra. DANIELLE RIBEIRO DANTAS DE CARVALHO CLEMENTINO, 1ª Promotora de Justiça Cível de São Lourenço da Mata, para o exercício simultâneo no cargo de 3º Promotor de Justiça Cível de São Lourenço da Mata, no período de 13/10/2025 a 22/10/2025, em razão das férias da Dra. Isabelle Barreto de Almeida.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ Nº 3.332/2025
Recife, 26 de setembro de 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais contidas no art. 9º, inciso XIII, alínea f, da Lei Complementar n.º 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a indicação encaminhada pela Coordenação da 13ª Circunscrição Ministerial;

CONSIDERANDO o disposto no art. 1º, parágrafo único, da Instrução Normativa PGJ n.º 002/2022, bem como a impossibilidade de observância à tabela de substituição automática;

CONSIDERANDO a necessidade e a conveniência do serviço;

RESOLVE:

I - Designar a Dra. ANA LUIZA PEREIRA DA SILVEIRA FIGUEIREDO, 4ª Promotora de Justiça de Defesa da Cidadania de Jaboatão dos Guararapes, para o exercício simultâneo no cargo de 5º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania de Jaboatão dos Guararapes, no período de 01/10/2025 a 10/10/2025, em razão das férias da Dra. Diliiani Mendes Ramos.

II - Designar, ainda, a Dra. ANA LUIZA PEREIRA DA SILVEIRA FIGUEIREDO, 4ª Promotora de Justiça de Defesa da Cidadania de Jaboatão dos Guararapes, para o exercício simultâneo no cargo de 2º Promotor de Justiça Cível de Jaboatão dos Guararapes, no período de 23/10/2025 a 30/10/2025, em razão das férias do Dr. Hugo Eugênio Ferreira Gouveia.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ Nº 3.333/2025
Recife, 26 de setembro de 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais contidas no art. 9º, inciso XIII, alínea f, da Lei Complementar n.º 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a indicação encaminhada pela Coordenação da 13ª Circunscrição Ministerial;

CONSIDERANDO o disposto no art. 1º, caput, da Instrução Normativa PGJ n.º 002/2022, bem como a observância à tabela de substituição automática;

CONSIDERANDO a necessidade e a conveniência do serviço;

RESOLVE:

Designar a Dra. TATHIANA BARROS GOMES, 7ª Promotora de Justiça de Defesa da Cidadania de Jaboatão dos Guararapes, para o exercício simultâneo no cargo de 5º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania de Jaboatão dos Guararapes, no período de 11/10/2025 a 30/10/2025, em razão das férias da Dra. Diliiani Mendes Ramos.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ Nº 3.334/2025
Recife, 26 de setembro de 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais contidas no art. 9º, inciso XIII, alínea f, da Lei Complementar n.º 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a indicação encaminhada pela Coordenação da 13ª Circunscrição Ministerial;

CONSIDERANDO o disposto no art. 1º, caput, da Instrução Normativa PGJ n.º 002/2022, bem como a observância à tabela de substituição automática;

CONSIDERANDO a necessidade e a conveniência do serviço;

RESOLVE:

Designar a Dra. ZÉLIA DINÁ NEVES DE SÁ, 3ª Promotora de Justiça de Defesa da Cidadania de Jaboatão dos Guararapes, para o exercício simultâneo no cargo de 4º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania de Jaboatão dos Guararapes, no período de 13/10/2025 a 22/10/2025, em razão das férias da Dra. Ana Luiza Pereira da Silveira Figueiredo.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ Nº 3.335/2025
Recife, 26 de setembro de 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais contidas no art. 9º, inciso XIII, alínea f, da Lei Complementar n.º 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a indicação encaminhada pela Coordenação da 13ª Circunscrição Ministerial;

CONSIDERANDO o disposto no art. 1º, caput, da Instrução Normativa PGJ n.º 002/2022, bem como a observância da tabela de substituição automática;

CONSIDERANDO a necessidade e a conveniência do serviço;

RESOLVE:

Designar a Dra. ERIKA SAMPAIO CARDOSO KRAYCHETE, 7ª Promotora de Justiça Criminal de Jaboatão dos Guararapes, para o exercício simultâneo no cargo de 8º Promotor de Justiça Criminal de Jaboatão dos Guararapes, no período de 13/10/2025 a 22/10/2025, em razão das férias do Dr. Daniel Gustavo Meneguz Moreno.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ Nº 3.336/2025
Recife, 26 de setembro de 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais contidas no art. 9º, inciso XIII, alínea "f", da Lei Complementar n.º 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a indicação encaminhada pela Coordenação da 13ª Circunscrição Ministerial;

CONSIDERANDO o disposto no art. 1º, caput, da Instrução Normativa PGJ n.º 002/2022, bem como a observância à tabela de substituição automática;

CONSIDERANDO a necessidade e a conveniência do serviço;

RESOLVE:

Designar a Dra. IZABELA MARIA LEITE MOURA DE MIRANDA, 13ª Promotora de Justiça Criminal de Jaboatão dos Guararapes, para o exercício simultâneo no cargo de 12º Promotor de Justiça Criminal de Jaboatão dos Guararapes, no período de 01/10/2025 a 10/10/2025, em razão das férias do Dr. Gustavo Henrique Holanda Dias Kershaw.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ Nº 3.337/2025
Recife, 26 de setembro de 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais contidas no art. 9º, inciso XIII, alínea "f", da Lei Complementar n.º 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a indicação encaminhada pela Coordenação da 13ª Circunscrição Ministerial;

CONSIDERANDO o disposto no art. 1º, caput, da Instrução Normativa PGJ n.º 002/2022, bem como a observância à tabela de substituição automática;

CONSIDERANDO a necessidade e a conveniência do serviço;

RESOLVE:

Designar o Dr. GUSTAVO HENRIQUE HOLANDA DIAS KERSHAW, 12º Promotor de Justiça Criminal de Jaboatão dos Guararapes, para o exercício simultâneo no cargo de 13º Promotor de Justiça Criminal de Jaboatão dos Guararapes, no período de 21/10/2025 a 30/10/2025, em razão das férias da Dra. Izabela Maria Leite Moura de Miranda.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ Nº 3.338/2025
Recife, 26 de setembro de 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais contidas no art. 9º, inciso XIII, alínea "f", da Lei Complementar n.º 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a indicação encaminhada pela Coordenação da 13ª Circunscrição Ministerial;

CONSIDERANDO o disposto no art. 1º, caput, da Instrução Normativa PGJ n.º 002/2022, bem como a observância da tabela de substituição automática;

CONSIDERANDO a necessidade e a conveniência do serviço;

RESOLVE:

Designar a Dra. FABIANA VIRGÍNIO PATRIOTA TAVARES, 11ª Promotora de Justiça Criminal de Jaboatão dos Guararapes, para o exercício simultâneo no cargo de 5º Promotor de Justiça Criminal de Jaboatão dos Guararapes, no período de 01/10/2025 a 30/10/2025, em razão das férias do Dr. Daniel Cezar de Lima Vieira.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ Nº 3.339/2025
Recife, 26 de setembro de 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais contidas no art. 9º, inciso XIII, alínea "f", da Lei Complementar n.º 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a indicação encaminhada pela Coordenação da 13ª Circunscrição Ministerial;

CONSIDERANDO o disposto no art. 2º, caput, da Instrução Normativa PGJ n.º 02/2022, bem como a observância à tabela de substituição automática;

CONSIDERANDO a necessidade e a conveniência do serviço;

RESOLVE:

I - Designar o Dr. DIEGO ALBUQUERQUE TAVARES, 4º Promotor de Justiça Criminal de Jaboatão dos Guararapes, para o exercício simultâneo no cargo de 2º Promotor de Justiça Criminal de Jaboatão dos Guararapes, com atuação em conjunto ou separadamente.

II - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 01/10/2025 e terá prazo máximo até 30/04/2026, observada a disciplina do art. 7º, §1º, da IN-PGJ n.º 02/2022.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ Nº 3.340/2025
Recife, 26 de setembro de 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais contidas no art. 9º, inciso XIII, alínea f, da Lei Complementar n.º 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a indicação encaminhada pela Coordenação da 13ª Circunscrição Ministerial;

CONSIDERANDO o disposto no art. 2º, caput, da Instrução Normativa PGJ n.º 002/2022, bem como a observância da tabela de substituição automática;

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:
Renato da Silva Filho
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:
Hélio José de Carvalho Xavier
SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS JURÍDICOS:
Norma Mendonça Galvão de Carvalho

CORREGEDORA-GERAL
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO
Charles Hamilton dos Santos Lima

SECRETÁRIA-GERAL:
Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE
Frederico José Santos de Oliveira
COORDENADORA DE GABINETE
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUVIDORA
Maria Lizandra Lira de Carvalho

CONSELHO SUPERIOR

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho
(Presidente)
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva
Aguinaldo Fenelon de Barros
Giani Maria do Monte Santos
Cristiane de Gusmão Medeiros
Marco Aurélio Farias da Silva
Liliane da Fonseca Lima Rocha
Charles Hamilton dos Santos Lima
Lucila Varejão Dias Martins

MP PE
Ministério Público de Pernambuco

Roberto Lyra - Edifício Sede
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio
CEP 50.010-240 - Recife / PE
E-mail: ascom@mppe.mp.br
Fone: 81 3182-7000

CONSIDERANDO a necessidade e a conveniência do serviço;

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO
Procurador-Geral de Justiça

RESOLVE:

I - Designar o Dr. JOSÉ FRANCISCO BASÍLIO DE SOUZA DOS SANTOS, 6º Promotor de Justiça Criminal de Jaboatão dos Guararapes, para o exercício simultâneo no cargo de 9º Promotor de Justiça Criminal de Jaboatão dos Guararapes, com atuação em conjunto ou separadamente.

II - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 01/10/2025 e terá prazo máximo até 30/04/2026, observada a disciplina do art. 7º, §1º, da IN-PGJ n.º 02/2022.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ Nº 3.341/2025
Recife, 26 de setembro de 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais contidas no art. 9º, inciso XIII, alínea "f", da Lei Complementar n.º 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a indicação encaminhada pela Coordenação da 13ª Circunscrição Ministerial;

CONSIDERANDO o disposto no art. 1º, parágrafo único, da Instrução Normativa PGJ n.º 002/2022, bem como a impossibilidade de observância à tabela de substituição automática;

CONSIDERANDO a necessidade e a conveniência do serviço;

RESOLVE:

Designar a Dra. FABIANA DE SOUZA SILVA ALBUQUERQUE, 1ª Promotora de Justiça Criminal de Jaboatão dos Guararapes, para o exercício simultâneo no cargo de 9º Promotor de Justiça Criminal de Jaboatão dos Guararapes, no período de 13/10/2025 a 01/11/2025, com atuação em conjunto ou separadamente, em razão das férias do Dr. Leandro Guedes Matos.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ Nº 3.342/2025
Recife, 26 de setembro de 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais contidas no art. 9º, inciso XIII, alínea f, da Lei Complementar n.º 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a indicação encaminhada pela Coordenação da 14ª Circunscrição Ministerial;

CONSIDERANDO o disposto no art. 1º, caput, da Instrução Normativa PGJ n.º 002/2022, bem como a observância da tabela de substituição automática;

CONSIDERANDO a necessidade e a conveniência do serviço;

RESOLVE:

Designar o Dr. CARLÊNIO MÁRIO LIMA BRANDÃO, 4º Promotor de Justiça de Serra Talhada, para o exercício simultâneo no cargo de 2º Promotor de Justiça de Serra Talhada, no período de 01/10/2025 a 30/10/2025, em razão das férias do Dr. Vandeci Sousa Leite.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

PORTARIA PGJ Nº 3.343/2025

Recife, 26 de setembro de 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais contidas no art. 9º, inciso XIII, alínea f, da Lei Complementar n.º 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO que a atribuição ministerial para a intervenção nas audiências de custódia é essencialmente de natureza criminal, sendo regulamentada no âmbito do MPPE pela Resolução PGJ n.º 006/2016;

CONSIDERANDO a indicação encaminhada pela Coordenação da 14ª Circunscrição Ministerial, ante a impossibilidade de observância à lista dos(as) habilitados(as) no edital de exercício simultâneo n.º 73/2025, publicado pela Portaria PGJ n.º 1.055/2025;

CONSIDERANDO, por fim, o interesse público e a observância dos critérios estabelecidos no art. 69 da LOEMP;

RESOLVE:

Designar o Dr. CARLÊNIO MÁRIO LIMA BRANDÃO, 4º Promotor de Justiça de Serra Talhada, para o exercício simultâneo nas audiências de custódia do Polo 13, com sede em Serra Talhada, com atuação em conjunto ou separadamente, no período de 01/10/2025 a 30/10/2025, em razão das férias do Dr. Vandeci Sousa Leite.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ Nº 3.344/2025

Recife, 26 de setembro de 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais contidas nos artigos 9º, inciso XIII, alínea f, e 69 da Lei Complementar n.º 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a indicação encaminhada pela Coordenação da 14ª Circunscrição Ministerial;

CONSIDERANDO o disposto no art. 1º, caput, da Instrução Normativa PGJ n.º 002/2022, bem como a observância à tabela de substituição automática;

CONSIDERANDO a necessidade e a conveniência do serviço;

RESOLVE:

Designar a Dra. KALINE MIRELLA DA SILVA GOMES, Promotora de Justiça de Triunfo, para o exercício simultâneo no cargo de Promotor de Justiça de Flores, nos períodos de 13/10/2025 a 01/11/2025 e de 03/11/2025 a 12/11/2025, em razão das férias da Dra. Marcela Regina Navarro Toledo.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ Nº 3.345/2025

Recife, 26 de setembro de 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais contidas nos artigos 9º, inciso XIII, alínea f, e 69 da Lei Complementar n.º 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a indicação encaminhada pela Coordenação da 14ª Circunscrição Ministerial;

CONSIDERANDO o disposto no art. 1º, parágrafo único, da

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:

Renato da Silva Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:

Hélio José de Carvalho Xavier

SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS JURÍDICOS:

Norma Mendonça Galvão de Carvalho

CORREGEDORA-GERAL
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO
Charles Hamilton dos Santos Lima

SECRETÁRIA-GERAL:
Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE
Frederico José Santos de Oliveira
COORDENADORA DE GABINETE
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUVIDORA
Maria Lizandra Lira de Carvalho

CONSELHO SUPERIOR

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho
(Presidente)
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva
Aguinaldo Fenelon de Barros
Giani Maria do Monte Santos
Cristiane de Gusmão Medeiros
Marco Aurélio Farias da Silva
Liliane da FONSECA Lima Rocha
Charles Hamilton dos Santos Lima
Lucila Varejão Dias Martins

MP PE
Ministério Público de Pernambuco

Roberto Lyra - Edifício Sede
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio
CEP 50.010-240 - Recife / PE
E-mail: ascom@mppe.mp.br
Fone: 81 3182-7000

Instrução Normativa PGJ n.º 002/2022, bem como a impossibilidade de observância à tabela de substituição automática;

CONSIDERANDO a necessidade e a conveniência do serviço;

RESOLVE:

Designar o Dr. IGOR COUTO VIEIRA, Promotor de Justiça de Mirandiba, para o exercício simultâneo no cargo de Promotor de Justiça de Belém de São Francisco durante o período de 01/10/2025 a 31/10/2025.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ Nº 3.346/2025
Recife, 26 de setembro de 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais contidas no art. 9º, inciso XIII, alínea f, da Lei Complementar n.º 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO que a atribuição ministerial para a intervenção nas audiências de custódia é essencialmente de natureza criminal, sendo regulamentada no âmbito do MPPE pela Resolução PGJ n.º 006/2016;

CONSIDERANDO a indicação encaminhada pela Coordenação da 14ª Circunscrição Ministerial, ante a impossibilidade de observância à lista dos(as) habilitados(as) no edital de exercício simultâneo n.º 74/2025, publicado pela Portaria PGJ n.º 1.055/2025;

CONSIDERANDO, por fim, o interesse público e a observância dos critérios estabelecidos no art. 69 da LOEMP;

RESOLVE:

Designar o Dr. RENATO LIBÓRIO DE LIMA SILVA, Promotor de Justiça de Jupi em exercício, para o exercício simultâneo nas audiências de custódia do Polo 14, com sede em Floresta, com atuação em conjunto ou separadamente, no período de 13/10/2025 a 01/11/2025, em razão das férias do Dr. Paulo Fernandes Medeiros Júnior.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ Nº 3.347/2025
Recife, 26 de setembro de 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais contidas no art. 9º, inciso XIII, alínea "f", da Lei Complementar n.º 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a criação do Núcleo de Apoio ao Tribunal do Júri – NAJ, por meio da Resolução PGJ n.º 19/2023, publicada no Diário Oficial de 09/10/2023, com o objetivo de assegurar a presença Ministerial perante as sessões plenárias do Tribunal do Júri;

CONSIDERANDO os termos deliberados nos autos do processo SEI n.º 19.20.1758.0017071/2025-62;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade do serviço e o interesse público;

RESOLVE:

Designar o Dr. ANTÔNIO ROLEMBERG FEITOSA JÚNIOR, 1º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania de Caruaru e Membro integrante do NAJ, para atuar na sessão do Tribunal do

Júri de Caruaru, pautada para o dia 30/09/2025 (processo NPU n.º 0013465-91.2022.8.17.2480), perante o 5º Promotor de Justiça Criminal de Caruaru.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ Nº 3.348/2025
Recife, 26 de setembro de 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais contidas no art. 9º, inciso XIII, alínea f, da Lei Complementar n.º 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a impossibilidade de aplicação da tabela de substituição automática para designação em exercício simultâneo por mais de 30 dias, conforme informado pela Coordenação Administrativa da Promotoria de Justiça Criminal da Capital;

CONSIDERANDO o resultado final da lista de habilitados(as) no edital de exercício simultâneo n.º 107/2025, publicado pela Portaria PGJ n.º 2.985/2025, nos termos do art. 2º, parágrafo único, da IN-PGJ n.º 02/2022 com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO, por fim, o interesse público e a observância dos critérios estabelecidos no art. 69 da LOEMP e do disposto na Instrução Normativa acima referida;

RESOLVE:

I – Designar o Dr. RUSSEAU VIEIRA DE ARAÚJO, 2º Promotor de Justiça de Moreno, para o exercício simultâneo no cargo de 57º Promotor de Justiça Criminal da Capital, com atuação em conjunto ou separadamente, em razão do afastamento do Titular, Dr. André Silvani da Silva Carneiro.

II – Esta Portaria entrará em vigor a partir de 01/10/2025 e terá prazo máximo até 30/04/2026, observada a disciplina do art. 7º, §1º, da IN-PGJ n.º 02/2022.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ Nº 3.349/2025
Recife, 26 de setembro de 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais contidas no art. 9º, inciso XIII, alínea f, da Lei Complementar n.º 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a impossibilidade de aplicação da tabela de substituição automática para designação em exercício simultâneo por mais de 30 dias, conforme informado pela Coordenação da 13ª Circunscrição Ministerial;

CONSIDERANDO o resultado final da lista de habilitados(as) no edital de exercício simultâneo n.º 111/2025, publicado pela Portaria PGJ n.º 2.985/2025, nos termos do art. 2º, parágrafo único, da IN-PGJ n.º 02/2022 com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO, por fim, o interesse público e a observância dos critérios estabelecidos no art. 69 da LOEMP e do disposto na Instrução Normativa acima referida;

RESOLVE:

I – Designar o Dr. EMMANUEL CAVALCANTI PACHECO, 10º Promotor de Justiça Criminal de Jaboatão dos Guararapes, para o exercício simultâneo no cargo de 2º Promotor de Justiça Criminal de Jaboatão dos Guararapes, com atuação em conjunto ou separadamente.

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:
Renato da Silva Filho
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:
Hélio José de Carvalho Xavier
SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS JURÍDICOS:
Norma Mendonça Galvão de Carvalho

CORREGEDORA-GERAL
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO
Charles Hamilton dos Santos Lima

SECRETÁRIA-GERAL:
Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE
Frederico José Santos de Oliveira
COORDENADORA DE GABINETE
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUVIDORA
Maria Lizandra Lira de Carvalho

CONSELHO SUPERIOR

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho
(Presidente)
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva
Aguinaldo Fenelon de Barros
Giani Maria do Monte Santos
Cristiane de Gusmão Medeiros
Marco Aurélio Farias da Silva
Liliane da Fonseca Lima Rocha
Charles Hamilton dos Santos Lima
Lucila Varejão Dias Martins

MP PE
Ministério Público de Pernambuco

Roberto Lyra - Edifício Sede
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio
CEP 50.010-240 - Recife / PE
E-mail: ascom@mppe.mp.br
Fone: 81 3182-7000

II – Esta Portaria entrará em vigor a partir de 01/10/2025 e terá prazo máximo até 30/04/2026, observada a disciplina do art. 7º, §1º, da IN-PGJ n.º 02/2022.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO
Procurador-Geral de Justiça

DESPACHOS PGJ/CG Nº 218/2025

Recife, 26 de setembro de 2025

O EXCELENTÍSSIMO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA, DR. JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO, exarou os seguintes despachos:

Número protocolo: 514060/2025
Documento de Origem: Eletrônico
Assunto: Comunicações
Data do Despacho: 25/09/2025
Nome do Requerente: ANTÔNIO AUGUSTO DE ARROXELAS MACEDO FILHO
Despacho: À CMGP para anotar e arquivar.

Número protocolo: 514067/2025
Documento de Origem: Eletrônico
Assunto: Comunicações
Data do Despacho: 25/09/2025
Nome do Requerente: NELMA RAMOS MACIEL QUAIOTTI
Despacho: À CMGP para anotar e arquivar.

Número protocolo: 513890/2025
Documento de Origem: Eletrônico
Assunto: Compensação por Atuação no NAJ - Conversão em Pecúnia
Data do Despacho: 25/09/2025
Nome do Requerente: MICHEL DE ALMEIDA CAMPÊLO
Despacho: 1. Defiro o pedido de 01 (um) dia de conversão de plantão em pecúnia indenizatória, nos termos do art. 6º, § 1º, da Resolução PGJ nº 19/2023, referente à atuação no Plenário do Tribunal do Júri, no dia 19/09/2025, em razão de designação pelo Procurador Geral de Justiça como integrante do Núcleo de Apoio ao Tribunal do Júri – NAJ. 2. Encaminhe-se à CMGP para registro e controle do dia de plantão.

Número protocolo: 513914/2025
Documento de Origem: Eletrônico
Assunto: Compensação de Plantão – Conversão em Pecúnia
Data do Despacho: 25/09/2025
Nome do Requerente: FABIO DE SOUSA CASTRO
Despacho: 1. Defiro o pedido de 01 (um) dia de conversão de plantão em pecúnia indenizatória, referente ao plantão realizado em 20/09/2025, nos termos do que dispõe o art. 1º, §§ 3º e 4º da Resolução PGJ nº 01/2023 alterada pela RES-PGJ nº 18/2024. 2. Encaminhe-se à CMGP para registro e controle do dia de plantão.

Número protocolo: 513933/2025
Documento de Origem: Eletrônico
Assunto: Compensação de Plantão – Conversão em Pecúnia
Data do Despacho: 25/09/2025
Nome do Requerente: JÉSSICA MARIA XAVIER DE SÁ BERTOLDO
Despacho: 1. Defiro o pedido de 02 (dois) dias de conversão de plantão em pecúnia indenizatória, referente aos plantões realizados em 20 e 21/09/2025, nos termos do que dispõe o art. 1º, §§ 3º e 4º da Resolução PGJ nº 01/2023 alterada pela RES-PGJ nº 18/2024. 2. Encaminhe-se à CMGP para registro e controle dos dias de plantão.

Número protocolo: 513936/2025
Documento de Origem: Eletrônico
Assunto: Compensação de Plantão – Conversão em Pecúnia
Data do Despacho: 25/09/2025
Nome do Requerente: JOÃO PAULO CARVALHO DOS SANTOS
Despacho: 1. Defiro o pedido de 01 (um) dia de conversão de

plantão em pecúnia indenizatória, referente ao plantão realizado em 21/09/2025, nos termos do que dispõe o art. 1º, §§ 3º e 4º da Resolução PGJ nº 01/2023 alterada pela RES-PGJ nº 18/2024. 2. Encaminhe-se à CMGP para registro e controle do dia de plantão.

Número protocolo: 513958/2025
Documento de Origem: Eletrônico
Assunto: Compensação de Plantão – Conversão em Pecúnia
Data do Despacho: 25/09/2025
Nome do Requerente: EDUARDO HENRIQUE GIL MESSIAS DE MELO
Despacho: 1. Defiro o pedido de 01 (um) dia de conversão de plantão em pecúnia indenizatória, referente ao plantão realizado em 20/09/2025, nos termos do que dispõe o art. 1º, §§ 3º e 4º da Resolução PGJ nº 01/2023 alterada pela RES-PGJ nº 18/2024. 2. Encaminhe-se à CMGP para registro e controle do dia de plantão.

Número protocolo: 513959/2025
Documento de Origem: Eletrônico
Assunto: Compensação de Plantão – Conversão em Pecúnia
Data do Despacho: 25/09/2025
Nome do Requerente: SÔNIA MARA ROCHA CARNEIRO
Despacho: 1. Defiro o pedido de 01 (um) dia de conversão de plantão em pecúnia indenizatória, referente ao plantão realizado em 20/09/2025, nos termos do que dispõe o art. 1º, §§ 3º e 4º da Resolução PGJ nº 01/2023 alterada pela RES-PGJ nº 18/2024. 2. Encaminhe-se à CMGP para registro e controle do dia de plantão.

Número protocolo: 513960/2025
Documento de Origem: Eletrônico
Assunto: Compensação de Plantão – Conversão em Pecúnia
Data do Despacho: 25/09/2025
Nome do Requerente: ADNA LEONOR DEO VASCONCELOS
Despacho: 1. Defiro o pedido de 01 (um) dia de conversão de plantão em pecúnia indenizatória, referente ao plantão realizado em 13/09/2025, nos termos do que dispõe o art. 1º, §§ 3º e 4º da Resolução PGJ nº 01/2023 alterada pela RES-PGJ nº 18/2024. 2. Encaminhe-se à CMGP para registro e controle do dia de plantão.

Número protocolo: 513963/2025
Documento de Origem: Eletrônico
Assunto: Compensação por Atuação no NAJ - Conversão em Pecúnia
Data do Despacho: 25/09/2025
Nome do Requerente: WITALO RODRIGO DE LEMOS VASCONCELOS
Despacho: 1. Defiro o pedido de 01 (um) dia de conversão de plantão em pecúnia indenizatória, nos termos do art. 6º, § 1º, da Resolução PGJ nº 19/2023, referente à atuação no Plenário do Tribunal do Júri, no dia 24/09/2025, em razão de designação pelo Procurador Geral de Justiça como integrante do Núcleo de Apoio ao Tribunal do Júri – NAJ. 2. Encaminhe-se à CMGP para registro e controle do dia de plantão.

Número protocolo: 513982/2025
Documento de Origem: Eletrônico
Assunto: Compensação de Plantão – Conversão em Pecúnia
Data do Despacho: 25/09/2025
Nome do Requerente: EDSON DE MIRANDA CUNHA FILHO
Despacho: 1. Defiro o pedido de 01 (um) dia de conversão de plantão em pecúnia indenizatória, referente ao plantão realizado em 23/09/2025, nos termos do que dispõe o art. 1º, §§ 3º e 4º da Resolução PGJ nº 01/2023 alterada pela RES-PGJ nº 18/2024. 2. Encaminhe-se à CMGP para registro e controle do dia de plantão.

Número protocolo: 514000/2025
Documento de Origem: Eletrônico
Assunto: Comunicações

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:
Renato da Silva Filho
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:
Hélio José de Carvalho Xavier
SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS JURÍDICOS:
Norma Mendonça Galvão de Carvalho

CORREGEDORA-GERAL
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

COORREGEDOR-GERAL SUBSTITUTO
Charles Hamilton dos Santos Lima

SECRETÁRIA-GERAL:
Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE
Frederico José Santos de Oliveira
COORDENADORA DE GABINETE
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUVIDORA
Maria Lizandra Lira de Carvalho

CONSELHO SUPERIOR

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho
(Presidente)
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva
Aguinaldo Fenelon de Barros
Giani Maria do Monte Santos
Cristiane de Gusmão Medeiros
Marco Aurélio Farias da Silva
Liliane da Fonseca Lima Rocha
Charles Hamilton dos Santos Lima
Lucila Varejão Dias Martins

MP PE
Ministério Público de Pernambuco

Roberto Lyra - Edifício Sede
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio
CEP 50.010-240 - Recife / PE
E-mail: ascom@mppe.mp.br
Fone: 81 3182-7000

Data do Despacho: 25/09/2025
Nome do Requerente: MARIA DA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA MARTINS
Despacho: À CMGP para anotar e arquivar.

Número protocolo: 513918/2025
Documento de Origem: Eletrônico
Assunto: Compensação por Atuação no NAJ - Conversão em Pecúnia
Data do Despacho: 25/09/2025
Nome do Requerente: VINICIUS SILVA DE ARAÚJO
Despacho: 1. Defiro o pedido de 01 (um) dia de conversão de plantão em pecúnia indenizatória, nos termos do art. 6º, § 1º, da Resolução PGJ nº 19/2023, referente à atuação no Plenário do Tribunal do Júri, no dia 23/09/2025, em razão de designação pelo Procurador Geral de Justiça como integrante do Núcleo de Apoio ao Tribunal do Júri – NAJ. 2. Encaminhe-se à CMGP para registro e controle do dia de plantão.

Número protocolo: 513985/2025
Documento de Origem: Eletrônico
Assunto: Comunicações
Data do Despacho: 25/09/2025
Nome do Requerente: JOSÉ BISPO DE MELO
Despacho: À CMGP para anotar e arquivar.

Número protocolo: 513901/2025
Documento de Origem: Eletrônico
Assunto: Compensação de Plantão – Conversão em Pecúnia
Data do Despacho: 25/09/2025
Nome do Requerente: TANUSIA SANTANA DA SILVA
Despacho: 1. Defiro o pedido de 01 (um) dia de conversão de plantão em pecúnia indenizatória, referente ao plantão realizado em 14/09/2025, nos termos do que dispõe o art. 1º, §§ 3º e 4º da Resolução PGJ nº 01/2023 alterada pela RES-PGJ nº 18/2024. 2. Encaminhe-se à CMGP para registro e controle do dia de plantão.

Número protocolo: 513399/2025
Documento de Origem: Eletrônico
Assunto: Compensação de Plantão - Folga
Data do Despacho: 25/09/2025
Nome do Requerente: LUCIANA CARNEIRO CASTELO BRANCO
Despacho: 1. Autorizo a compensação de plantão para o dia 29/09/2025, nos termos dos art. 1º, § 1º e art. 3º da Resolução PGJ nº 01/2023. 2. Encaminhe-se à CMGP para registro e controle do gozo do dia de plantão.

Número protocolo: 513587/2025
Documento de Origem: Eletrônico
Assunto: Compensação de Plantão - Folga
Data do Despacho: 25/09/2025
Nome do Requerente: GILKA MARIA ALMEIDA VASCONCELOS DE MIRANDA
Despacho: 1. Autorizo a compensação de plantão para o dia 21/09/2025, nos termos dos art. 1º, § 1º e art. 3º da Resolução PGJ nº 01/2023. 2. Encaminhe-se à CMGP para registro e controle do gozo do dia de plantão.

Número protocolo: 513520/2025
Documento de Origem: Eletrônico
Assunto: Férias - Indenização
Data do Despacho: 25/09/2025
Nome do Requerente: JOSÉ DA COSTA SOARES
Despacho: Defiro o pedido de suspensão de férias do requerente, programadas para outubro/2025, por necessidade do serviço devidamente justificada, nos termos do que dispõe o art. 12 da Instrução Normativa nº 004/2017, pelo prazo de 10 dias, no período de 01 a 10/10/2025. Defiro ainda seu pedido de conversão em pecúnia do aludido período, conforme previsto no art. 21 da Instrução Normativa nº 004/2017 e art. 220, § 3º, da Lei Complementar nº 75, aplicável em razão do que dispõe o art. 110 da Lei Complementar nº 12/94, ciente o requerente da

necessidade de gozo obrigatório, simultâneo e ininterrupto dos outros 10 (dez) dias, no período de 20 a 29/10/2025, restando 10 (dez) dias para gozo em 10 a 19/12/2025. À CMGP para implantação do valor devido em folha de pagamento, devendo ser incluído nos cálculos o valor do terço constitucional de férias, anotar e arquivar.

Número protocolo: 513548/2025
Documento de Origem: Eletrônico
Assunto: Férias - Suspensão ou Interrupção
Data do Despacho: 25/09/2025
Nome do Requerente: HODIR FLAVIO GUERRA LEITAO DE MELO
Despacho: Defiro o pedido de alteração de férias do requerente, programadas para outubro/2025, por necessidade do serviço devidamente justificada, nos termos do que dispõe os arts. 12 e 13, §2º, ambos da Instrução Normativa nº 004/2017, devendo o período correspondente ser gozado nos termos requeridos, de acordo com o art. 2º, parágrafo único, da IN nº 004/2017. À CMGP para anotar e arquivar.

Procuradoria-Geral de Justiça, 26 de setembro de 2025.

FREDERICO JOSÉ SANTOS DE OLIVEIRA
Chefe de Gabinete

DESPACHOS PGJ/CG Nº 219/2025

Recife, 26 de setembro de 2025

O EXCELENTÍSSIMO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, DR. JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO, exarou os seguintes despachos:

Número protocolo: 19.20.1253.0019261/2025-14
Documento de Origem: SEI
Assunto: Diárias e Passagens
Data do Despacho: 25/09/2025
Nome do Requerente: FERNANDO CAVALCANTI MATTOS
Despacho: 1. Autorizo o afastamento. 2. Defiro o pagamento de 03 (três) diárias integrais, nos termos do inciso I do Art. 9º da Resolução PGJ nº 008/2020 e da Resolução PGJ nº 16/2024, no valor total de R\$ 2.959,86, ao Dr. FERNANDO CAVALCANTI MATTOS, 7º Promotor de Justiça Criminal da Capital, para, nos termos da Portaria POR-PGJ nº 996/2025, participar de reuniões com conselheiros tutelares e distritais, a se realizar em Fernando de Noronha – PE, no período de 06 a 08/10/2025, com saída no dia 05 e retorno em 08/10/2025. Deve o(a) membro(a) comprovar a realização da viagem à CMFC, no prazo de 15 dias, nos termos do art. 10º da citada resolução. Ao apoio do Gabinete para providências, remetendo-se, em seguida, à CMFC para conferência dos valores e pagamento.

Número protocolo: 19.20.0400.0018813/2025-73
Documento de Origem: SEI
Assunto: Diárias e Passagens
Data do Despacho: 25/09/2025
Nome do Requerente: PEDRO FELIPE CARDOSO MOTA FONTES
Despacho: 1. Autorizo o afastamento. 2. Defiro o pagamento de 02 (duas) diárias integrais, nos termos do inciso I do Art. 9º da Resolução PGJ 008/2020 e alteração posterior, no valor total de R\$ 1.069,14, ao Dr. PEDRO FELIPE CARDOSO MOTA FONTES, Promotor de Justiça de Águas Belas, para, atendendo à Convocação da CGMP, participar da 2ª Reunião Anual Ordinária dos Promotores de Justiça em Estágio Probatório/2025, a se realizar em Sirinhaém - PE, nos dias 08 e 09/10/2025, com saída no dia 07 e retorno em 10/10/2025. Deve o(a) membro(a) comprovar a realização da viagem à CMFC, no prazo de 15 dias, nos termos do art. 10º da citada resolução. Ao apoio do Gabinete para providências, remetendo-se, em seguida, à CMFC para conferência dos valores e pagamento.

Número protocolo: 19.20.0345.0018878/2025-16
Documento de Origem: SEI
Assunto: Diárias e Passagens
Data do Despacho: 25/09/2025

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:
Renato da Silva Filho
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:
Hélio José de Carvalho Xavier
SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS JURÍDICOS:
Norma Mendonça Galvão de Carvalho

CORREGEDORA-GERAL
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO
Charles Hamilton dos Santos Lima

SECRETÁRIA-GERAL:
Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE
Frederico José Santos de Oliveira
COORDENADORA DE GABINETE
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUVIDORA
Maria Lizandra Lira de Carvalho

CONSELHO SUPERIOR

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho
(Presidente)
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva
Aguinaldo Fenelon de Barros
Giani Maria do Monte Santos
Cristiane de Gusmão Medeiros
Marco Aurélio Farias da Silva
Liliane da Fonseca Lima Rocha
Charles Hamilton dos Santos Lima
Lucila Varejão Dias Martins



Roberto Lyra - Edifício Sede
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio
CEP 50.010-240 - Recife / PE
E-mail: ascom@mppe.mp.br
Fone: 81 3182-7000

Nome do Requerente: LEON KLINSMAN FARIAS FERREIRA
Despacho: 1. Autorizo o afastamento. 2. Defiro o pagamento de 02 (duas) diárias integrais, nos termos do inciso I do Art. 9º da Resolução PGJ 008/2020 e alteração posterior, no valor total de R\$ 1.069,14, ao Dr. LEON KLINSMAN FARIAS FERREIRA, Promotor de Justiça de Verdejante, para, atendendo à Convocação da CGMP, participar da 2ª Reunião Anual Ordinária dos Promotores de Justiça em Estágio Probatório/2025, a se realizar em Sirinhaém - PE, nos dias 08 e 09/10/2025, com saída no dia 06 e retorno em 11/10/2025. Deve o(a) membro(a) comprovar a realização da viagem à CMFC, no prazo de 15 dias, nos termos do art. 10º da citada resolução. Ao apoio do Gabinete para providências, remetendo-se, em seguida, à CMFC para conferência dos valores e pagamento.

Número protocolo: 19.20.0588.0019060/2025-90

Documento de Origem: SEI

Assunto: Diárias e Passagens

Data do Despacho: 25/09/2025

Nome do Requerente: IGOR COUTO VIEIRA

Despacho: 1. Autorizo o afastamento. 2. Defiro o pagamento de 02 (duas) diárias integrais, nos termos do inciso I do Art. 9º da Resolução PGJ 008/2020 e alteração posterior, no valor total de R\$ 1.069,14, ao Dr. IGOR COUTO VIEIRA, Promotor de Justiça de Mirandiba, para, atendendo à Convocação da CGMP, participar da 2ª Reunião Anual Ordinária dos Promotores de Justiça em Estágio Probatório/2025, a se realizar em Sirinhaém - PE, nos dias 08 e 09/10/2025, com saída no dia 07 e retorno em 11/10/2025. Deve o(a) membro(a) comprovar a realização da viagem à CMFC, no prazo de 15 dias, nos termos do art. 10º da citada resolução. Ao apoio do Gabinete para providências, remetendo-se, em seguida, à CMFC para conferência dos valores e pagamento.

Número protocolo: 19.20.0397.0018598/2025-06

Documento de Origem: SEI

Assunto: Diárias e Passagens

Data do Despacho: 25/09/2025

Nome do Requerente: PAULO FERNANDES MEDEIROS JÚNIOR

Despacho: 1. Autorizo o afastamento. 2. Defiro o pagamento de 02 (duas) diárias integrais, nos termos do inciso I do Art. 9º da Resolução PGJ 008/2020 e alteração posterior, no valor total de R\$ 1.069,14, ao Dr. PAULO FERNANDES MEDEIROS JÚNIOR, Promotor de Justiça de Correntes, para, atendendo à Convocação da CGMP, participar da 2ª Reunião Anual Ordinária dos Promotores de Justiça em Estágio Probatório/2025, a se realizar em Sirinhaém - PE, nos dias 08 e 09/10/2025, com saída no dia 07 e retorno em 10/10/2025. Deve o(a) membro(a) comprovar a realização da viagem à CMFC, no prazo de 15 dias, nos termos do art. 10º da citada resolução. Ao apoio do Gabinete para providências, remetendo-se, em seguida, à CMFC para conferência dos valores e pagamento.

Número protocolo: 19.20.0374.0019368/2025-28

Documento de Origem: SEI

Assunto: Diárias e Passagens

Data do Despacho: 25/09/2025

Nome do Requerente: CAMILA VEIGA CHETTO COUTINHO

Despacho: 1. Autorizo o afastamento. 2. Defiro o pagamento de 02 (duas) diárias integrais, nos termos do inciso I do Art. 9º da Resolução PGJ 008/2020 e alteração posterior, no valor total de R\$ 1.069,14, à Dra. CAMILA VEIGA CHETTO COUTINHO, Promotora de Justiça de Tuparetama, para, atendendo à Convocação da CGMP, participar da 2ª Reunião Anual Ordinária dos Promotores de Justiça em Estágio Probatório/2025, a se realizar em Sirinhaém - PE, nos dias 08 e 09/10/2025, com saída no dia 07 e retorno em 10/10/2025. Deve o(a) membro(a) comprovar a realização da viagem à CMFC, no prazo de 15 dias, nos termos do art. 10º da citada resolução. Ao apoio do Gabinete para providências, remetendo-se, em seguida, à CMFC para conferência dos valores e pagamento.

Número protocolo: 19.20.0340.0019228/2025/50

Documento de Origem: SEI

Assunto: Diárias e Passagens

Data do Despacho: 25/09/2025

Nome do Requerente: ISABEL EMANOELA BEZERRA COSTA

Despacho: 1. Autorizo o afastamento. 2. Defiro o pagamento de 02 (duas) diárias integrais, nos termos do inciso I do Art. 9º da Resolução PGJ 008/2020 e alteração posterior, no valor total de R\$ 1.069,14, à Dra. ISABEL EMANOELA BEZERRA COSTA, Promotor de Justiça de Parnamirim, para, atendendo à Convocação da CGMP, participar da 2ª Reunião Anual Ordinária dos Promotores de Justiça em Estágio Probatório/2025, a se realizar em Sirinhaém - PE, nos dias 08 e 09/10/2025, com saída no dia 07 e retorno em 10/10/2025. Deve o(a) membro(a) comprovar a realização da viagem à CMFC, no prazo de 15 dias, nos termos do art. 10º da citada resolução. Ao apoio do Gabinete para providências, remetendo-se, em seguida, à CMFC para conferência dos valores e pagamento.

Número protocolo: 19.20.0290.0019521/2025-67

Documento de Origem: SEI

Assunto: Diárias e Passagens

Data do Despacho: 25/09/2025

Nome do Requerente: MAÍSA SILVA MELO DE OLIVEIRA

Despacho: 1. Autorizo o afastamento. 2. Defiro o pagamento de 02 (duas) diárias integrais e 01 (uma) parcial, nos termos do inciso I c/c o inciso II do Art. 9º da Resolução PGJ 008/2020 e alteração posterior, no valor total de R\$ 3.139,25, 3. Autorizo a emissão de passagens aéreas nos termos da IN PGJ nº 09/2023, à Dra. MAÍSA SILVA MELO DE OLIVEIRA, 2º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania de Olinda, para, na qualidade de coordenadora do Núcleo de Apoio à Mulher - NAM, participar da 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, a se realizar em Brasília - DF, nos dias 29 e 30/09/2025 e 01/10/2025. Deve o(a) membro(a) comprovar a realização da viagem à CMFC, no prazo de 15 dias, nos termos do art. 10º da citada resolução. Ao apoio do Gabinete para providências, remetendo-se, em seguida, à CMFC para conferência dos valores e pagamento.

Número protocolo: 19.20.0589.0019533/2025-11

Documento de Origem: SEI

Assunto: Diárias e Passagens

Data do Despacho: 25/09/2025

Nome do Requerente: RENNAN FERNANDES DE SOUZA

Despacho: 1. Autorizo o afastamento. 2. Defiro o pagamento de 02 (duas) diárias integrais, nos termos do inciso I do Art. 9º da Resolução PGJ 008/2020 e alteração posterior, no valor total de R\$ 1.069,14, ao Dr. RENNAN FERNANDES DE SOUZA, 2º Promotor de Justiça de Petrolândia, para, atendendo à Convocação da CGMP, participar da 2ª Reunião Anual Ordinária dos Promotores de Justiça em Estágio Probatório/2025, a se realizar em Sirinhaém - PE, nos dias 08 e 09/10/2025, com saída no dia 07 e retorno em 10/10/2025. Deve o(a) membro(a) comprovar a realização da viagem à CMFC, no prazo de 15 dias, nos termos do art. 10º da citada resolução. Ao apoio do Gabinete para providências, remetendo-se, em seguida, à CMFC para conferência dos valores e pagamento.

Número protocolo: 19.20.0588.0019030/2025-27

Documento de Origem: SEI

Assunto: Diárias e Passagens

Data do Despacho: 25/09/2025

Nome do Requerente: IGOR COUTO VIEIRA

Despacho: 1. Autorizo o afastamento. 2. Defiro o pagamento de 01 (uma) diária parcial, nos termos do inciso II do Art. 9º da Resolução PGJ 008/2020 e alteração posterior, no valor total de R\$ 267,28, ao Dr. IGOR COUTO VIEIRA, Promotor de Justiça de Mirandiba, para, atendendo à Convocação do PGJ, participar da ação institucional "Agenda Compartilhada", a se realizar em Serra Talhada - PE, na tarde do dia 25/09/2025. Deve o(a) membro(a) comprovar a realização da viagem à CMFC, no prazo de 15 dias, nos termos do art. 10º da citada resolução. Ao apoio do Gabinete para providências, remetendo-se, em seguida, à

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:

Renato da Silva Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:

Hélio José de Carvalho Xavier

SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS JURÍDICOS:

Norma Mendonça Galvão de Carvalho

CORREGEDORA-GERAL
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO
Charles Hamilton dos Santos Lima

SECRETÁRIA-GERAL:
Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE
Frederico José Santos de Oliveira
COORDENADORA DE GABINETE
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUVIDORA
Maria Lizandra Lira de Carvalho

CONSELHO SUPERIOR

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho
(Presidente)
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva
Aguinaldo Fenelon de Barros
Giani Maria do Monte Santos
Cristiane de Gusmão Medeiros
Marco Aurélio Farias da Silva
Liliane da Fonseca Lima Rocha
Charles Hamilton dos Santos Lima
Lucila Varejão Dias Martins

MP PE
Ministério Público de Pernambuco

Roberto Lyra - Edifício Sede
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio
CEP 50.010-240 - Recife / PE
E-mail: ascom@mppe.mp.br
Fone: 81 3182-7000

CMFC para conferência dos valores e pagamento.

FREDERICO JOSÉ SANTOS DE OLIVEIRA
Chefe de Gabinete

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

AVISO CSMP Nº 172/2025

Recife, 26 de setembro de 2025

De ordem do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça, Dr. JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO, Presidente do Conselho Superior, comunicamos aos Excelentíssimos Senhores Membros: Dr^a. MARIA IVANA BOTELHO VIEIRA DA SILVA - Corregedora-Geral, Dr. RICARDO LAPENDA FIGUEIROA (substituindo a Dr^a. LUCILA VAREJÃO DIAS MARTINS), Dr. CHARLES HAMILTON DOS SANTOS LIMA, Dr. CARLOS ALBERTO PEREIRA VITÓRIO (substituindo o Dr. MARCO AURÉLIO FARIAS DA SILVA, Dr^a. CRISTIANE DE GUSMÃO MEDEIROS (substituindo o Dr. EDSON JOSÉ GUERRA), Dr^a. GIANI MARIA DO MONTE SANTOS RODOLFO DE MELO, Dr. AGUINALDO FENELON DE BARROS, LILIANE DA FONSECA LIMA ROCHA, e a Presidente da Associação do Ministério Público – AMPPE, a realização da 13ª Sessão Ordinária que será realizada de forma presencial, no dia 01/10/2025, quarta-feira, às 14h, no Salão dos Órgãos Colegiados, localizado na Rua do Imperador D. Pedro II, 511 - térreo - Edifício Procuradora de Justiça Helena Caúla Reis, nesta cidade, tendo a seguinte pauta, em anexo:

Pauta da 13ª Sessão Ordinária do Conselho Superior do Ministério Público, a ser realizada presencialmente, no dia 01/10/2025, às 14h

- I – Comunicações da Presidência;
- II – Comunicações dos Conselheiros e da Presidente da AMPPE;
- III – Aprovação da Ata da 12ª Sessão Ordinária/2025;
- IV – Processos apreciados na 35ª Sessão Virtual/2025;
- V – Informações constantes da pauta (Anexo I);
- VI – Julgamento do SIM 02053.001.908/2024 – Relator: Dr. AGUINALDO FENELON DE BARROS;
- VII – Julgamento do SIM 02160.000.509/2024 – Relator: Dr. AGUINALDO FENELON DE BARROS;
- VIII – Julgamento do SEI 19.20.0504.0013481/2025-81 – Relator: Dr. AGUINALDO FENELON DE BARROS;
- IX – Julgamento do SIM 02158.000.284/2023 – Relatora: Dr^a. GIANI MARIA DO MONTE SANTOS RODOLFO DE MELO;
- X – Julgamento do AUTO 2017/2715670 – Relatora: Dr^a. CRISTIANE DE GUSMÃO MEDEIROS;
- XI – Julgamento do SIM 02198.000.304/2025 – Relatora: Dr^a. CRISTIANE DE GUSMÃO MEDEIROS;
- XII – Julgamento do SIM 02019.000.046/2025 – Relator: Dr. CHARLES HAMILTON DOS SANTOS LIMA.

Recife, 26 de setembro de 2025.

Ana Carolina Paes de Sá Magalhães
Promotora de Justiça
Secretária do CSMP

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PORTARIA SUBADM Nº 1241/2025

Recife, 26 de setembro de 2025

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, no uso de suas atribuições, por delegação do Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, contida na POR-PGJ nº 48/2025, de 13/01/2025, publicada no Diário Oficial do Estado de 29/01/2025;

Considerando o constante do inciso I da Portaria POR-PGJ nº 48/2025, de 13/01/2025 publicada em 29/01/2025;

Considerando a promulgação da Lei nº 17.333/2021, de 30/06/2021, que alterou dispositivos da Lei nº 12.956/2005 e Lei nº 15.996/2017;

Considerando a publicação da Resolução nº 157/2017, de 31/01/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, que regulamentou o teletrabalho no âmbito do Ministério Público Brasileiro;

Considerando a publicação da Resolução RES-PGJ nº 10/2022, de 18/05/2022, que regulamenta o teletrabalho no âmbito do Ministério Público de Pernambuco;

Considerando o princípio da eficiência, previsto no art. 37 da Constituição da República e a possibilidade de imprimir maior produtividade às atividades do Ministério Público de Pernambuco;

Considerando a inclusão no programa de teletrabalho do Ministério Público de Pernambuco, através da POR-SUBADM nº 535/2023, publicada no DOE em 16/05/2023, na modalidade parcial 02 dias;

Considerando a anuência da chefia imediata no processo SEI nº 19.20.0779.0009819/2023-67, para continuidade das atividades em teletrabalho;

Considerando, ainda, a necessidade e conveniência do serviço;

RESOLVE:

I – Prorrogar o período de atividades em teletrabalho da servidora Karla Mônica Santos Kaye, Extra-quadro, matrícula nº 190.571-6, lotada no Departamento Ministerial de Contabilidade e Custos na modalidade parcial de 02(dois) dias no período de 02/10/2025 a 01/10/2026;

II - A servidora em teletrabalho deverá observar o plano de trabalho e cronograma de entregas da unidade auxiliada na realização das atividades, conforme Resolução RES-PGJ nº 10/2022, de 18/05/2022;

III - A servidora deverá encaminhar mensalmente, até o 5º dia útil de cada mês à Divisão Ministerial de Gestão do Teletrabalho, relatório de atividades/entregas após avaliação e inclusão de termo de monitoramento por parte do gestor da unidade auxiliada, de acordo com o formulário disponibilizado;

IV – Independentemente da modalidade adotada, a servidora em teletrabalho deverá comparecer à sua unidade de trabalho para participar de reuniões, treinamentos ou outras convocações pertinentes, sempre que previamente convocada;

V – A servidora deverá submeter-se ao acompanhamento e monitoramento da unidade auxiliada Departamento Ministerial de Contabilidade e Custos, bem como da unidade de lotação no que se refere às atividades diárias.

VI – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos até 01/10/2026.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Recife, 26 de setembro de 2025.

Hélio José de Carvalho Xavier
SUBPROCURADOR - GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PORTARIA SUBADM Nº 1242/2025

Recife, 26 de setembro de 2025

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, no uso de suas atribuições, por delegação do Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, contida na POR-PGJ nº 48/2025, de 13/01/2025, publicada no Diário Oficial do Estado

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:

Renato da Silva Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:

Hélio José de Carvalho Xavier

SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS JURÍDICOS:

Norma Mendonça Galvão de Carvalho

CORREGEDORA-GERAL
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO
Charles Hamilton dos Santos Lima

SECRETÁRIA-GERAL:
Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE
Frederico José Santos de Oliveira
COORDENADORA DE GABINETE
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUVIDORA
Maria Lizandra Lira de Carvalho

CONSELHO SUPERIOR

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho
(Presidente)
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva
Aguinaldo Fenelon de Barros
Giani Maria do Monte Santos
Cristiane de Gusmão Medeiros
Marco Aurélio Farias da Silva
Liliane da Fonseca Lima Rocha
Charles Hamilton dos Santos Lima
Lucila Varejão Dias Martins

MP PE
Ministério Público de Pernambuco

Roberto Lyra - Edifício Sede
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio
CEP 50.010-240 - Recife / PE
E-mail: ascom@mppe.mp.br
Fone: 81 3182-7000

de 29/01/2025;

Considerando o constante do inciso I da Portaria POR-PGJ nº 48/2025, de 13/01/2025 publicada em 29/01/2025;

Considerando a promulgação da Lei nº 17.333/2021, de 30/06/2021, que alterou dispositivos da Lei nº 12.956/2005 e Lei nº 15.996/2017;

Considerando a publicação da Resolução nº 157/2017, de 31/01/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, que regulamentou o teletrabalho no âmbito do Ministério Público Brasileiro;

Considerando a publicação da Resolução RES-PGJ nº 10/2022, de 18/05/2022, que regulamenta o teletrabalho no âmbito do Ministério Público de Pernambuco;

Considerando o princípio da eficiência, previsto no art. 37 da Constituição da República e a possibilidade de imprimir maior produtividade às atividades do Ministério Público de Pernambuco;

Considerando o atendimento ao interesse público e as vantagens advindas do teletrabalho para a Administração, para o servidor e para a sociedade;

Considerando, ainda, a necessidade e conveniência do serviço;

RESOLVE:

I – Autorizar à servidora Letícia Barbosa de Sousa, Assessora de Membro, matrícula 190.465-5, lotada na 22ª Procuradoria de Justiça Criminal a desenvolver suas atividades em teletrabalho na modalidade parcial de 03(três) dias no período de 01/10/2025 a 15/03/2026;

II – A servidora em Teletrabalho deverá observar o plano de trabalho e cronograma de entregas da unidade auxiliada na realização das atividades, conforme Resolução RES-PGJ nº 10, de 18/05/2022.

III – A servidora deverá encaminhar mensalmente à Divisão Ministerial de Gestão do Teletrabalho, relatório de atividades/entregas, após avaliação e inclusão de termo de monitoramento por parte do gestor da unidade auxiliada, de acordo com o formulário disponibilizado;

IV – Independentemente da modalidade adotada, a servidora em teletrabalho deverá comparecer à sua unidade de trabalho, para participar de reuniões, treinamentos ou outras convocações pertinentes, sempre que previamente convocada;

V – A servidora deverá submeter-se ao acompanhamento e monitoramento da unidade auxiliada, 22ª Procuradoria de Justiça Criminal, bem como da unidade de lotação no que se refere às atividades diárias.

VI – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos até 15/03/2026.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Recife, 26 de setembro de 2025.

Hélio José de Carvalho Xavier
SUBPROCURADOR - GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PORTARIA SUBADM Nº 1243/2025

Recife, 26 de setembro de 2025

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, no uso de suas atribuições, por delegação do Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, contida na POR-PGJ nº 48/2025, de 13/01/2025, publicada no Diário Oficial do Estado de 29/01/2025;

Considerando o constante do inciso I da Portaria POR-PGJ nº 48/2025, de 13/01/2025 publicada em 29/01/2025;

Considerando a promulgação da Lei nº 17.333/2021, de 30/06/2021, que alterou dispositivos da Lei nº 12.956/2005 e Lei nº 15.996/2017;

Considerando a publicação da Resolução nº 157/2017, de 31/01/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, que regulamentou o teletrabalho no âmbito do Ministério Público Brasileiro;

Considerando a publicação da Resolução RES-PGJ nº 10/2022, de 18/05/2022, que regulamenta o teletrabalho no âmbito do Ministério Público de Pernambuco;

Considerando o princípio da eficiência, previsto no art. 37 da Constituição da República e a possibilidade de imprimir maior produtividade às atividades do Ministério Público de Pernambuco;

Considerando o atendimento ao interesse público e as vantagens advindas do teletrabalho para a Administração, para o servidor e para a sociedade;

Considerando, ainda, a necessidade e conveniência do serviço;

RESOLVE:

I – Autorizar o servidor Rodrigo Nicéas Carneiro Leão, Analista Ministerial - Pedagogia, matrícula 190.484-1 lotado na Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania com atuação na Promoção e Defesa do Direito Humano a Educação a desenvolver suas atividades em Teletrabalho, na modalidade parcial de 03(três) dias no período de 01/10/2025 a 04/08/2026;

II – O servidor em teletrabalho deverá observar o plano de trabalho e cronograma de entregas da unidade auxiliada na realização das atividades, conforme Resolução RES-PGJ nº 10/2022, de 18/05/2022.

III – O servidor deverá encaminhar mensalmente à Divisão Ministerial de Gestão do Teletrabalho, relatório de atividades/entregas, após avaliação e inclusão de termo de monitoramento por parte do gestor da unidade auxiliada de acordo com o formulário disponibilizado;

IV – Independentemente da modalidade adotada, o servidor em teletrabalho deverá comparecer à sua unidade de trabalho para participar de reuniões, treinamentos ou outras convocações pertinentes sempre que previamente convocada;

V – O servidor deverá submeter-se ao acompanhamento e monitoramento da unidade auxiliada, 22ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital, bem como da unidade de lotação no que se refere às atividades diárias.

VI – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos até 04/08/2026.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Recife, 26 de setembro de 2025.

Hélio José de Carvalho Xavier

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:

Renato da Silva Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:

Hélio José de Carvalho Xavier

SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS JURÍDICOS:

Norma Mendonça Galvão de Carvalho

CORREGEDORA-GERAL
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO
Charles Hamilton dos Santos Lima

SECRETÁRIA-GERAL:
Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE
Frederico José Santos de Oliveira
COORDENADORA DE GABINETE
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUVIDORA
Maria Lizandra Lira de Carvalho

CONSELHO SUPERIOR

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho
(Presidente)
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva
Aguinaldo Fenelon de Barros
Giani Maria do Monte Santos
Cristiane de Gusmão Medeiros
Marco Aurélio Farias da Silva
Liliane da FONSECA Lima Rocha
Charles Hamilton dos Santos Lima
Lucila Varejão Dias Martins

MP PE
Ministério Público de Pernambuco

Roberto Lyra - Edifício Sede
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio
CEP 50.010-240 - Recife / PE
E-mail: ascom@mppe.mp.br
Fone: 81 3182-7000

SUBPROCURADOR - GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

DESPACHO CG Nº 169/2025

Recife, 26 de setembro de 2025

A EXCELENTÍSSIMA CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO, DRA. MARIA IVANA BOTELHO VIEIRA DA SILVA, exarou os seguintes despachos:

Protocolo Interno: 1202
Assunto: Notícia de Fato
Data do Despacho: 25/09/25
Interessado(a): ...
Despacho: À Secretaria Processual.

Protocolo Interno: 1203
Assunto: Ofício CGMP nº 852/2025 - Infância
Data do Despacho: 25/09/25
Interessado(a): João Mateus Matos Oliveira
Despacho: Ciente. À Secretaria Administrativa, para conhecimento.

Protocolo Interno: 1204
Assunto: Encaminhamento de Ofício 84/25
Data do Despacho: 26/09/25
Interessado(a): ...
Despacho: À Secretaria Processual.

Protocolo Interno: 1205
Assunto: Ofício CGMP nº 882/2025 - Delegacias
Data do Despacho: 26/09/25
Interessado(a): Milena De Oliveira Santos Do Carmo
Despacho: Ciente. À Secretaria Administrativa, para conhecimento.

Protocolo Interno: 1206
Assunto: Ofício CGMP nº 854/2025 - Infância
Data do Despacho: 25/09/25
Interessado(a): Wanessa Kelly Almeida Silva
Despacho: Ciente. À Secretaria Administrativa, para conhecimento.

Protocolo Interno: 1207
Assunto: Ofício CGMP nº 895/2025
Data do Despacho: 26/09/25
Interessado(a): Ministério Público de Tocantins
Despacho: Ciente. À Secretaria Administrativa, para providências

Protocolo Interno: 1208
Assunto: Notícia de Fato
Data do Despacho: 26/09/25
Interessado(a): ...
Despacho: À Secretaria Processual.

Protocolo Interno: 1209
Assunto: Ofício CGMP nº 849/2025 - Infância
Data do Despacho: 25/09/25
Interessado(a): Maria Aparecida Alcântara Siebra
Despacho: Ciente. À Secretaria Administrativa, para conhecimento.

Protocolo: (...)
Assunto: Correição Ordinária nº 051/2025
Data do Despacho: 24/09/25
Interessado(a): 9ª Promotoria de Justiça Criminal da Capital
Despacho: Acolho o relatório da Corregedoria Auxiliar. Remessa do relatório por e-mail ao Promotor(a) de Justiça correccionado(a) para conhecimento de seu teor, oportunizando-lhe prazo de 10 dias úteis para eventual manifestação, nos termos do artigo 25, §2º, da Resolução CGMP nº 001/2021.

Protocolo: (...)
Assunto: Correição Ordinária nº 063/2025
Data do Despacho: 24/09/25
Interessado(a): 13ª Promotoria de Justiça Criminal da Capital
Despacho: Acolho o relatório da Corregedoria Auxiliar. Remessa do relatório por e-mail ao Promotor(a) de Justiça correccionado(a) para conhecimento de seu teor, oportunizando-lhe prazo de 10 dias úteis para eventual manifestação, nos termos do artigo 25, §2º, da Resolução CGMP nº 001/2021.

Protocolo: (...)
Assunto: Resposta ao Pronunciamento 326
Data do Despacho: 24/09/25
Interessado(a): Departamento Ministerial de Soluções de TI
Despacho: Ciente. À Corregedoria Auxiliar, para análise e pronunciamento.

Protocolo: (...)
Assunto: Resposta ao Ofício nº 795
Data do Despacho: 24/09/25
Interessado(a): 2ª Promotoria de Justiça de Moreno
Despacho: Ciente. À Corregedoria Auxiliar, para análise e pronunciamento.

Protocolo: (...)
Assunto: Parecer CNMP 066/2025/NAD/COCCI
Data do Despacho: 24/09/25
Interessado(a): Correição Temática/2024
Despacho: Ciente. À Corregedoria Auxiliar, para análise e pronunciamento.

Protocolo: (...)
Assunto: Procedimento de gestão Administrativa
Data do Despacho: 24/09/25
Interessado(a): 2ª Promotoria de Justiça de São José do Egito
Despacho: Ciente. À Corregedoria-Auxiliar para análise e pronunciamento.

Protocolo: (...)
Assunto: Correição Ordinária nº 043/2025
Data do Despacho: 24/09/25
Interessado(a): 7ª Promotoria de Justiça Criminal da Capital
Despacho: Ciente. À Corregedoria Auxiliar, para conhecimento.

MARIA IVANA BOTELHO VIEIRA DA SILVA
Corregedora-Geral

O EXCELENTÍSSIMO CORREGEDOR-GERAL SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO, DR. CHARLES HAMILTON DOS SANTOS LIMA, exarou os seguintes despachos:

Protocolo Interno: (...)
Assunto: Procedimento Administrativo 041/2025
Data do Despacho: 25/09/2025
Interessado(a): (...)
Despacho: Registre-se como procedimento administrativo. Publique-se.

CHARLES HAMILTON DOS SANTOS LIMA
Corregedor-Geral Substituto

SECRETARIA-GERAL

INEXIGIBILIDADE Nº AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO COMPRA DIRETA Nº 4012.2025.DEMCD.IN.0014.MPPE
Recife, 25 de setembro de 2025

Ministério Público do Estado de Pernambuco
Secretaria Geral do Ministério Público
Gerência Ministerial Executiva de Contratações
Departamento Ministerial de Contratações Diretas

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:

Renato da Silva Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:

Hélio José de Carvalho Xavier

SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS JURÍDICOS:

Norma Mendonça Galvão de Carvalho

CORREGEDORA-GERAL
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO
Charles Hamilton dos Santos Lima

SECRETÁRIA-GERAL:
Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE
Frederico José Santos de Oliveira
COORDENADORA DE GABINETE
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUVIDORA
Maria Lizandra Lira de Carvalho

CONSELHO SUPERIOR
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho
(Presidente)
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva
Aguinaldo Fenelon de Barros
Giani Maria do Monte Santos
Cristiane de Gusmão Medeiros
Marco Aurélio Farias da Silva
Liliane da Fonseca Lima Rocha
Charles Hamilton dos Santos Lima
Lucila Varejão Dias Martins

MP PE
Ministério Público de Pernambuco

Roberto Lyra - Edifício Sede
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio
CEP 50.010-240 - Recife / PE
E-mail: ascom@mppe.mp.br
Fone: 81 3182-7000

**AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
COMPRA DIRETA N.º 4012.2025.DEMCD.IN.0014.MPPE**

AUTORIZO o Processo de Inexigibilidade de Licitação n.º 4012.2025.DEMCD.IN.0014.MPPE (Sistema PE-Integrado), elaborado pelo(s) Agente(s) de Contratação lotado(s) no Departamento Ministerial de Contratações Diretas, com fundamento no artigo 74, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021, objetivando a contratação de empresa para fornecimento da solução PC 3000 Mobile PRO, para extração e análise de dados a partir de plataformas eletrônicas portáteis para esta Procuradoria-Geral de Justiça, com o seguinte fornecedor:

UTI DOS DADOS PERÍCIAS DIGITAIS, SOLUÇÕES DE DADOS e IMPORTAÇÃO LTDA (CNPJ 16.946.935/0001-03), pelo valor global de R\$ 482.000,00 (quatrocentos e oitenta e dois mil reais).

DETERMINO que sejam adotados os procedimentos necessários à presente contratação.

Recife—PE, 25 de setembro de 2025.

Janaína do Sacramento Bezerra
Secretária-Geral do Ministério Público

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO Nº PREGÃO ELETRÔNICO N.º
3999.2025.DEMLPA.PE.0036.MPPE
Recife, 26 de setembro de 2025
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 3999.2025.DEMLPA.PE.0036.MPPE

HOMOLOGO, nos termos da legislação em vigor, o Pregão Eletrônico nº 3999.2025.DEMLPA.PE.0036.MPPE, cujo objeto consiste na Contratação de empresa especializada para os serviços de gestão de frota com vista ao fornecimento contínuo e ininterrupto de combustíveis (gasolina, etanol, óleo diesel e ARLA), tendo como vencedora a empresa LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS EIRELI, CNPJ.: 12.039.966/0001-11, no valor global de R\$1.455.313,68 (hum milhão, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e treze reais e sessenta e oito centavos), atendendo o interesse do MPPE.

Recife, 26 de setembro de 2025.

Janaína do Sacramento Bezerra
Secretária-Geral do Ministério Público

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO Nº PREGÃO ELETRÔNICO N.º
3998.2025.DEMLPA.PE.0035.MPPE
Recife, 26 de setembro de 2025
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 3998.2025.DEMLPA.PE.0035.MPPE

HOMOLOGO, nos termos da legislação em vigor, o Pregão Eletrônico nº 3998.2025.DEMLPA.PE.0035.MPPE, cujo objeto consiste na Contratação de empresa especializada para os serviços de gestão de frotas manutenção dos veículos, inclusive com fornecimento de peças, tendo como vencedora a empresa LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS EIRELI, CNPJ.: 12.039.966/0001-11, no valor global de R\$87.564,46 (oitenta e sete mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e quarenta e seis centavos), atendendo o interesse do MPPE.

Recife, 26 de setembro de 2025.

Janaína do Sacramento Bezerra

Secretária-Geral do Ministério Público

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**RECOMENDAÇÃO Nº 02014.000.757/2024**

Recife, 22 de setembro de 2025

MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

30ª E 46ª PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL (IDOSO)

Procedimento nº 02014.000.757/2024 — Procedimento administrativo de acompanhamento de instituições

RECOMENDAÇÃO

Procedimento administrativo de acompanhamento de instituições nº 02014.000.757/2024

Representante: Ministério Público do Estado de Pernambuco ex officio.
Investigado: ILPI Girassol Pousada Geriátrica (CNPJ nº 41.733.132/0001-00)

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO, por intermédio 30ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital com Atuação na Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa, que esta subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 127, 129, III e 230 da Constituição Federal, e pelos artigos 8º, §1º, da Lei nº. 7.347/85, nos artigos 15 e 74, I da Lei nº. 10.741/2003 – Estatuto do Idoso e art. 4º, inciso IV, alínea a, da Lei Complementar Estadual nº. 12/1994, com as alterações posteriores;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal elevou o Ministério Público à categoria de instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, competindo ao Ministério Público a tutela dos interesses das pessoas idosas;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público, consoante previsto no artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/1985, instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, e requisitar, de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, que deverão ser remetidos ao Parquet no prazo;

CONSIDERANDO que a Carta Magna, em seu artigo 230, caput, prevê, verbis: “A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantido-lhes o direito à vida”;

CONSIDERANDO o art. 10 da Lei n.º 8.842/1994 (Política Nacional da Pessoa Idosa), que estabelece as competências dos órgãos e entidades públicos municipais no que diz respeito à sua implementação, dentre as quais estão: prestar serviços e desenvolver ações voltadas para o atendimento das necessidades básicas da pessoa idosa; promover a capacitação de recursos para o atendimento à pessoa idosa; prevenir, promover proteger e recuperar a saúde da pessoa idosa, mediante programas e medidas profiláticas; adotar e aplicar normas de funcionamento às instituições geriátricas e similares, com fiscalização pelos gestores do Sistema Único de Saúde; e criar serviços alternativos para a saúde da pessoa idosa;

CONSIDERANDO que a Lei nº 10.741/2003, no art. 2º, estabelece que a pessoa idosa goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade;

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:

Renato da Silva Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:

Hélio José de Carvalho Xavier

SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS JURÍDICOS:

Norma Mendonça Galvão de Carvalho

CORREGEDORA-GERAL
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO
Charles Hamilton dos Santos Lima

SECRETÁRIA-GERAL:
Janaína do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE
Frederico José Santos de Oliveira
COORDENADORA DE GABINETE
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUVIDORA
Maria Lizandra Lira de Carvalho

CONSELHO SUPERIOR

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho
(Presidente)
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva
Aguinaldo Fenelon de Barros
Giani Maria do Monte Santos
Cristiane de Gusmão Medeiros
Marco Aurélio Farias da Silva
Liliane da Fonseca Lima Rocha
Charles Hamilton dos Santos Lima
Lucila Varejão Dias Martins

MP PE
Ministério Público de Pernambuco

Roberto Lyra - Edifício Sede
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio
CEP 50.010-240 - Recife / PE
E-mail: ascom@mppe.mp.br
Fone: 81 3182-7000

CONSIDERANDO que o Estatuto da Pessoa Idosa estabelece, em seus artigos 3 e 33, que é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar à pessoa idosa, com absoluta prioridade, a efetivação, entre outros do direito à vida, à saúde, à alimentação, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária, sendo a Assistência Social, na Política Nacional do Idoso, no Sistema Único de Saúde e demais normas pertinentes;

CONSIDERANDO o disposto no art. 48 e seguintes da Lei n.º 10.741/2003, que especifica que as entidades governamentais e não-governamentais de assistência à pessoa idosa ficam sujeitas à inscrição e fiscalização de seus programas junto ao órgão competente da Vigilância Sanitária e Conselho Municipal da Pessoa Idosa, e, em sua falta, junto ao Conselho Estadual ou Nacional da Pessoa Idosa, observando aspectos que dizem respeito, dentre outros, ao oferecimento de instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público, dentre outras atribuições, a fiscalização das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), nos termos descritos no art. 52, caput, do Estatuto, in verbis: "As entidades governamentais e não governamentais de atendimento à pessoa idosa serão fiscalizadas pelos Conselhos do idoso, Ministério Público, Vigilância Sanitária e outros previstos em lei";

CONSIDERANDO o conteúdo da Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária de n.º 502, de 26 de setembro de 2021, que define normas de funcionamento para as Instituições de Longa Permanência para Idosos - ILPI's, de caráter residencial;

CONSIDERANDO que, segundo o artigo 49 do Estatuto da Pessoa Idosa, as entidades que desenvolvam programas de institucionalização de longa permanência deverão adotar os seguintes princípios: I – preservação dos vínculos familiares; II – atendimento personalizado e em pequenos grupos; III – manutenção do idoso na mesma instituição, salvo em caso de força maior; IV – participação do idoso nas atividades comunitárias, de caráter interno e externo; V – observância dos direitos e garantias dos idosos; VI – preservação da identidade do idoso e oferecimento de ambiente de respeito e dignidade;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 50 do Estatuto, constituem obrigações das entidades de atendimento: I – celebrar contrato escrito de prestação de serviço com o idoso, especificando o tipo de atendimento, as obrigações da entidade e prestações decorrentes do contrato, com os respectivos preços, se for o caso; II – observar os direitos e as garantias de que são titulares os idosos; III – fornecer vestuário adequado, se for pública, e alimentação suficiente; IV – oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade; V – oferecer atendimento personalizado; VI – diligenciar no sentido da preservação dos vínculos familiares; VII – oferecer acomodações apropriadas para recebimento de visitas; VIII – proporcionar cuidados à saúde, conforme a necessidade do idoso; IX – promover atividades educacionais, esportivas, culturais e de lazer; X – propiciar assistência religiosa àqueles que desejarem, de acordo com suas crenças; XI – proceder a estudo social e pessoal de cada caso; XII – comunicar à autoridade competente de saúde toda ocorrência de idoso portador de doenças infecto-contagiosas; XIII – providenciar ou solicitar que o Ministério Público requisite os documentos necessários ao exercício da cidadania àqueles que não os tiverem, na forma da lei; XIV – fornecer comprovante de depósito dos bens móveis que receberem dos idosos; XV – manter arquivo de anotações onde constem data e circunstâncias do atendimento, nome do idoso, responsável, parentes, endereços, cidade, relação de seus pertences, bem como o valor de contribuições, e suas alterações, se houver, e

demais dados que possibilitem sua identificação e a individualização do atendimento; XVI – comunicar ao Ministério Público, para as providências cabíveis, a situação de abandono moral ou material por parte dos familiares; XVII – manter no quadro de pessoal profissionais com formação específica;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 53 da LBI (Lei Brasileira de Inclusão), a acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social;

CONSIDERANDO que, segundo o artigo 56 da citada Lei, a construção, a reforma, a ampliação ou a mudança de uso de edificações abertas ao público, de uso público ou privadas de uso coletivo deverão ser executadas de modo a serem acessíveis;

CONSIDERANDO que a definição legal de "pessoa com mobilidade reduzida", para efeitos de proteção conferida pela Lei nº 13.146/20158, inclui a pessoa idosa, de acordo com a norma inserta no art. 3º, IX da LBI (Lei Brasileira de Inclusão), a seguir: " Art. 3º: Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se: (...) IX - pessoa com mobilidade reduzida: aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso";

CONSIDERANDO que, durante a fiscalização realizada pela Equipe Técnica da Promotoria, em 11 de setembro de 2025, restaram verificadas diversas irregularidades no âmbito da Instituição de Longa Permanência para Idosos;

CONSIDERANDO que a Recomendação é instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público por intermédio do qual este expõe, em ato formal, razões fáticas e jurídicas sobre determinada questão, com o objetivo de persuadir o destinatário a praticar ou deixar de praticar determinados atos em benefício da melhoria dos serviços públicos e de relevância pública ou do respeito aos interesses, direitos e bens defendidos pela instituição, atuando, assim, como instrumento de prevenção de responsabilidades ou correção de condutas (Resolução nº 164/2017 do CNMP);

CONSIDERANDO que as atribuições do cargo de 30º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital estão fixadas na Resolução RES – CPJ nº. 004/05, sendo as seguintes: I – Promover e defender os direitos humanos da pessoa idosa, visando à proteção dos interesses individuais indisponíveis, individuais homogêneos, coletivos e difusos, especialmente daqueles em situação de risco; II – Zelar pela correta aplicação das normas relativas à pessoa idosa, garantindo o seu bem-estar, a sua integridade social e a não ocorrência de ameaças e violações aos seus direitos; III – Inspeccionar mensalmente entidades públicas e particulares que prestem serviços de atendimento à pessoa idosa, adotando as providências cabíveis; IV – Fiscalizar a implantação e execução das Políticas Públicas destinadas às pessoas idosas e a correta aplicação de seus recursos, promovendo as medidas extrajudiciais e judiciais necessárias."

RESOLVE, nos autos do Procedimento administrativo de acompanhamento de instituições nº 02014.000.757/2024 e, ainda, na forma do art. 5º, Parágrafo único, inciso IV, da Lei Orgânica Estadual o Ministério Público (Lei Complementar nº. 12/94):

RECOMENDAR à ILPI Girassol Pousada Geriátrica que, no prazo de 60 (sessenta) dias, proceda ao cumprimento do Estatuto da Pessoa Idosa (Lei n.º 10.741/2003), mediante adoção das seguintes providências:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:
Renato da Silva Filho
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:
Hélio José de Carvalho Xavier
SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS JURÍDICOS:
Norma Mendonça Galvão de Carvalho

CORREGEDORA-GERAL
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

COORREGEDOR-GERAL SUBSTITUTO
Charles Hamilton dos Santos Lima

SECRETÁRIA-GERAL:
Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE
Frederico José Santos de Oliveira
COORDENADORA DE GABINETE
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUVIDORA
Maria Lizandra Lira de Carvalho

CONSELHO SUPERIOR

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho
(Presidente)
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva
Aguinaldo Fenelon de Barros
Giani Maria do Monte Santos
Cristiane de Gusmão Medeiros
Marco Aurélio Farias da Silva
Liliane da Fonseca Lima Rocha
Charles Hamilton dos Santos Lima
Lucila Varejão Dias Martins


Ministério Público de Pernambuco

Roberto Lyra - Edifício Sede
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio
CEP 50.010-240 - Recife / PE
E-mail: ascom@mppe.mp.br
Fone: 81 3182-7000

1. Sanar as irregularidades verificadas pela Equipe Técnica da Promotoria, em fiscalização realizada no âmbito da ILPI (Instituição de Longa Permanência para Idosos), no dia 11 de setembro de 2025, a seguir elencadas:

1.1. Ausência de Alvará de Funcionamento;

1.2. Ausência de Alvará da Vigilância Sanitária;

1.3. Ausência de livro para registro de visitas;

1.4. A Instituição não possui os seguintes procedimentos operacionais padrão (Art. 46 e Art. 47, RDC 502): A) Limpeza e descontaminação dos alimentos (Inc. I, Art.46); B) Armazenagem de alimentos (Inc. II, Art. 46);

C) Preparo dos alimentos com enfoque nas boas práticas de manipulação (Inc III, Art. 46); D) Lavar, secar, passar e reparar as roupas (Inc. I, Art. 47); E) Guarda e troca de roupas de uso coletivo (Inc. II, Art. 47); F) Ausência de Plano de Trabalho (Art. 31 da RDC 502/2020).

1.5. Identificou-se 11 (onze) falhas de prescrição médica assinadas pela Dra. J.T.A.G., as quais estavam em branco, sem data;

1.6. Identificou-se muitos banheiros sem porta, prejudicando a privacidade dos residentes;

1.7. O quarto 4C estava sem porta.

2. Oficie-se ao dirigente do(a) ILPI Girassol Pousada Geriátrica, enviando-lhe cópia para o devido conhecimento a fim de que, no prazo acima fixado, responda se aceita os seus termos, cientificando este órgão ministerial quanto às medidas adotadas, inclusive, com apresentação de cronograma de cumprimento das medidas a serem implementadas, com a advertência de que a ausência de resposta será considerada como não acatamento e ensejará a adoção das medidas judiciais cabíveis;

3. Encaminhe-se cópia da presente Recomendação à Vigilância Sanitária Municipal do Recife, ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa no Recife (COMDIR) e ao Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa em Pernambuco (CEDPI /PE), para conhecimento.

4. Encaminhe-se cópia da presente Recomendação à Subprocuradoria-Geral em Assuntos Administrativos (subadm.doe@mppe. mp.br), para fins de publicação no Diário Oficial do Estado, ao Egrégio Conselho Superior do Ministério Público e ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Defesa da Cidadania.

5. Decorrido o prazo estabelecido, sem manifestação, certifique nos autos e voltem-me conclusos.

6. Cumpra-se.

Recife, 22 de setembro de 2025.

Luciana Maciel Dantas Figueiredo,
Promotora de Justiça
30ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital
Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa

Procedimento nº 02014.000.750/2024 — Procedimento administrativo de acompanhamento de instituições

RECOMENDAÇÃO

Procedimento administrativo de acompanhamento de instituições nº 02014.000.750/2024

Representante: Ministério Público do Estado de Pernambuco ex officio.

Investigado: ILPI Espaço Geriátrico Nossa Senhora da Conceição (CNPJ nº 11.507.886/0001-80)

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO, por intermédio 30ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital com Atuação na Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa, que esta subscorre, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 127, 129, III e 230 da Constituição Federal, e pelos artigos 8º, §1º, da Lei nº. 7.347/85, nos artigos 15 e 74, I da Lei nº. 10.741/2003 – Estatuto do Idoso e art. 4º, inciso IV, alínea a, da Lei Complementar Estadual nº. 12/1994, com as alterações posteriores;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal elevou o Ministério Público à categoria de instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, competindo ao Ministério Público a tutela dos interesses das pessoas idosas;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público, consoante previsto no artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/1985, instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, e requisitar, de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, que deverão ser remetidos ao Parquet no prazo;

CONSIDERANDO que a Carta Magna, em seu artigo 230, caput, prevê, verbis: “A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantido-lhes o direito à vida”;

CONSIDERANDO o art. 10 da Lei n.º 8.842/1994 (Política Nacional da Pessoa Idosa), que estabelece as competências dos órgãos e entidades públicos municipais no que diz respeito à sua implementação, dentre as quais estão: prestar serviços e desenvolver ações voltadas para o atendimento das necessidades básicas da pessoa idosa; promover a capacitação de recursos para o atendimento à pessoa idosa; prevenir, promover proteger e recuperar a saúde da pessoa idosa, mediante programas e medidas profiláticas; adotar e aplicar normas de funcionamento às instituições geriátricas e similares, com fiscalização pelos gestores do Sistema Único de Saúde; e criar serviços alternativos para a saúde da pessoa idosa;

CONSIDERANDO que a Lei nº 10.741/2003, no art. 2º, estabelece que a pessoa idosa goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Pessoa Idosa estabelece, em seus artigos 3 e 33, que é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar à pessoa idosa, com absoluta prioridade, a efetivação, entre outros do direito à vida, à saúde, à alimentação, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária, sendo a Assistência Social, na Política Nacional do Idoso, no Sistema

RECOMENDAÇÃO Nº 02014.000.750/2024

Recife, 22 de setembro de 2025

MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

30ª E 46ª PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL (IDOSO)

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:

Renato da Silva Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:

Hélio José de Carvalho Xavier

SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS JURÍDICOS:

Norma Mendonça Galvão de Carvalho

CORREGEDORA-GERAL
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

COORREGEDOR-GERAL SUBSTITUTO
Charles Hamilton dos Santos Lima

SECRETÁRIA-GERAL:
Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE
Frederico José Santos de Oliveira
COORDENADORA DE GABINETE
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUVIDORA
Maria Lizandra Lira de Carvalho

CONSELHO SUPERIOR

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho
(Presidente)
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva
Aguinaldo Fenelon de Barros
Giani Maria do Monte Santos
Cristiane de Gusmão Medeiros
Marco Aurélio Farias da Silva
Liliane da FONSECA Lima Rocha
Charles Hamilton dos Santos Lima
Lucila Varejão Dias Martins

MP PE
Ministério Público de Pernambuco

Roberto Lyra - Edifício Sede
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio
CEP 50.010-240 - Recife / PE
E-mail: ascom@mppe.mp.br
Fone: 81 3182-7000

Único de Saúde e demais normas pertinentes;

CONSIDERANDO o disposto no art. 48 e seguintes da Lei n.º 10.741/2003, que especifica que as entidades governamentais e não-governamentais de assistência à pessoa idosa ficam sujeitas à inscrição e fiscalização de seus programas junto ao órgão competente da Vigilância Sanitária e Conselho Municipal da Pessoa Idosa, e, em sua falta, junto ao Conselho Estadual ou Nacional da Pessoa Idosa, observando aspectos que dizem respeito, dentre outros, ao oferecimento de instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público, dentre outras atribuições, a fiscalização das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), nos termos descritos no art. 52, caput, do Estatuto, in verbis: “As entidades governamentais e não governamentais de atendimento à pessoa idosa serão fiscalizadas pelos Conselhos do idoso, Ministério Público, Vigilância Sanitária e outros previstos em lei”;

CONSIDERANDO o conteúdo da Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária de n.º 502, de 26 de setembro de 2021, que define normas de funcionamento para as Instituições de Longa Permanência para Idosos - ILPI's, de caráter residencial;

CONSIDERANDO que, segundo o artigo 49 do Estatuto da Pessoa Idosa, as entidades que desenvolvam programas de institucionalização de longa permanência deverão adotar os seguintes princípios: I – preservação dos vínculos familiares; II – atendimento personalizado e em pequenos grupos; III – manutenção do idoso na mesma instituição, salvo em caso de força maior; IV – participação do idoso nas atividades comunitárias, de caráter interno e externo; V – observância dos direitos e garantias dos idosos; VI – preservação da identidade do idoso e oferecimento de ambiente de respeito e dignidade;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 50 do Estatuto, constituem obrigações das entidades de atendimento: I – celebrar contrato escrito de prestação de serviço com o idoso, especificando o tipo de atendimento, as obrigações da entidade e prestações decorrentes do contrato, com os respectivos preços, se for o caso; II – observar os direitos e as garantias de que são titulares os idosos; III – fornecer vestuário adequado, se for pública, e alimentação suficiente; IV – oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade; V – oferecer atendimento personalizado; VI – diligenciar no sentido da preservação dos vínculos familiares; VII – oferecer acomodações apropriadas para recebimento de visitas; VIII – proporcionar cuidados à saúde, conforme a necessidade do idoso; IX – promover atividades educacionais, esportivas, culturais e de lazer; X – propiciar assistência religiosa àqueles que desejarem, de acordo com suas crenças; XI – proceder a estudo social e pessoal de cada caso; XII – comunicar à autoridade competente de saúde toda ocorrência de idoso portador de doenças infecto-contagiosas; XIII – providenciar ou solicitar que o Ministério Público requirite os documentos necessários ao exercício da cidadania àqueles que não os tiverem, na forma da lei; XIV – fornecer comprovante de depósito dos bens móveis que receberem dos idosos; XV – manter arquivo de anotações onde constem data e circunstâncias do atendimento, nome do idoso, responsável, parentes, endereços, cidade, relação de seus pertences, bem como o valor de contribuições, e suas alterações, se houver, e demais dados que possibilitem sua identificação e a individualização do atendimento; XVI – comunicar ao Ministério Público, para as providências cabíveis, a situação de abandono moral ou material por parte dos familiares; XVII – manter no quadro de pessoal profissionais com formação específica;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 53 da LBI (Lei Brasileira de Inclusão), a acessibilidade é direito que garante à

pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social;

CONSIDERANDO que, segundo o artigo 56 da citada Lei, a construção, a reforma, a ampliação ou a mudança de uso de edificações abertas ao público, de uso público ou privadas de uso coletivo deverão ser executadas de modo a serem acessíveis;

CONSIDERANDO que a definição legal de "pessoa com mobilidade reduzida", para efeitos de proteção conferida pela Lei nº 13.146/20158, inclui a pessoa idosa, de acordo com a norma inserta no art. 3º, IX da LBI (Lei Brasileira de Inclusão), a seguir: " Art. 3º: Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se: (...) IX - pessoa com mobilidade reduzida: aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso”;

CONSIDERANDO que, durante a fiscalização realizada pela Equipe Técnica da Promotoria, em 17 de setembro de 2025, restaram verificadas diversas irregularidades no âmbito da Instituição de Longa Permanência para Idosos;

CONSIDERANDO que a Recomendação é instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público por intermédio do qual este expõe, em ato formal, razões fáticas e jurídicas sobre determinada questão, com o objetivo de persuadir o destinatário a praticar ou deixar de praticar determinados atos em benefício da melhoria dos serviços públicos e de relevância pública ou do respeito aos interesses, direitos e bens defendidos pela instituição, atuando, assim, como instrumento de prevenção de responsabilidades ou correção de condutas (Resolução nº 164/2017 do CNMP);

CONSIDERANDO que as atribuições do cargo de 30º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital estão fixadas na Resolução RES – CPJ nº. 004/05, sendo as seguintes: I – Promover e defender os direitos humanos da pessoa idosa, visando à proteção dos interesses individuais indisponíveis, individuais homogêneos, coletivos e difusos, especialmente daqueles em situação de risco; II – Zelar pela correta aplicação das normas relativas à pessoa idosa, garantindo o seu bem-estar, a sua integridade social e a não ocorrência de ameaças e violações aos seus direitos; III – Inspeccionar mensalmente entidades públicas e particulares que prestem serviços de atendimento à pessoa idosa, adotando as providências cabíveis; IV – Fiscalizar a implantação e execução das Políticas Públicas destinadas às pessoas idosas e a correta aplicação de seus recursos, promovendo as medidas extrajudiciais e judiciais necessárias.”

RESOLVE, nos autos do Procedimento administrativo de acompanhamento de instituições nº 02014.000.750/2024 e, ainda, na forma do art. 5º, Parágrafo único, inciso IV, da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei Complementar nº. 12/94):

RECOMENDAR à ILPI Espaço Geriátrico Nossa Senhora da Conceição que, no prazo de 60 (sessenta) dias, proceda ao cumprimento do Estatuto da Pessoa Idosa (Lei n.º 10.741/2003), mediante adoção das seguintes providências:

1. Sanar as irregularidades verificadas pela Equipe Técnica da Promotoria, em fiscalização realizada no âmbito da ILPI (Instituição de Longa Permanência para Idosos), no dia 17 de setembro de 2025, a seguir elencadas:

1.1. A Instituição possui os seguintes procedimentos operacionais padrão (Art. 46 e Art. 47, RDC 502): A) Boas

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:
Renato da Silva Filho
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:
Hélio José de Carvalho Xavier
SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS JURÍDICOS:
Norma Mendonça Galvão de Carvalho

CORREGEDORA-GERAL
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO
Charles Hamilton dos Santos Lima

SECRETÁRIA-GERAL:
Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE
Frederico José Santos de Oliveira
COORDENADORA DE GABINETE
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUVIDORA
Maria Lizandra Lira de Carvalho

CONSELHO SUPERIOR

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho
(Presidente)
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva
Aguinaldo Fenelon de Barros
Giani Maria do Monte Santos
Cristiane de Gusmão Medeiros
Marco Aurélio Farias da Silva
Liliane da Fonseca Lima Rocha
Charles Hamilton dos Santos Lima
Lucila Varejão Dias Martins

MP PE
Ministério Público de Pernambuco

Roberto Lyra - Edifício Sede
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio
CEP 50.010-240 - Recife / PE
E-mail: ascom@mppe.mp.br
Fone: 81 3182-7000

práticas para prevenção e controle de vetores (Inc IV, Art. 46); B) Acondicionamento dos resíduos (Inc V, Art. 46); C) Lavar, secar, passar e reparar as roupas (Inc. I, Art. 47); D) Guarda e troca de roupas de uso coletivo (Inc. II, Art. 47);

1.2. A instituição não tem Plano de Atenção Integral à Saúde dos residentes (Art. 37 da RDC 502/2021);

1.3. O PAIS não é revisto a cada 2 anos (Art. 30);

1.4. O dormitório 10 estava sem campanha;

1.5. Inexistência de cardápio na cozinha;

1.6. A ILPI não estava fazendo uso do livro de registro de visitas.

2. Oficie-se ao dirigente do(a) ILPI Espaço Geriátrico Nossa Senhora da Conceição, enviando-lhe cópia para o devido conhecimento a fim de que, no prazo acima fixado, responda se aceita os seus termos, cientificando este órgão ministerial quanto às medidas adotadas, inclusive, com apresentação de cronograma de cumprimento das medidas a serem implementadas, com a advertência de que a ausência de resposta será considerada como não acatamento e ensejará a adoção das medidas judiciais cabíveis;

3. Encaminhe-se cópia da presente Recomendação à Vigilância Sanitária Municipal do Recife, ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa no Recife (COMDIR) e ao Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa em Pernambuco (CEDPI /PE), para conhecimento.

4. Encaminhe-se cópia da presente Recomendação à Subprocuradoria-Geral em Assuntos Administrativos (subadm.doe@mppe.mp.br), para fins de publicação no Diário Oficial do Estado, ao Egrégio Conselho Superior do Ministério Público e ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Defesa da Cidadania.

5. Decorrido o prazo estabelecido, sem manifestação, certifique nos autos e voltem-me conclusos.

6. Cumpra-se.

Recife, 22 de setembro de 2025.

Luciana Maciel Dantas Figueiredo,
Promotora de Justiça
30ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital
Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa

RECOMENDAÇÃO Nº 30ª E 46ª PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL (IDOSO) - Procedimento nº 02014.000.745/2024

Recife, 22 de setembro de 2025

MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

30ª E 46ª PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL (IDOSO)

Procedimento nº 02014.000.745/2024 — Procedimento administrativo de acompanhamento de instituições

RECOMENDAÇÃO

Procedimento administrativo de acompanhamento de instituições nº 02014.000.745/2024

Representante: Ministério Público do Estado de Pernambuco ex officio.

Investigado: Residencial Geriátrico Luminar (Paiva Sousa Albergue Eireli - ME) (CNPJ nº 18.993.984/0001-14)

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO, por intermédio 30ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital com Atuação na Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa, que esta subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 127, 129, III e 230 da Constituição Federal, e pelos artigos 8º, §1º, da Lei nº. 7.347/85, nos artigos 15 e 74, I da Lei nº. 10.741/2003 – Estatuto do Idoso e art. 4º, inciso IV, alínea a, da Lei Complementar Estadual nº. 12/1994, com as alterações posteriores;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal elevou o Ministério Público à categoria de instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, competindo ao Ministério Público a tutela dos interesses das pessoas idosas;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público, consoante previsto no artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/1985, instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, e requisitar, de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, que deverão ser remetidos ao Parquet no prazo;

CONSIDERANDO que a Carta Magna, em seu artigo 230, caput, prevê, verbis: “A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantido-lhes o direito à vida”;

CONSIDERANDO o art. 10 da Lei n.º 8.842/1994 (Política Nacional da Pessoa Idosa), que estabelece as competências dos órgãos e entidades públicos municipais no que diz respeito à sua implementação, dentre as quais estão: prestar serviços e desenvolver ações voltadas para o atendimento das necessidades básicas da pessoa idosa; promover a capacitação de recursos para o atendimento à pessoa idosa; prevenir, promover proteger e recuperar a saúde da pessoa idosa, mediante programas e medidas profiláticas; adotar e aplicar normas de funcionamento às instituições geriátricas e similares, com fiscalização pelos gestores do Sistema Único de Saúde; e criar serviços alternativos para a saúde da pessoa idosa;

CONSIDERANDO que a Lei nº 10.741/2003, no art. 2º, estabelece que a pessoa idosa goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Pessoa Idosa estabelece, em seus artigos 3 e 33, que é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar à pessoa idosa, com absoluta prioridade, a efetivação, entre outros do direito à vida, à saúde, à alimentação, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária, sendo a Assistência Social, na Política Nacional do Idoso, no Sistema Único de Saúde e demais normas pertinentes;

CONSIDERANDO o disposto no art. 48 e seguintes da Lei n.º 10.741/2003, que especifica que as entidades governamentais e não-governamentais de assistência à pessoa idosa ficam sujeitas à inscrição e fiscalização de seus programas junto ao órgão competente da Vigilância Sanitária e Conselho Municipal da Pessoa Idosa, e, em sua falta, junto ao Conselho Estadual ou Nacional da Pessoa Idosa, observando aspectos que dizem respeito, dentre outros, ao oferecimento de instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança;

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:
Renato da Silva Filho
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:
Hélio José de Carvalho Xavier
SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS JURÍDICOS:
Norma Mendonça Galvão de Carvalho

CORREGEDORA-GERAL
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

COORDENADORA-GERAL SUBSTITUTO
Charles Hamilton dos Santos Lima

SECRETÁRIA-GERAL:
Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE
Frederico José Santos de Oliveira
COORDENADORA DE GABINETE
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUIVIDORA
Maria Lizandra Lira de Carvalho

CONSELHO SUPERIOR

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho
(Presidente)
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva
Aguinaldo Fenelon de Barros
Giani Maria do Monte Santos
Cristiane de Gusmão Medeiros
Marco Aurélio Farias da Silva
Liliane da Fonseca Lima Rocha
Charles Hamilton dos Santos Lima
Lucila Varejão Dias Martins



Roberto Lyra - Edifício Sede
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio
CEP 50.010-240 - Recife / PE
E-mail: ascom@mppe.mp.br
Fone: 81 3182-7000

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público, dentre outras atribuições, a fiscalização das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), nos termos descritos no art. 52, caput, do Estatuto, in verbis: “As entidades governamentais e não governamentais de atendimento à pessoa idosa serão fiscalizadas pelos Conselhos do idoso, Ministério Público, Vigilância Sanitária e outros previstos em lei”;

CONSIDERANDO o conteúdo da Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária de n.º 502, de 26 de setembro de 2021, que define normas de funcionamento para as Instituições de Longa Permanência para Idosos - ILPI's, de caráter residencial;

CONSIDERANDO que, segundo o artigo 49 do Estatuto da Pessoa Idosa, as entidades que desenvolvam programas de institucionalização de longa permanência deverão adotar os seguintes princípios: I – preservação dos vínculos familiares; II – atendimento personalizado e em pequenos grupos; III – manutenção do idoso na mesma instituição, salvo em caso de força maior; IV – participação do idoso nas atividades comunitárias, de caráter interno e externo; V – observância dos direitos e garantias dos idosos; VI – preservação da identidade do idoso e oferecimento de ambiente de respeito e dignidade;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 50 do Estatuto, constituem obrigações das entidades de atendimento: I – celebrar contrato escrito de prestação de serviço com o idoso, especificando o tipo de atendimento, as obrigações da entidade e prestações decorrentes do contrato, com os respectivos preços, se for o caso; II – observar os direitos e as garantias de que são titulares os idosos; III – fornecer vestuário adequado, se for pública, e alimentação suficiente; IV – oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade; V – oferecer atendimento personalizado; VI – diligenciar no sentido da preservação dos vínculos familiares; VII – oferecer acomodações apropriadas para recebimento de visitas; VIII – proporcionar cuidados à saúde, conforme a necessidade do idoso; IX – promover atividades educacionais, esportivas, culturais e de lazer; X – propiciar assistência religiosa àqueles que desejarem, de acordo com suas crenças; XI – proceder a estudo social e pessoal de cada caso; XII – comunicar à autoridade competente de saúde toda ocorrência de idoso portador de doenças infecto-contagiosas; XIII – providenciar ou solicitar que o Ministério Público requirite os documentos necessários ao exercício da cidadania àqueles que não os tiverem, na forma da lei; XIV – fornecer comprovante de depósito dos bens móveis que receberem dos idosos; XV – manter arquivo de anotações onde constem data e circunstâncias do atendimento, nome do idoso, responsável, parentes, endereços, cidade, relação de seus pertences, bem como o valor de contribuições, e suas alterações, se houver, e demais dados que possibilitem sua identificação e a individualização do atendimento; XVI – comunicar ao Ministério Público, para as providências cabíveis, a situação de abandono moral ou material por parte dos familiares; XVII – manter no quadro de pessoal profissionais com formação específica;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 53 da LBI (Lei Brasileira de Inclusão), a acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social;

CONSIDERANDO que, segundo o artigo 56 da citada Lei, a construção, a reforma, a ampliação ou a mudança de uso de edificações abertas ao público, de uso público ou privadas de uso coletivo deverão ser executadas de modo a serem acessíveis;

CONSIDERANDO que a definição legal de "pessoa com mobilidade reduzida", para efeitos de proteção conferida pela Lei nº 13.146/2015, inclui a pessoa idosa, de acordo com a

norma inserta no art. 3º, IX da LBI (Lei Brasileira de Inclusão), a seguir: " Art. 3º: Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se: (...) IX - pessoa com mobilidade reduzida: aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso”;

CONSIDERANDO que, durante a fiscalização realizada pela Equipe Técnica da Promotoria, em 18 de setembro de 2025, restaram verificadas diversas irregularidades no âmbito da Instituição de Longa Permanência para Idosos;

CONSIDERANDO que a Recomendação é instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público por intermédio do qual este expõe, em ato formal, razões fáticas e jurídicas sobre determinada questão, com o objetivo de persuadir o destinatário a praticar ou deixar de praticar determinados atos em benefício da melhoria dos serviços públicos e de relevância pública ou do respeito aos interesses, direitos e bens defendidos pela instituição, atuando, assim, como instrumento de prevenção de responsabilidades ou correção de condutas (Resolução nº 164/2017 do CNMP);

CONSIDERANDO que as atribuições do cargo de 30º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital estão fixadas na Resolução RES – CPJ nº. 004/05, sendo as seguintes: I – Promover e defender os direitos humanos da pessoa idosa, visando à proteção dos interesses individuais indisponíveis, individuais homogêneos, coletivos e difusos, especialmente daqueles em situação de risco; II – Zelar pela correta aplicação das normas relativas à pessoa idosa, garantindo o seu bem-estar, a sua integridade social e a não ocorrência de ameaças e violações aos seus direitos; III – Inspecionar mensalmente entidades públicas e particulares que prestem serviços de atendimento à pessoa idosa, adotando as providências cabíveis; IV – Fiscalizar a implantação e execução das Políticas Públicas destinadas às pessoas idosas e a correta aplicação de seus recursos, promovendo as medidas extrajudiciais e judiciais necessárias.”

RESOLVE, nos autos do Procedimento administrativo de acompanhamento de instituições nº 02014.000.745/2024 e, ainda, na forma do art. 5º, Parágrafo único, inciso IV, da Lei Orgânica Estadual o Ministério Público (Lei Complementar nº. 12/94):

RECOMENDAR à Residencial Geriátrico Luminar (Paiva Sousa Albergue Eireli - ME) que, no prazo de 60 (sessenta) dias, proceda ao cumprimento do Estatuto da Pessoa Idosa (Lei n.º 10.741/2003), mediante adoção das seguintes providências:

1. Sanar as irregularidades verificadas pela Equipe Técnica da Promotoria, em fiscalização realizada no âmbito da ILPI (Instituição de Longa Permanência para Idosos), no dia 18 de setembro de 2025, a seguir elencadas:

1.1. Ausência de Alvará de Funcionamento;

1.2. Ausência de Alvará da Vigilância Sanitária;

1.3. Ausência de Plano de atendimento individualizado (PAI) para cada residente, com registro também da história de vida, de suas características, perfil socioeconômico, escolaridade;

1.4. O Plano de Atendimento Individualizado não é atualizado periodicamente, constando o planejamento das ações de cuidado assinado por equipe multiprofissional;

1.5. A Instituição possui os seguintes procedimentos

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:
Renato da Silva Filho
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:
Hélio José de Carvalho Xavier
SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS JURÍDICOS:
Norma Mendonça Galvão de Carvalho

CORREGEDORA-GERAL
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO
Charles Hamilton dos Santos Lima

SECRETÁRIA-GERAL:
Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE
Frederico José Santos de Oliveira
COORDENADORA DE GABINETE
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUVIDORA
Maria Lizandra Lira de Carvalho

CONSELHO SUPERIOR

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho
(Presidente)
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva
Aguinaldo Fenelon de Barros
Giani Maria do Monte Santos
Cristiane de Gusmão Medeiros
Marco Aurélio Farias da Silva
Liliane da Fonseca Lima Rocha
Charles Hamilton dos Santos Lima
Lucila Varejão Dias Martins

MP PE
Ministério Público de Pernambuco

Roberto Lyra - Edifício Sede
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio
CEP 50.010-240 - Recife / PE
E-mail: ascom@mppe.mp.br
Fone: 81 3182-7000

operacionais
padrão (Art. 46 e Art. 47, RDC 502): A) Limpeza e descontaminação dos alimentos (Inc. I, Art. 46); B) Armazenagem de alimentos (Inc. II, Art. 46); C) Boas práticas para prevenção e controle de vetores (Inc IV, Art. 46); D) Acondicionamento dos resíduos (Inc V, Art. 46); E) Lavar, secar, passar e reparar as roupas (Inc. I, Art. 47); F) Guarda e troca de roupas de uso coletivo (Inc. II, Art. 47); G) A ILPI não possui Plano de Trabalho (Art. 31 da RDC 502/2020);

1.5. A instituição não tem Plano de Atenção Integral à Saúde dos residentes (Art. 37 da RDC 502/2021);

1.6. O PAIS não é revisto a cada 2 anos (Art. 30);

1.7. No momento da fiscalização, a ILPI encontra-se em condições precárias de higiene;

1.8. A inspeção foi realizada no horário do almoço e a Equipe Técnica constatou a existência de pouca proteína (frango cozido) pronta para consumo;

1.9. Identificou-se irregularidades no registro da administração de medicamentos nos prontuários. Na data da inspeção, todas as medicações da noite estavam registradas como já administradas para os idosos.

2. Oficie-se ao dirigente do(a) Residencial Geriátrico Luminar (Paiva Sousa Albergue Eireli - ME), enviando-lhe cópia para o devido conhecimento a fim de que, no prazo acima fixado, responda se aceita os seus termos, cientificando este órgão ministerial quanto às medidas adotadas, inclusive, com apresentação de cronograma de cumprimento das medidas a serem implementadas, com a advertência de que a ausência de resposta será considerada como não acatamento e ensejará a adoção das medidas judiciais cabíveis;

3. Encaminhe-se cópia da presente Recomendação à Vigilância Sanitária Municipal do Recife, ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa no Recife (COMDIR) e ao Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa em Pernambuco (CEDPI /PE), para conhecimento.

4. Encaminhe-se cópia da presente Recomendação à Subprocuradoria-Geral em Assuntos Administrativos (subadm.doe@mppe. mp.br), para fins de publicação no Diário Oficial do Estado, ao Egrégio Conselho Superior do Ministério Público e ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Defesa da Cidadania.

5. Decorrido o prazo estabelecido, sem manifestação, certifique nos autos e voltem-me conclusos.

6. Cumpra-se.

Recife, 22 de setembro de 2025.

Luciana Maciel Dantas Figueiredo,
Promotora de Justiça

30ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital
Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa

RECOMENDAÇÃO Nº 30ª E 46ª PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL (IDOSO) - Procedimento nº 02014.000.802/2023

Recife, 22 de setembro de 2025

MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

30ª E 46ª PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL (IDOSO)

Procedimento nº 02014.000.802/2023 — Inquérito Civil

RECOMENDAÇÃO

Inquérito Civil nº 02014.000.802/2023

Representante: Ministério Público do Estado de Pernambuco ex officio.
Investigado: ILPI Abrigo Provisório Edusa Pereira

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO, por intermédio 30ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital com Atuação na Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa, que esta subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 127, 129, III e 230 da Constituição Federal, e pelos artigos 8º, §1º, da Lei nº. 7.347/85, nos artigos 15 e 74, I da Lei nº. 10.741/2003 – Estatuto do Idoso e art. 4º, inciso IV, alínea a, da Lei Complementar Estadual nº. 12/1994, com as alterações posteriores;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal elevou o Ministério Público à categoria de instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, competindo ao Ministério Público a tutela dos interesses das pessoas idosas;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público, consoante previsto no artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/1985, instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, e requisitar, de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, que deverão ser remetidos ao Parquet no prazo;

CONSIDERANDO que a Carta Magna, em seu artigo 230, caput, prevê, verbis: “A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantido-lhes o direito à vida”;

CONSIDERANDO o art. 10 da Lei n.º 8.842/1994 (Política Nacional da Pessoa Idosa), que estabelece as competências dos órgãos e entidades públicos municipais no que diz respeito à sua implementação, dentre as quais estão: prestar serviços e desenvolver ações voltadas para o atendimento das necessidades básicas da pessoa idosa; promover a capacitação de recursos para o atendimento à pessoa idosa; prevenir, promover proteger e recuperar a saúde da pessoa idosa, mediante programas e medidas profiláticas; adotar e aplicar normas de funcionamento às instituições geriátricas e similares, com fiscalização pelos gestores do Sistema Único de Saúde; e criar serviços alternativos para a saúde da pessoa idosa;

CONSIDERANDO que a Lei nº 10.741/2003, no art. 2º, estabelece que a pessoa idosa goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Pessoa Idosa estabelece, em seus artigos 3 e 33, que é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar à pessoa idosa, com absoluta prioridade, a efetivação, entre outros do direito à vida, à saúde, à alimentação, à cidadania, à liberdade, à dignidade,

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:

Renato da Silva Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:

Hélio José de Carvalho Xavier

SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS JURÍDICOS:

Norma Mendonça Galvão de Carvalho

CORREGEDORA-GERAL
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

COORREGEDOR-GERAL SUBSTITUTO
Charles Hamilton dos Santos Lima

SECRETÁRIA-GERAL:
Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE
Frederico José Santos de Oliveira
COORDENADORA DE GABINETE
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUVIDORA
Maria Lizandra Lira de Carvalho

CONSELHO SUPERIOR

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho
(Presidente)

Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

Aguinaldo Fenelon de Barros

Giani Maria do Monte Santos

Cristiane de Gusmão Medeiros

Marco Aurélio Farias da Silva

Liliane da Fonseca Lima Rocha

Charles Hamilton dos Santos Lima

Lucila Varella Dias Martins



Ministério Público de Pernambuco

Roberto Lyra - Edifício Sede
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio
CEP 50.010-240 - Recife / PE
E-mail: ascom@mppe.mp.br
Fone: 81 3182-7000

ao respeito e à convivência familiar e comunitária, sendo a Assistência Social, na Política Nacional do Idoso, no Sistema Único de Saúde e demais normas pertinentes;

CONSIDERANDO o disposto no art. 48 e seguintes da Lei n.º 10.741/2003, que especifica que as entidades governamentais e não-governamentais de assistência à pessoa idosa ficam sujeitas à inscrição e fiscalização de seus programas junto ao órgão competente da Vigilância Sanitária e Conselho Municipal da Pessoa Idosa, e, em sua falta, junto ao Conselho Estadual ou Nacional da Pessoa Idosa, observando aspectos que dizem respeito, dentre outros, ao oferecimento de instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público, dentre outras atribuições, a fiscalização das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), nos termos descritos no art. 52, caput, do Estatuto, in verbis: "As entidades governamentais e não governamentais de atendimento à pessoa idosa serão fiscalizadas pelos Conselhos do idoso, Ministério Público, Vigilância Sanitária e outros previstos em lei";

CONSIDERANDO o conteúdo da Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária de n.º 502, de 26 de setembro de 2021, que define normas de funcionamento para as Instituições de Longa Permanência para Idosos - ILPI's, de caráter residencial;

CONSIDERANDO que, segundo o artigo 49 do Estatuto da Pessoa Idosa, as entidades que desenvolvam programas de institucionalização de longa permanência deverão adotar os seguintes princípios: I – preservação dos vínculos familiares; II – atendimento personalizado e em pequenos grupos; III – manutenção do idoso na mesma instituição, salvo em caso de força maior; IV – participação do idoso nas atividades comunitárias, de caráter interno e externo; V – observância dos direitos e garantias dos idosos; VI – preservação da identidade do idoso e oferecimento de ambiente de respeito e dignidade;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 50 do Estatuto, constituem obrigações das entidades de atendimento: I – celebrar contrato escrito de prestação de serviço com o idoso, especificando o tipo de atendimento, as obrigações da entidade e prestações decorrentes do contrato, com os respectivos preços, se for o caso; II – observar os direitos e as garantias de que são titulares os idosos; III – fornecer vestuário adequado, se for pública, e alimentação suficiente; IV – oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade; V – oferecer atendimento personalizado; VI – diligenciar no sentido da preservação dos vínculos familiares; VII – oferecer acomodações apropriadas para recebimento de visitas; VIII – proporcionar cuidados à saúde, conforme a necessidade do idoso; IX – promover atividades educacionais, esportivas, culturais e de lazer; X – propiciar assistência religiosa àqueles que desejarem, de acordo com suas crenças; XI – proceder a estudo social e pessoal de cada caso; XII – comunicar à autoridade competente de saúde toda ocorrência de idoso portador de doenças infecto-contagiosas; XIII – providenciar ou solicitar que o Ministério Público requirite os documentos necessários ao exercício da cidadania àqueles que não os tiverem, na forma da lei; XIV – fornecer comprovante de depósito dos bens móveis que receberem dos idosos; XV – manter arquivo de anotações onde constem data e circunstâncias do atendimento, nome do idoso, responsável, parentes, endereços, cidade, relação de seus pertences, bem como o valor de contribuições, e suas alterações, se houver, e demais dados que possibilitem sua identificação e a individualização do atendimento; XVI – comunicar ao Ministério Público, para as providências cabíveis, a situação de abandono moral ou material por parte dos familiares; XVII – manter no quadro de pessoal profissionais com formação específica;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 53 da LBI (Lei Brasileira de Inclusão), a acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social;

CONSIDERANDO que, segundo o artigo 56 da citada Lei, a construção, a reforma, a ampliação ou a mudança de uso de edificações abertas ao público, de uso público ou privadas de uso coletivo deverão ser executadas de modo a serem acessíveis;

CONSIDERANDO que a definição legal de "pessoa com mobilidade reduzida", para efeitos de proteção conferida pela Lei nº 13.146/20158, inclui a pessoa idosa, de acordo com a norma inserta no art. 3º, IX da LBI (Lei Brasileira de Inclusão), a seguir: " Art. 3º: Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se: (...) IX - pessoa com mobilidade reduzida: aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso";

CONSIDERANDO que, durante a fiscalização realizada pela Equipe Técnica da Promotoria, em 11 de setembro de 2025, restaram verificadas diversas irregularidades no âmbito da Instituição de Longa Permanência para Idosos;

CONSIDERANDO que a Recomendação é instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público por intermédio do qual este expõe, em ato formal, razões fáticas e jurídicas sobre determinada questão, com o objetivo de persuadir o destinatário a praticar ou deixar de praticar determinados atos em benefício da melhoria dos serviços públicos e de relevância pública ou do respeito aos interesses, direitos e bens defendidos pela instituição, atuando, assim, como instrumento de prevenção de responsabilidades ou correção de condutas (Resolução nº 164/2017 do CNMP);

CONSIDERANDO que as atribuições do cargo de 30º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital estão fixadas na Resolução RES – CPJ nº. 004/05, sendo as seguintes: I – Promover e defender os direitos humanos da pessoa idosa, visando à proteção dos interesses individuais indisponíveis, individuais homogêneos, coletivos e difusos, especialmente daqueles em situação de risco; II – Zelar pela correta aplicação das normas relativas à pessoa idosa, garantindo o seu bem-estar, a sua integridade social e a não ocorrência de ameaças e violações aos seus direitos; III – Inspeccionar mensalmente entidades públicas e particulares que prestem serviços de atendimento à pessoa idosa, adotando as providências cabíveis; IV – Fiscalizar a implantação e execução das Políticas Públicas destinadas às pessoas idosas e a correta aplicação de seus recursos, promovendo as medidas extrajudiciais e judiciais necessárias."

RESOLVE, nos autos do Inquérito Civil nº 02014.000.802/2023 e, ainda, na forma do art. 5º, Parágrafo único, inciso IV, da Lei Orgânica Estadual o Ministério Público (Lei Complementar nº. 12/94):

RECOMENDAR à ILPI Abrigo Provisório Edusa Pereira que, no prazo de 60 (sessenta) dias, proceda ao cumprimento do Estatuto da Pessoa Idosa (Lei n.º 10.741 /2003), mediante adoção das seguintes providências:

1. Sanar as irregularidades verificadas pela Equipe Técnica da Promotoria, em fiscalização realizada no âmbito da ILPI (Instituição de Longa Permanência para Idosos), no dia 11 de setembro de 2025, a seguir elencadas:

1.1. A Instituição possui os seguintes procedimentos

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:

Renato da Silva Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:

Hélio José de Carvalho Xavier

SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS JURÍDICOS:

Norma Mendonça Galvão de Carvalho

CORREGEDORA-GERAL
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

COORREGEDOR-GERAL SUBSTITUTO
Charles Hamilton dos Santos Lima

SECRETÁRIA-GERAL:
Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE
Frederico José Santos de Oliveira
COORDENADORA DE GABINETE
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUVIDORA
Maria Lizandra Lira de Carvalho

CONSELHO SUPERIOR

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho
(Presidente)
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva
Aguinaldo Fenelon de Barros
Giani Maria do Monte Santos
Cristiane de Gusmão Medeiros
Marco Aurélio Farias da Silva
Liliane da Fonseca Lima Rocha
Charles Hamilton dos Santos Lima
Lucila Varejão Dias Martins

MP PE
Ministério Público de Pernambuco

Roberto Lyra - Edifício Sede
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio
CEP 50.010-240 - Recife / PE
E-mail: ascom@mpe.mp.br
Fone: 81 3182-7000

operacionais

padrão (Art. 46 e Art. 47, RDC 502): A) Lavar, secar, passar e reparar as roupas (Inc. I, Art. 47); B) Guarda e troca de roupas de uso coletivo (Inc. II, Art. 47); C) A ILPI possui Plano de Trabalho (Art. 31 da RDC 502 /2020);

1.2. A instituição não tem Plano de Atenção Integral à Saúde do residente (Art. 37 da RDC 502/2021);

1.3. O PAIS não é revisto a cada 2 anos (Art. 36);

1.4. A ILPI não notifica à autoridade sanitária local a ocorrência de eventos sentinela (art. 55, RDC 501);

1.5. Ausência de campanha e luz de vigilância;

1.6. Ausência de POPs;

1.7. Em alguns quartos, as as janelas estavam quebradas e os banheiros sem portas;

1.8. Paredes e tetos com rachaduras e mofos.

2. Oficie-se ao dirigente do(a) ILPI Abrigo Provisório Edusa Pereira, enviando-lhe cópia para o devido conhecimento a fim de que, no prazo acima fixado, responda se aceita os seus termos, cientificando este órgão ministerial quanto às medidas adotadas, inclusive, com apresentação de cronograma de cumprimento das medidas a serem implementadas, com a advertência de que a ausência de resposta será considerada como não acatamento e ensejará a adoção das medidas judiciais cabíveis;

3. Encaminhe-se cópia da presente Recomendação à Vigilância Sanitária Municipal do Recife, ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa no Recife (COMDIR) e ao Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa em Pernambuco (CEDPI /PE), para conhecimento.

4. Encaminhe-se cópia da presente Recomendação à Subprocuradoria-Geral em Assuntos Administrativos (subadm.doe@mppe. mp.br), para fins de publicação no Diário Oficial do Estado, ao Egrégio Conselho Superior do Ministério Público e ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Defesa da Cidadania.

5. Decorrido o prazo estabelecido, sem manifestação, certifique nos autos e voltem-me conclusos.

6. Cumpra-se.

Recife, 22 de setembro de 2025.

Luciana Maciel Dantas Figueiredo,

Promotora de Justiça

30ª Promotora de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital

Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa

RECOMENDAÇÃO Nº 30ª E 46ª PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL (IDOSO) - Procedimento nº 02014.001.754/2021

Recife, 22 de setembro de 2025

MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

30ª E 46ª PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL (IDOSO)

Procedimento nº 02014.001.754/2021 — Inquérito Civil

RECOMENDAÇÃO

Inquérito Civil nº 02014.001.754/2021

Representante: Ministério Público do Estado de Pernambuco ex officio.
Investigado: ILPI Porto Seguro

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO, por intermédio 30ª Promotora de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital com Atuação na Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa, que esta subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 127, 129, III e 230 da Constituição Federal, e pelos artigos 8º, §1º, da Lei nº. 7.347/85, nos artigos 15 e 74, I da Lei nº. 10.741/2003 – Estatuto do Idoso e art. 4º, inciso IV, alínea a, da Lei Complementar Estadual nº. 12/1994, com as alterações posteriores;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal elevou o Ministério Público à categoria de instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, competindo ao Ministério Público a tutela dos interesses das pessoas idosas;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público, consoante previsto no artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/1985, instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, e requisitar, de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, que deverão ser remetidos ao Parquet no prazo;

CONSIDERANDO que a Carta Magna, em seu artigo 230, caput, prevê, verbis: “A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantido-lhes o direito à vida”;

CONSIDERANDO o art. 10 da Lei n.º 8.842/1994 (Política Nacional da Pessoa Idosa), que estabelece as competências dos órgãos e entidades públicos municipais no que diz respeito à sua implementação, dentre as quais estão: prestar serviços e desenvolver ações voltadas para o atendimento das necessidades básicas da pessoa idosa; promover a capacitação de recursos para o atendimento à pessoa idosa; prevenir, promover proteger e recuperar a saúde da pessoa idosa, mediante programas e medidas profiláticas; adotar e aplicar normas de funcionamento às instituições geriátricas e similares, com fiscalização pelos gestores do Sistema Único de Saúde; e criar serviços alternativos para a saúde da pessoa idosa;

CONSIDERANDO que a Lei nº 10.741/2003, no art. 2º, estabelece que a pessoa idosa goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Pessoa Idosa estabelece, em seus artigos 3 e 33, que é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar à pessoa idosa, com absoluta prioridade, a efetivação, entre outros do direito à vida, à saúde, à alimentação, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária, sendo a Assistência Social, na Política Nacional do Idoso, no Sistema Único de Saúde e demais normas pertinentes;

CONSIDERANDO o disposto no art. 48 e seguintes da Lei n.º 10.741/2003, que especifica que as entidades governamentais e não-governamentais de assistência à pessoa idosa ficam sujeitas à inscrição e fiscalização de seus programas junto ao órgão competente da Vigilância Sanitária e Conselho Municipal da Pessoa Idosa, e, em sua falta, junto ao Conselho Estadual ou

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:
Renato da Silva Filho
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:
Hélio José de Carvalho Xavier
SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS JURÍDICOS:
Norma Mendonça Galvão de Carvalho

CORREGEDORA-GERAL
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO
Charles Hamilton dos Santos Lima

SECRETÁRIA-GERAL:
Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE
Frederico José Santos de Oliveira
COORDENADORA DE GABINETE
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUVIDORA
Maria Lizandra Lira de Carvalho

CONSELHO SUPERIOR

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho
(Presidente)
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva
Aguinaldo Fenelon de Barros
Giani Maria do Monte Santos
Cristiane de Gusmão Medeiros
Marco Aurélio Farias da Silva
Lilliane da Fonseca Lima Rocha
Charles Hamilton dos Santos Lima
Lucila Varejão Dias Martins

MP PE
Ministério Público de Pernambuco

Roberto Lyra - Edifício Sede
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio
CEP 50.010-240 - Recife / PE
E-mail: ascom@mppe.mp.br
Fone: 81 3182-7000

Nacional da Pessoa Idosa, observando aspectos que dizem respeito, dentre outros, ao oferecimento de instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público, dentre outras atribuições, a fiscalização das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), nos termos descritos no art. 52, caput, do Estatuto, in verbis: “As entidades governamentais e não governamentais de atendimento à pessoa idosa serão fiscalizadas pelos Conselhos do idoso, Ministério Público, Vigilância Sanitária e outros previstos em lei”;

CONSIDERANDO o conteúdo da Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária de n.º 502, de 26 de setembro de 2021, que define normas de funcionamento para as Instituições de Longa Permanência para Idosos - ILPI's, de caráter residencial;

CONSIDERANDO que, segundo o artigo 49 do Estatuto da Pessoa Idosa, as entidades que desenvolvam programas de institucionalização de longa permanência deverão adotar os seguintes princípios: I – preservação dos vínculos familiares; II – atendimento personalizado e em pequenos grupos; III – manutenção do idoso na mesma instituição, salvo em caso de força maior; IV – participação do idoso nas atividades comunitárias, de caráter interno e externo; V – observância dos direitos e garantias dos idosos; VI – preservação da identidade do idoso e oferecimento de ambiente de respeito e dignidade;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 50 do Estatuto, constituem obrigações das entidades de atendimento: I – celebrar contrato escrito de prestação de serviço com o idoso, especificando o tipo de atendimento, as obrigações da entidade e prestações decorrentes do contrato, com os respectivos preços, se for o caso; II – observar os direitos e as garantias de que são titulares os idosos; III – fornecer vestuário adequado, se for pública, e alimentação suficiente; IV – oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade; V – oferecer atendimento personalizado; VI – diligenciar no sentido da preservação dos vínculos familiares; VII – oferecer acomodações apropriadas para recebimento de visitas; VIII – proporcionar cuidados à saúde, conforme a necessidade do idoso; IX – promover atividades educacionais, esportivas, culturais e de lazer; X – propiciar assistência religiosa àqueles que desejarem, de acordo com suas crenças; XI – proceder a estudo social e pessoal de cada caso; XII – comunicar à autoridade competente de saúde toda ocorrência de idoso portador de doenças infecto-contagiosas; XIII – providenciar ou solicitar que o Ministério Público requisiute os documentos necessários ao exercício da cidadania àqueles que não os tiverem, na forma da lei; XIV – fornecer comprovante de depósito dos bens móveis que receberem dos idosos; XV – manter arquivo de anotações onde constem data e circunstâncias do atendimento, nome do idoso, responsável, parentes, endereços, cidade, relação de seus pertences, bem como o valor de contribuições, e suas alterações, se houver, e demais dados que possibilitem sua identificação e a individualização do atendimento; XVI – comunicar ao Ministério Público, para as providências cabíveis, a situação de abandono moral ou material por parte dos familiares; XVII – manter no quadro de pessoal profissionais com formação específica;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 53 da LBI (Lei Brasileira de Inclusão), a acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social;

CONSIDERANDO que, segundo o artigo 56 da citada Lei, a construção, a reforma, a ampliação ou a mudança de uso de edificações abertas ao público, de uso público ou privadas de uso coletivo deverão ser executadas de modo a serem

acessíveis;

CONSIDERANDO que a definição legal de "pessoa com mobilidade reduzida", para efeitos de proteção conferida pela Lei nº 13.146/20158, inclui a pessoa idosa, de acordo com a norma inserta no art. 3º, IX da LBI (Lei Brasileira de Inclusão), a seguir: " Art. 3º: Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se: (...) IX - pessoa com mobilidade reduzida: aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso”;

CONSIDERANDO que, durante a fiscalização realizada pela Equipe Técnica em 11 de setembro de 2025, restaram verificadas diversas irregularidades no âmbito da Instituição de Longa Permanência para Idosos;

CONSIDERANDO que a Recomendação é instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público por intermédio do qual este expõe, em ato formal, razões fáticas e jurídicas sobre determinada questão, com o objetivo de persuadir o destinatário a praticar ou deixar de praticar determinados atos em benefício da melhoria dos serviços públicos e de relevância pública ou do respeito aos interesses, direitos e bens defendidos pela instituição, atuando, assim, como instrumento de prevenção de responsabilidades ou correção de condutas (Resolução nº 164/2017 do CNMP);

CONSIDERANDO que as atribuições do cargo de 30º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital estão fixadas na Resolução RES – CPJ nº. 004/05, sendo as seguintes: I – Promover e defender os direitos humanos da pessoa idosa, visando à proteção dos interesses individuais indisponíveis, individuais homogêneos, coletivos e difusos, especialmente daqueles em situação de risco; II – Zelar pela correta aplicação das normas relativas à pessoa idosa, garantindo o seu bem-estar, a sua integridade social e a não ocorrência de ameaças e violações aos seus direitos; III – Inspeccionar mensalmente entidades públicas e particulares que prestem serviços de atendimento à pessoa idosa, adotando as providências cabíveis; IV – Fiscalizar a implantação e execução das Políticas Públicas destinadas às pessoas idosas e a correta aplicação de seus recursos, promovendo as medidas extrajudiciais e judiciais necessárias.”

RESOLVE, nos autos do Inquérito Civil nº 02014.001.754/2021 e, ainda, na forma do art. 5º, Parágrafo único, inciso IV, da Lei Orgânica Estadual o Ministério Público (Lei Complementar nº. 12/94):

RECOMENDAR à ILPI Porto Seguro que, no prazo de 60 (sessenta) dias, proceda ao cumprimento do Estatuto da Pessoa Idosa (Lei n.º 10.741/2003), mediante adoção das seguintes providências:

1. Sanar as irregularidades verificadas pela Equipe Técnica da Promotoria, em fiscalização realizada no âmbito da ILPI (Instituição de Longa Permanência para Idosos), no dia 11 de setembro de 2025, a seguir elencadas:

1.1. A Instituição possui os seguintes procedimentos operacionais padrão (Art. 46 e Art. 47, RDC 502): A) Lavar, secar, passar e reparar as roupas (Inc. I, Art. 47); B) Guarda e troca de roupas de uso coletivo (Inc. II, Art. 47); C) A ILPI possui Plano de Trabalho (Art. 31 da RDC 502 /2020);

1.2. A instituição não tem Plano de Atenção Integral à Saúde do

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:
Renato da Silva Filho
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:
Hélio José de Carvalho Xavier
SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS JURÍDICOS:
Norma Mendonça Galvão de Carvalho

CORREGEDORA-GERAL
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO
Charles Hamilton dos Santos Lima

SECRETÁRIA-GERAL:
Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE
Frederico José Santos de Oliveira
COORDENADORA DE GABINETE
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUVIDORA
Maria Lizandra Lira de Carvalho

CONSELHO SUPERIOR

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho (Presidente)
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva
Aguinaldo Fenelon de Barros
Giani Maria do Monte Santos
Cristiane de Gusmão Medeiros
Marco Aurélio Farias da Silva
Liliane da Fonseca Lima Rocha
Charles Hamilton dos Santos Lima
Lucila Varejão Dias Martins

MP PE
Ministério Público de Pernambuco

Roberto Lyra - Edifício Sede
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio
CEP 50.010-240 - Recife / PE
E-mail: ascom@mppe.mp.br
Fone: 81 3182-7000

residente (Art. 37 da RDC 502/2021);

1.3. O PAIS não é revisto a cada 2 anos (Art. 36);

1.4. A ILPI não notifica à autoridade sanitária local a ocorrência de eventos sentinela (art. 55, RDC 501);

1.5. Ausência de campanha e luz de vigilância;

1.6. Ausência de POPs;

1.7. Em alguns quartos, as as janelas estavam quebradas e os banheiros sem portas;

1.8. Paredes e tetos com rachaduras e mofos.

2. Oficie-se ao dirigente do(a) ILPI Porto Seguro, enviando-lhe cópia para o devido conhecimento a fim de que, no prazo acima fixado, responda se aceita os seus termos, cientificando este órgão ministerial quanto às medidas adotadas, inclusive, com apresentação de cronograma de cumprimento das medidas a serem implementadas, com a advertência de que a ausência de resposta será considerada como não acatamento e ensejará a adoção das medidas judiciais cabíveis;

3. Encaminhe-se cópia da presente Recomendação à Vigilância Sanitária Municipal do Recife, ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa no Recife (COMDIR) e ao Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa em Pernambuco (CEDPI /PE), para conhecimento.

4. Encaminhe-se cópia da presente Recomendação à Subprocuradoria-Geral em Assuntos Administrativos (subadm.doe@mppe.mp.br), para fins de publicação no Diário Oficial do Estado, ao Egrégio Conselho Superior do Ministério Público e ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Defesa da Cidadania.

5. Decorrido o prazo estabelecido, sem manifestação, certifique nos autos e voltem-me conclusos.

6. Cumpra-se.

Recife, 22 de setembro de 2025.

Luciana Maciel Dantas Figueiredo,
Promotora de Justiça
30ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital
Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa

RECOMENDAÇÃO Nº 30ª E 46ª PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL (IDOSO) - Procedimento nº 02014.001.767/2021

Recife, 22 de setembro de 2025

MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

30ª E 46ª PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL (IDOSO)

Procedimento nº 02014.001.767/2021 — Inquérito Civil

RECOMENDAÇÃO

Inquérito Civil nº 02014.001.767/2021

Representante: Ministério Público do Estado de Pernambuco ex officio.
Investigado: ILPI Iêda Lucena

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO, por intermédio 30ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital com Atuação na Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa, que esta subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 127, 129, III e 230 da Constituição

Federal, e pelos artigos 8º, §1º, da Lei nº. 7.347/85, nos artigos 15 e 74, I da Lei nº. 10.741/2003 – Estatuto do Idoso e art. 4º, inciso IV, alínea a, da Lei Complementar Estadual nº. 12/1994, com as alterações posteriores;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal elevou o Ministério Público à categoria de instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, competindo ao Ministério Público a tutela dos interesses das pessoas idosas;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público, consoante previsto no artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/1985, instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, e requisitar, de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, que deverão ser remetidos ao Parquet no prazo;

CONSIDERANDO que a Carta Magna, em seu artigo 230, caput, prevê, verbis: “A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantido-lhes o direito à vida”;

CONSIDERANDO o art. 10 da Lei n.º 8.842/1994 (Política Nacional da Pessoa Idosa), que estabelece as competências dos órgãos e entidades públicos municipais no que diz respeito à sua implementação, dentre as quais estão: prestar serviços e desenvolver ações voltadas para o atendimento das necessidades básicas da pessoa idosa; promover a capacitação de recursos para o atendimento à pessoa idosa; prevenir, promover proteger e recuperar a saúde da pessoa idosa, mediante programas e medidas profiláticas; adotar e aplicar normas de funcionamento às instituições geriátricas e similares, com fiscalização pelos gestores do Sistema Único de Saúde; e criar serviços alternativos para a saúde da pessoa idosa;

CONSIDERANDO que a Lei nº 10.741/2003, no art. 2º, estabelece que a pessoa idosa goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Pessoa Idosa estabelece, em seus artigos 3 e 33, que é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar à pessoa idosa, com absoluta prioridade, a efetivação, entre outros do direito à vida, à saúde, à alimentação, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária, sendo a Assistência Social, na Política Nacional do Idoso, no Sistema Único de Saúde e demais normas pertinentes;

CONSIDERANDO o disposto no art. 48 e seguintes da Lei n.º 10.741/2003, que especifica que as entidades governamentais e não-governamentais de assistência à pessoa idosa ficam sujeitas à inscrição e fiscalização de seus programas junto ao órgão competente da Vigilância Sanitária e Conselho Municipal da Pessoa Idosa, e, em sua falta, junto ao Conselho Estadual ou Nacional da Pessoa Idosa, observando aspectos que dizem respeito, dentre outros, ao oferecimento de instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público, dentre outras atribuições, a fiscalização das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), nos termos descritos no art. 52, caput, do Estatuto, in verbis: “As entidades governamentais e não governamentais de atendimento à pessoa idosa serão fiscalizadas pelos Conselhos do idoso, Ministério Público,

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:
Renato da Silva Filho
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:
Hélio José de Carvalho Xavier
SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS JURÍDICOS:
Norma Mendonça Galvão de Carvalho

CORREGEDORA-GERAL
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO
Charles Hamilton dos Santos Lima

SECRETÁRIA-GERAL:
Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE
Frederico José Santos de Oliveira
COORDENADORA DE GABINETE
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUVIDORA
Maria Lizandra Lira de Carvalho

CONSELHO SUPERIOR

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho
(Presidente)
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva
Aguinaldo Fenelon de Barros
Giani Maria do Monte Santos
Cristiane de Gusmão Medeiros
Marco Aurélio Farias da Silva
Liliane da Fonseca Lima Rocha
Charles Hamilton dos Santos Lima
Lucila Varejão Dias Martins



Roberto Lyra - Edifício Sede
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio
CEP 50.010-240 - Recife / PE
E-mail: ascom@mppe.mp.br
Fone: 81 3182-7000

Vigilância Sanitária e outros previstos em lei”;

CONSIDERANDO o conteúdo da Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária de n.º 502, de 26 de setembro de 2021, que define normas de funcionamento para as Instituições de Longa Permanência para Idosos - ILPI's, de caráter residencial;

CONSIDERANDO que, segundo o artigo 49 do Estatuto da Pessoa Idosa, as entidades que desenvolvam programas de institucionalização de longa permanência deverão adotar os seguintes princípios: I – preservação dos vínculos familiares; II – atendimento personalizado e em pequenos grupos; III – manutenção do idoso na mesma instituição, salvo em caso de força maior; IV – participação do idoso nas atividades comunitárias, de caráter interno e externo; V – observância dos direitos e garantias dos idosos; VI – preservação da identidade do idoso e oferecimento de ambiente de respeito e dignidade;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 50 do Estatuto, constituem obrigações das entidades de atendimento: I – celebrar contrato escrito de prestação de serviço com o idoso, especificando o tipo de atendimento, as obrigações da entidade e prestações decorrentes do contrato, com os respectivos preços, se for o caso; II – observar os direitos e as garantias de que são titulares os idosos; III – fornecer vestuário adequado, se for pública, e alimentação suficiente; IV – oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade; V – oferecer atendimento personalizado; VI – diligenciar no sentido da preservação dos vínculos familiares; VII – oferecer acomodações apropriadas para recebimento de visitas; VIII – proporcionar cuidados à saúde, conforme a necessidade do idoso; IX – promover atividades educacionais, esportivas, culturais e de lazer; X – propiciar assistência religiosa àqueles que desejarem, de acordo com suas crenças; XI – proceder a estudo social e pessoal de cada caso; XII – comunicar à autoridade competente de saúde toda ocorrência de idoso portador de doenças infecto-contagiosas; XIII – providenciar ou solicitar que o Ministério Público requirite os documentos necessários ao exercício da cidadania àqueles que não os tiverem, na forma da lei; XIV – fornecer comprovante de depósito dos bens móveis que receberem dos idosos; XV – manter arquivo de anotações onde constem data e circunstâncias do atendimento, nome do idoso, responsável, parentes, endereços, cidade, relação de seus pertences, bem como o valor de contribuições, e suas alterações, se houver, e demais dados que possibilitem sua identificação e a individualização do atendimento; XVI – comunicar ao Ministério Público, para as providências cabíveis, a situação de abandono moral ou material por parte dos familiares; XVII – manter no quadro de pessoal profissionais com formação específica;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 53 da LBI (Lei Brasileira de Inclusão), a acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social;

CONSIDERANDO que, segundo o artigo 56 da citada Lei, a construção, a reforma, a ampliação ou a mudança de uso de edificações abertas ao público, de uso público ou privadas de uso coletivo deverão ser executadas de modo a serem acessíveis;

CONSIDERANDO que a definição legal de "pessoa com mobilidade reduzida", para efeitos de proteção conferida pela Lei nº 13.146/20158, inclui a pessoa idosa, de acordo com a norma inserta no art. 3º, IX da LBI (Lei Brasileira de Inclusão), a seguir: " Art. 3º: Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se: (...) IX - pessoa com mobilidade reduzida: aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da

percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso”;

CONSIDERANDO que, durante a fiscalização realizada pela Equipe Técnica da Promotoria, em 16 de setembro de 2025, restaram verificadas diversas irregularidades no âmbito da Instituição de Longa Permanência para Idosos;

CONSIDERANDO que a Recomendação é instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público por intermédio do qual este expõe, em ato formal, razões fáticas e jurídicas sobre determinada questão, com o objetivo de persuadir o destinatário a praticar ou deixar de praticar determinados atos em benefício da melhoria dos serviços públicos e de relevância pública ou do respeito aos interesses, direitos e bens defendidos pela instituição, atuando, assim, como instrumento de prevenção de responsabilidades ou correção de condutas (Resolução nº 164/2017 do CNMP);

CONSIDERANDO que as atribuições do cargo de 30º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital estão fixadas na Resolução RES – CPJ nº. 004/05, sendo as seguintes: I – Promover e defender os direitos humanos da pessoa idosa, visando à proteção dos interesses individuais indisponíveis, individuais homogêneos, coletivos e difusos, especialmente daqueles em situação de risco; II – Zelar pela correta aplicação das normas relativas à pessoa idosa, garantindo o seu bem-estar, a sua integridade social e a não ocorrência de ameaças e violações aos seus direitos; III – Inspeccionar mensalmente entidades públicas e particulares que prestem serviços de atendimento à pessoa idosa, adotando as providências cabíveis; IV – Fiscalizar a implantação e execução das Políticas Públicas destinadas às pessoas idosas e a correta aplicação de seus recursos, promovendo as medidas extrajudiciais e judiciais necessárias.”

RESOLVE, nos autos do Inquérito Civil nº 02014.001.767/2021 e, ainda, na forma do art. 5º, Parágrafo único, inciso IV, da Lei Orgânica Estadual o Ministério Público (Lei Complementar nº. 12/94):

RECOMENDAR à ILPI Iêda Lucena que, no prazo de 60 (sessenta) dias, proceda ao cumprimento do Estatuto da Pessoa Idosa (Lei n.º 10.741/2003), mediante adoção das seguintes providências:

1. Sanar as irregularidades verificadas pela Equipe Técnica da Promotoria, em fiscalização realizada no âmbito da ILPI (Instituição de Longa Permanência para Idosos), no dia 16 de setembro de 2025, a seguir elencadas:

1.1. A Instituição possui os seguintes procedimentos operacionais padrão (Art. 46 e Art. 47, RDC 502): A) Boas práticas para prevenção e controle de vetores (Inc IV, Art. 46); B) Lavar, secar, passar e reparar as roupas (Inc. I, Art. 47); C) Guarda e troca de roupas de uso coletivo (Inc. II, Art. 47);

1.2. A ILPI não notifica à autoridade sanitária local a ocorrência de eventos sentinela (art. 55, RDC 501);

1.3. A máquina industrial da lavanderia não está em uso;

1.4. Existência de desnível que faz a água escorrer para o quarto 05;

1.5. A cozinha necessita da instalação de ar condicionado. A geladeira industrial e o freezer vertical estão quebrados.

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:
Renato da Silva Filho
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:
Hélio José de Carvalho Xavier
SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS JURÍDICOS:
Norma Mendonça Galvão de Carvalho

CORREGEDORA-GERAL
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

COORREGEDOR-GERAL SUBSTITUTO
Charles Hamilton dos Santos Lima

SECRETÁRIA-GERAL:
Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE
Frederico José Santos de Oliveira
COORDENADORA DE GABINETE
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUVIDORA
Maria Lizandra Lira de Carvalho

CONSELHO SUPERIOR

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho
(Presidente)
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva
Aguinaldo Fenelon de Barros
Giani Maria do Monte Santos
Cristiane de Gusmão Medeiros
Marco Aurélio Farias da Silva
Liliane da FONSECA Lima Rocha
Charles Hamilton dos Santos Lima
Lucila Varejão Dias Martins

MP PE
Ministério Público de Pernambuco

Roberto Lyra - Edifício Sede
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio
CEP 50.010-240 - Recife / PE
E-mail: ascom@mppe.mp.br
Fone: 81 3182-7000

2. Oficie-se ao dirigente do(a) ILPI Lêda Lucena, enviando-lhe cópia para o devido conhecimento a fim de que, no prazo acima fixado, responda se aceita os seus termos, cientificando este órgão ministerial quanto às medidas adotadas, inclusive, com apresentação de cronograma de cumprimento das medidas a serem implementadas, com a advertência de que a ausência de resposta será considerada como não acatamento e ensejará a adoção das medidas judiciais cabíveis;

3. Encaminhe-se cópia da presente Recomendação à Vigilância Sanitária Municipal do Recife, ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa no Recife (COMDIR) e ao Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa em Pernambuco (CEDPI /PE), para conhecimento.

4. Encaminhe-se cópia da presente Recomendação à Subprocuradoria-Geral em Assuntos Administrativos (subadm.doe@mppe.mp.br), para fins de publicação no Diário Oficial do Estado, ao Egrégio Conselho Superior do Ministério Público e ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Defesa da Cidadania.

5. Decorrido o prazo estabelecido, sem manifestação, certifique nos autos e voltem-me conclusos.

6. Cumpra-se.

Recife, 22 de setembro de 2025.

Luciana Maciel Dantas Figueiredo,
Promotora de Justiça
30ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital
Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa

RECOMENDAÇÃO Nº 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE PALMARES - Procedimento nº 02309.000.393/2024
Recife, 25 de setembro de 2025

MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE PALMARES

Procedimento nº 02309.000.393/2024 — Procedimento Administrativo de interesses individuais indisponíveis

RECOMENDAÇÃO

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, segundo o artigo 127, caput, da Constituição Federal e o artigo 5º, I, da Lei Complementar nº 75/1993;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 129, II, da CF/88, é função institucional do Ministério Público "zelar pelo efetivo respeito aos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia";

CONSIDERANDO que a composição do Conselho Tutelar é estabelecida na referida Lei Federal, sendo o órgão invariavelmente composto por cinco membros (art. 132 do Estatuto da Criança e do Adolescente), inexistindo margem alguma para que o legislador municipal estabeleça um número de conselheiros tutelares inferior ao fixado pela Lei nº 8.069/90;

CONSIDERANDO que o Conselho Tutelar é um órgão colegiado, sendo sua composição invariável de 05 (cinco) membros conditio sine qua non ao seu regular funcionamento como tal, de modo que o afastamento de um de seus membros por férias, licença ou para concorrer a mandato eletivo autoriza de imediato a convocação e nomeação do suplente mais votado no processo de escolha;

CONSIDERANDO que neste sentido dispõe a Resolução nº 231 do CONANDA em seu art. 16, in verbis: "Ocorrendo vacância ou afastamento de quaisquer dos membros titulares do Conselho Tutelar, o Poder Executivo Municipal ou do Distrito Federal convocará imediatamente o suplente para o preenchimento da vaga".

CONSIDERANDO que a convocação dos conselheiros suplentes para exercerem a função, nos afastamentos dos titulares, tem o objetivo de evitar o prejuízo ao regular serviço público, face impossibilidade de um dos membros titulares do Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO que evidentemente a ausência reiterada de um membro em um órgão que é colegiado, prejudica sobremaneira o funcionamento do mesmo, por isso é autorizada a convocação do suplente nas hipóteses de férias e afastamentos do conselheiro titular;

CONSIDERANDO que o suplente convocado para exercer as funções do conselheiro tutelar faz jus – ainda que em caráter provisório – a todos os direitos inerentes ao cargo que ocupa, dentre os quais destaca-se o de receber a remuneração a ele estabelecida por lei municipal;

CONSIDERANDO que interpretação contrária estará equivocada e poderá causar prejuízos ao atendimento infanto-juvenil nos Conselhos Tutelares, uma vez que os suplentes não tem interesse nem obrigação de assumir sem a remuneração de direito;

RESOLVE

RECOMENDAR:

Ao Exmº. Sr. Prefeito Municipal do Município de PALMARES e ao presidente do CMDCA que procedam a convocação de suplente para exercer a função de Conselheiro Tutelar diante das férias de membro titular, obedecendo à ordem de votação no respectivo processo de escolha, e mediante pagamento de remuneração igual àquela devida a membro titular do Conselho Tutelar.

Para tal providência, este Órgão Ministerial assinala o prazo de 20 dias, improrrogável, e desde já adverte que a não observância desta recomendação implicará a adoção de medidas judiciais cabíveis, devendo ser encaminhada a esta Promotoria de Justiça a adoção das medidas administrativas para o pleno atendimento da presente recomendação, ao final do prazo estabelecido.

Ciência ao CSMP e à Corregedoria-Geral do MPPE, bem como à Secretaria-Geral para a publicação no diário oficial.

Palmars, 25 de setembro de 2025.

João Paulo Carvalho dos Santos,
3º Promotor de Justiça Cível de Palmars.

RECOMENDAÇÃO Nº PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE RIBEIRÃO - Procedimento nº 02246.000.045/2024
Recife, 16 de setembro de 2025

MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE RIBEIRÃO

Procedimento nº 02246.000.045/2024 — Procedimento Administrativo de interesses individuais indisponíveis

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE RIBEIRÃO

RECOMENDAÇÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, por

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:

Renato da Silva Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:

Hélio José de Carvalho Xavier

SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS JURÍDICOS:

Norma Mendonça Galvão de Carvalho

CORREGEDORA-GERAL
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO
Charles Hamilton dos Santos Lima

SECRETÁRIA-GERAL:

Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE
Frederico José Santos de Oliveira
COORDENADORA DE GABINETE
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUVIDORA

Maria Lizandra Lira de Carvalho

CONSELHO SUPERIOR

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho
(Presidente)
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva
Aguinaldo Fenelon de Barros
Giani Maria do Monte Santos
Cristiane de Gusmão Medeiros
Marco Aurélio Farias da Silva
Liliane da FONSECA Lima Rocha
Charles Hamilton dos Santos Lima
Lucila Varejão Dias Martins

MP PE
Ministério Público de Pernambuco

Roberto Lyra - Edifício Sede
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio
CEP 50.010-240 - Recife / PE
E-mail: ascom@mppe.mp.br
Fone: 81 3182-7000

intermédio da Promotoria de Justiça de Ribeirão, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, conferidas pelos arts. 127 e 129, II, da Constituição da República, art. 27, parágrafo único, IV, da Lei nº 8.625/93, e art. 4º, IV, "a", da Lei Complementar Estadual nº 12/94,

CONSIDERANDO que o transporte escolar é serviço público essencial, destinado exclusivamente a assegurar o acesso e permanência dos estudantes da rede pública municipal às unidades de ensino, conforme dispõe o art. 208, VII, da Constituição Federal e art. 11, VI, da Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação);

CONSIDERANDO que compete ao Município organizar, controlar e fiscalizar o uso da frota de transporte escolar, garantindo que seja utilizada de forma adequada, segura e eficiente, em benefício exclusivo dos alunos matriculados na rede pública de ensino;

CONSIDERANDO a manifestação encaminhada à Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Pernambuco (AudiVia nº 1256336), relatando que motoristas da rota escolar de Aripibu vêm transportando pessoas estranhas, alheias ao serviço educacional, ocasionando constrangimentos e riscos à integridade dos estudantes;

CONSIDERANDO que o transporte de terceiros em veículos destinados ao transporte escolar compromete a segurança dos alunos, caracteriza desvio de finalidade do serviço público e pode configurar ilícito administrativo e disciplinar por parte do servidor ou contratado responsável pela condução do veículo;

RESOLVE RECOMENDAR ao(à) Senhor(a) Secretário(a) Municipal de Educação de Ribeirão/PE que:

Adote as providências necessárias para que os motoristas responsáveis pelo transporte escolar abstenham-se de transportar pessoas estranhas ao serviço educacional do Município, permitindo o acesso exclusivamente a alunos regularmente matriculados e servidores da rede municipal de ensino que estejam em atividade de trabalho;

Orientar formalmente os motoristas da frota escolar quanto à proibição do transporte de terceiros, sob pena de responsabilização administrativa e rescisão contratual, quando se tratar de prestadores de serviço terceirizados;

Implemente mecanismos de fiscalização quanto ao cumprimento das rotas, horários e usuários do transporte escolar, garantindo a segurança e regularidade do serviço;

Comunique a esta Promotoria de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, as medidas administrativas adotadas para cumprimento da presente Recomendação.

ADVERTE que o não acatamento da presente Recomendação poderá implicar a adoção das medidas administrativas e judiciais cabíveis por parte deste Órgão Ministerial, inclusive o ajuizamento de Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa, nos termos da Lei nº 8.429/92 (com redação dada pela Lei nº 14.230/2021).

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Ribeirão, 16 de setembro de 2025.

Milena de Oliveira Santos do Carmo,
Promotor de Justiça de Ribeirão.

RECOMENDAÇÃO Nº PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE RIBEIRÃO - Procedimento nº 02246.000.027/2021

Recife, 16 de setembro de 2025

MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE RIBEIRÃO

Procedimento nº 02246.000.027/2021 — Procedimento administrativo de acompanhamento de instituições

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE RIBEIRÃO RECOMENDAÇÃO Nº /2025

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, por intermédio da Promotora de Justiça signatária, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, especialmente as previstas nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal, art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), e art. 4º, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 12/94,

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Administrativo nº 02246.000.027/2021, instaurado nesta Promotoria de Justiça, que apura a ocorrência de poluição sonora e perturbação do sossego público ocasionada pelo estabelecimento denominado "Piscina do Geraldo", localizado na Rua Jaime da Silva Campos, Bairro do Vaticano, no Município de Ribeirão/PE;

CONSIDERANDO as diversas manifestações encaminhadas por moradores da localidade e da vizinhança, noticiando a realização de eventos festivos com utilização de equipamentos de som em volume excessivo, prolongado durante dias e noites, causando graves transtornos ao bem-estar, à saúde e à tranquilidade da comunidade;

CONSIDERANDO que a poluição sonora caracteriza infração administrativa e penal, nos termos do art. 54 da Lei nº 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais), art. 42 da Lei de Contravenções Penais, bem como afronta às normas de controle de emissão de ruídos fixadas pela legislação ambiental e municipal pertinente;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público adotar providências administrativas e judiciais cabíveis para a defesa do meio ambiente, da ordem urbanística e do sossego público, garantindo-se a efetividade dos direitos fundamentais assegurados na Constituição Federal;

RESOLVE RECOMENDAR ao responsável pelo estabelecimento Piscina do Geraldo, Sr. Geraldo José Miranda dos Santos, que:

Abstenha-se de promover eventos, festas ou quaisquer atividades que ocasionem emissão sonora acima dos limites permitidos pela legislação ambiental e municipal em vigor, devendo adotar as medidas necessárias à adequação acústica do estabelecimento e à observância das normas de proteção ao sossego público;

Faça cessar imediatamente o uso de paredões de som, caixas acústicas e demais equipamentos que venham a produzir poluição sonora em desacordo com os parâmetros legais, sob pena de apreensão dos referidos aparelhos pelas autoridades competentes;

Abstenha-se de permitir a realização de atividades sonoras sem a devida licença dos órgãos ambientais e municipais competentes, ficando advertido de que o descumprimento desta Recomendação poderá ensejar a adoção de medidas administrativas, cíveis e criminais cabíveis, inclusive com interdição do estabelecimento.

ADVERTE-SE que o não atendimento à presente Recomendação implicará a adoção, por este Órgão Ministerial, das medidas judiciais e extrajudiciais pertinentes,

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:

Renato da Silva Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:

Hélio José de Carvalho Xavier

SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS JURÍDICOS:

Norma Mendonça Galvão de Carvalho

CORREGEDORA-GERAL
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO
Charles Hamilton dos Santos Lima

SECRETÁRIA-GERAL:
Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE
Frederico José Santos de Oliveira
COORDENADORA DE GABINETE
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUVIDORA
Maria Lizandra Lira de Carvalho

CONSELHO SUPERIOR

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho
(Presidente)
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva
Aguinaldo Fenelon de Barros
Giani Maria do Monte Santos
Cristiane de Gusmão Medeiros
Marco Aurélio Farias da Silva
Liliane da Fonseca Lima Rocha
Charles Hamilton dos Santos Lima
Lucila Varejão Dias Martins

MP PE
Ministério Público de Pernambuco

Roberto Lyra - Edifício Sede
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio
CEP 50.010-240 - Recife / PE
E-mail: ascom@mppe.mp.br
Fone: 81 3182-7000

inclusive ação civil pública e comunicação às autoridades policiais e administrativas para apreensão dos equipamentos sonoros e interdição do local, sem prejuízo das sanções cíveis, penais e administrativas.

Cumpra-se.

Ribeirão, 16 de setembro de 2025.

Milena de Oliveira Santos do Carmo,
Promotor de Justiça de Ribeirão.

PORTARIA Nº 01867.000.435/2025

Recife, 25 de setembro de 2025

MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

1º PROMOTORA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE PETROLINA

Procedimento nº 01867.000.435/2025 — Notícia de Fato

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO

Procedimento Administrativo de interesses individuais indisponíveis 01867.000.435/2025

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, por sua agente ministerial adiante assinada, no exercício Curadoria de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições outorgadas pelos artigos 129, inciso III, da Constituição da República, 27, parágrafo único, IV, da lei 8.625/93 e 5º, parágrafo único, IV, da Lei Complementar Estadual 12/94.

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.069/90, em seu art. 3º reza que “a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes ao ser humano, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.”;

CONSIDERANDO a Notícia de Fato nº 01867.000.435/2025, instaurada a partir do encaminhamento de manifestação recebida pela Ouvidoria do Ministério Público de Pernambuco por intermédio do serviço de denúncias e proteção contra violações de direitos humanos Disque 100, informando possível situação de risco a que exposta a adolescente L.S.C, residente nesta urbe;

CONSIDERANDO que a infante, há menos de um ano, vinha apresentando comportamentos agressivos com familiares, bem como no ambiente escolar. Ademais, a adolescente faltaria às aulas e, quando comparece, frequentemente dormiria em sala de aula;

CONSIDERANDO que se acrescentou que a infante apresentaria ideação suicida e teria praticado automutilação em mais de uma oportunidade, além de demonstrar sinais de inquietação, sem que haja sido avaliada por algum profissional, a fim de se constatar se apresenta algum transtorno;

CONSIDERANDO que se arrematou que a situação não é do conhecimento do Conselho Tutelar, haja vista que a unidade de ensino jamais teria procedido com o devido encaminhamento;

CONSIDERANDO que, diante disso, foi determinada a expedição de ofício ao Conselho Tutelar para que promovesse diligências cabíveis, sem prejuízo da aplicação de outras medidas atinentes aos pais, na esteira de suas atribuições estatutárias, de tudo remetendo relatório circunstanciado do caso, no prazo de 20 (vinte) dias;

CONSIDERANDO que, em face do encaminhamento realizados pelo Conselho Tutelar, reportado no corpo do Ofício nº 147/2025, determinou-se a expedição de ofício ao Centro de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil - CAPSi, a fim de que apresentasse relatório de atendimento à infante, no prazo de 20 (vinte) dias;

CONSIDERANDO que, desde então, foram expedidos quatro expedientes, sem que o Centro de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil - CAPSi haja apresentado qualquer devolutiva;

CONSIDERANDO que o prazo da Notícia de Fato já se esgotou, sem que houvesse o equacionamento da demanda, converto a Notícia de Fato em Procedimento Administrativo de interesses individuais indisponíveis, ao passo em que determino o cumprimento do que segue abaixo:

a) Proceda o Cartório com a reiteração da missiva expedida ao Centro de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil - CAPSi; b) Na mesma oportunidade, proceda-se com o estabelecimento de contato telefônico com o órgão, a fim de consignar a desídia no cumprimento de requisito ministerial.

Por fim, remeta-se cópia da presente Portaria, por meio eletrônico, ao Centro de Apoio Operacional de Defesa da Infância e da Juventude (CAO IJ) e à SubProcuradoria Geral em Assuntos Administrativos para publicação no Diário Oficial;

Comunique-se ao Conselho Superior do Ministério Público e à Corregedoria Geral do Ministério Público, por força da combinação do art. 9º com o art. 16, § 2º, da RESOLUÇÃO RES CSMP n. 003/2019 da instauração do presente procedimento encaminhando cópia desta portaria.

Petrolina, 25 de setembro de 2025.

Tanusia Santana da Silva,
Promotora de Justiça.

PORTARIA Nº 02053.001.851/2025

Recife, 18 de julho de 2025

MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

PROMOTORA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL (CONSUMIDOR)

Procedimento nº 02053.001.851/2025 — Notícia de Fato

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO

CONSIDERANDO o art. 8º, I da Resolução 003/2019 do CSMP que determina os casos para instauração de Procedimento Administrativo como instrumento próprio da atividade-fim destinado a acompanhar o cumprimento das cláusulas de termo de ajustamento de conduta celebrado;

CONSIDERANDO a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta, em 09/05 /2025, nos autos do Inquérito Civil Público nº 02053.001.176/2024;

CONSIDERANDO a prerrogativa de assegurar a proteção ao disposto no art. 6º, I - “a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos”.

CONSIDERANDO que a política nacional das relações de consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito a vida, à sua dignidade, saúde e segurança e a proteção de seus interesses econômicos e a melhoria de sua qualidade de vida e a transparência e harmonia das relações de consumo (art. 4º CDC).

RESOLVE instaurar o Procedimento Administrativo em face da empresa Pan Anabella LTDA., CNPJ nº 47.938.269/0001-07 para

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:
Renato da Silva Filho
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:
Hélio José de Carvalho Xavier
SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS JURÍDICOS:
Norma Mendonça Galvão de Carvalho

CORREGEDORA-GERAL
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO
Charles Hamilton dos Santos Lima

SECRETÁRIA-GERAL:
Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE
Frederico José Santos de Oliveira
COORDENADORA DE GABINETE
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUVIDORA
Maria Lizandra Lira de Carvalho

CONSELHO SUPERIOR

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho
(Presidente)
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva
Aguinaldo Fenelon de Barros
Giani Maria do Monte Santos
Cristiane de Gusmão Medeiros
Marco Aurélio Farias da Silva
Liliane da Fonseca Lima Rocha
Charles Hamilton dos Santos Lima
Lucila Varejão Dias Martins

MP PE
Ministério Público de Pernambuco

Roberto Lyra - Edifício Sede
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio
CEP 50.010-240 - Recife / PE
E-mail: ascom@mpe.mp.br
Fone: 81 3182-7000

acompanhar o cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta, adotando o Cartório da 19ª PJ de Defesa do Consumidor as seguintes providências:

1. Oficie-se à Vigilância Sanitária do Recife, requisitando que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, empreenda fiscalização na empresa Pan Anabella LTDA., CNPJ nº 47.938.269/0001-07, a fim de verificar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (cópia em anexo), encaminhando relatório circunstanciado das condições detectadas e providências administrativas adotadas;

2. Remeta-se cópia desta Portaria ao CAOP de Defesa do Consumidor para conhecimento e à Secretaria Geral do Ministério Público para publicação no Diário Oficial do Estado;

3. Comunique-se ao Conselho Superior do Ministério Público e à Corregedoria Geral de Justiça o teor da presente Portaria.

Cumpra-se.

Recife, 18 de julho de 2025.

Mavíael de Souza Silva
Promotor de Justiça
Em exercício simultâneo

PORTARIA Nº 02141.000.428/2025

Recife, 17 de setembro de 2025

MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES

Procedimento nº 02141.000.428/2025 — Notícia de Fato

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, por seu Promotor de Justiça signatário, com base no artigo 129, inciso III, da Constituição da República; no artigo 67, § 2º, inciso II, da Constituição Estadual; no artigo 8º, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 7.347/1985; no artigo 25, inciso IV, da Lei Federal nº 8.625/1993; no artigo 14 da Resolução CSMP nº 03/2019, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, CONSIDERANDO:

- O vencimento do prazo estabelecido no art. 3º, da Resolução CSMP Nº 003/2019 (DOE de 28.02.2019), sem uma solução conclusiva, que permita o exaurimento do objeto tratado na NF que ensejou a instauração do presente procedimento;

- Que a supracitada Resolução CSMP Nº 003/2019 - que disciplina a Notícia de Fato, o Inquérito Civil, o Procedimento Preparatório e outros instrumentos destinados à Tutela Extrajudicial de Direitos Transindividuais - em seu art. 8º, in verbis, determina:

“Art. 8º - O procedimento administrativo é o instrumento próprio da atividade- fim destinado a:

I – Omissis;

II – Acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas ou instituições” (destacamos).- Ainda, a necessidade de dar continuidade às investigações e à coleta de informações para o esclarecimento dos fatos em apuração e adoção de eventuais medidas extrajudiciais e/ou judiciais para a solução dos problemas apontados na representação.

RESOLVE:

1. Instaurar o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO com o escopo (objeto) de acompanhar e fiscalizar notícia de INCONFORMISMO POR DESOCUPAÇÃO DE RESIDÊNCIA EM

RAZÃO DE INTERDIÇÃO DO IMÓVEL, PELA DEFESA CIVIL MUNICIPAL - Sra. Maria de Fátima Venceslau, Jaboatão dos Guararapes.

2. Promover as diligências indispensáveis à instrução do feito, DETERMINANDO, DESDE LOGO, a adoção das seguintes providências:

a) Após análise dos autos, vejo que o presente procedimento detém matéria que atualmente é objeto de suscitação por esta Promotoria de conflito de competência que será apreciado no Processo SEI nº 19.20.0519.0011777 /2025-80. Com efeito, solicito vistas após decurso prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, para manifestações;

b) Informe-se à Parte Interessada sobre a instauração do presente procedimento informando-lhe o número sob o qual tramita;

c) A remessa da presente Portaria para publicação no Diário Oficial eletrônico, bem como ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, para conhecimento;

d) A comunicação do teor da presente Portaria ao Conselho Superior do Ministério Público.

Concluídas as providências elencadas, venham conclusos os autos para análise e deliberação.

Cumpra-se.

Jaboatão dos Guararapes, 17 de setembro de 2025.

Zélia Diná Neves de Sá
Promotora de Justiça

PORTARIA Nº 02141.000.515/2025

Recife, 19 de setembro de 2025

MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES

Procedimento nº 02141.000.515/2025 — Notícia de Fato

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, por seu Promotor de Justiça signatário, com base no artigo 129, inciso III, da Constituição da República; no artigo 67, § 2º, inciso II, da Constituição Estadual; no artigo 8º, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 7.347/1985; no artigo 25, inciso IV, da Lei Federal nº 8.625/1993; no artigo 14 da Resolução CSMP nº 03/2019, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, CONSIDERANDO:

- O vencimento do prazo estabelecido no art. 3º, da Resolução CSMP Nº 003/2019 (DOE de 28.02.2019), sem uma solução conclusiva, que permita o exaurimento do objeto tratado na NF que ensejou a instauração do presente procedimento;

- Que a supracitada Resolução CSMP Nº 003/2019 - que disciplina a Notícia de Fato, o Inquérito Civil, o Procedimento Preparatório e outros instrumentos destinados à Tutela Extrajudicial de Direitos Transindividuais - em seu art. 8º, in verbis, determina:

“Art. 8º - O procedimento administrativo é o instrumento próprio da atividade- fim destinado a:

I – Omissis;

II – Acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas ou instituições” (destacamos).- Ainda, a necessidade

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:

Renato da Silva Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:

Hélio José de Carvalho Xavier

SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS JURÍDICOS:

Norma Mendonça Galvão de Carvalho

CORREGEDORA-GERAL
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO
Charles Hamilton dos Santos Lima

SECRETÁRIA-GERAL:

Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE
Frederico José Santos de Oliveira
COORDENADORA DE GABINETE
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUVIDORA
Maria Lizandra Lira de Carvalho

CONSELHO SUPERIOR

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho
(Presidente)
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva
Aguinaldo Fenelon de Barros
Giani Maria do Monte Santos
Cristiane de Gusmão Medeiros
Marco Aurélio Farias da Silva
Liliane da Fonseca Lima Rocha
Charles Hamilton dos Santos Lima
Lucila Varejão Dias Martins

MP PE
Ministério Público de Pernambuco

Roberto Lyra - Edifício Sede
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio
CEP 50.010-240 - Recife / PE
E-mail: ascom@mppe.mp.br
Fone: 81 3182-7000

de dar continuidade às investigações e à coleta de informações para o esclarecimento dos fatos em apuração e adoção de eventuais medidas extrajudiciais e/ou judiciais para a solução dos problemas apontados na representação.

RESOLVE:

1. Instaurar o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO com o escopo (objeto) de acompanhar e fiscalizar notícia de POLUIÇÃO SONORA (BATUCADAS/USO DE SOM MECÂNICO/ FOGOS DE ARTIFÍCIO), NORMALMENTE À NOITE/MADRUGADA, ORIUNDA DE CULTOS/CELEBRAÇÕES NO TERREIRO DE CANDOMBLÉ ILÊ AXÉ OXUM OPARÁ (sito à Rua Brasilândia, nº 95, em Candeias), BEM COMO SUJEIRA/MAU CHEIRO/ALAGAMENTOS EM TERRENO ANEXO, UTILIZADO PARA O CRIATÓRIO E ANIMAIS DO TERREIRO, Jaboatão dos Guararapes.

2. Promover as diligências indispensáveis à instrução do feito, DETERMINANDO, DESDE LOGO, a adoção das seguintes providências:

a) Certifique-se a Secretaria sobre a chegada de resposta ao Ofício nº 02141.000.515/2025-0004, após vistas.

b) Informe-se à Parte Interessada sobre a instauração do presente procedimento informando-lhe o número sob o qual tramita;

c) A remessa da presente Portaria para publicação no Diário Oficial eletrônico, bem como ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, para conhecimento;

d) A comunicação do teor da presente Portaria ao Conselho Superior do Ministério Público.

Concluídas as providências elencadas, venham conclusos os autos para análise e deliberação.

Cumpra-se.

Jaboatão dos Guararapes, 19 de setembro de 2025.

Zélia Diná Neves de Sá
Promotora de Justiça

“Art. 8º - O procedimento administrativo é o instrumento próprio da atividade- fim destinado a:

– Omissis;

– Acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas ou instituições” (destacamos).

Ainda, a necessidade de dar continuidade às investigações e à coleta de informações para o esclarecimento dos fatos em apuração e adoção de eventuais medidas extrajudiciais e/ou judiciais para a solução dos problemas apontados na representação.

RESOLVE:

Instaurar o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO com o escopo (objeto) de acompanhar Termo de Representação - Hérika Alves Candeias.

Promover as diligências indispensáveis à instrução do feito, DETERMINANDO, DESDE LOGO, a adoção das seguintes providências:

Aguarde-se o prazo de suspensão do presente feito, em razão da suscitação de conflito de atribuição referente ao objeto destes autos, instaurado por meio do processo SEI nº 19.20.0519.0011777/2025-80, até a sua resolução pelas instâncias competentes.

A remessa da presente Portaria para publicação no Diário Oficial eletrônico, bem como ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, para conhecimento;

A comunicação do teor da presente Portaria ao Conselho Superior do Ministério Público.

Concluídas as providências elencadas, venham conclusos os autos para análise e deliberação.

Cumpra-se.

Jaboatão dos Guararapes, 24 de setembro de 2025.

Zélia Diná Neves de Sá Promotora de Justiça

PORTARIA Nº 02144.000.337/2025**Recife, 24 de setembro de 2025****MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO****3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES**

Procedimento nº 02144.000.337/2025 — Notícia de Fato

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, por seu Promotor de Justiça signatário, com base no artigo 129, inciso III, da Constituição da República; no artigo 67, § 2º, inciso II, da Constituição Estadual; no artigo 8º, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 7.347/1985; no artigo 25, inciso IV, da Lei Federal nº 8.625/1993; no artigo 14 da Resolução CSMP nº 03/2019, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, CONSIDERANDO:

O vencimento do prazo estabelecido no art. 3º, da Resolução CSMP nº 003/2019 (DOE de 28.02.2019), sem uma solução conclusiva, que permita o exaurimento do objeto tratado na NF que ensejou a instauração do presente procedimento;

Que a supracitada Resolução CSMP nº 003/2019 - que disciplina a Notícia de Fato, o Inquérito Civil, o Procedimento Preparatório e outros instrumentos destinados à Tutela Extrajudicial de Direitos Transindividuais - em seu art. 8º, in verbis, determina:

PORTARIA Nº 02199.000.747/2024**Recife, 26 de setembro de 2025****MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO****2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE SÃO LOURENÇO DA MATA**

Procedimento nº 02199.000.747/2024 — Procedimento Preparatório

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO

Inquérito Civil 02199.000.747/2024

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, por seu Promotor de Justiça signatário, com base no artigo 129, inciso III, da Constituição da República; no artigo 67, § 2º, inciso II, da Constituição Estadual; no artigo 8º, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 7.347/1985; no artigo 25, inciso IV, da Lei Federal nº 8.625/1993; no artigo 14 da Resolução CSMP nº 03/2019, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, instaura o presente Inquérito Civil com o fim de investigar o presente:

OBJETO: Investigar as medidas a serem adotadas em relação a um Murro de Arrimo em Situação de Risco.

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho**SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:**

Renato da Silva Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:

Hélio José de Carvalho Xavier

SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS JURÍDICOS:

Norma Mendonça Galvão de Carvalho

CORREGEDORA-GERAL
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva**COORDENADORA-GERAL SUBSTITUTO**
Charles Hamilton dos Santos Lima**SECRETÁRIA-GERAL:**
Janaina do Sacramento Bezerra**CHEFE DE GABINETE**
Frederico José Santos de Oliveira
COORDENADORA DE GABINETE
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães**OUVIDORA**
Maria Lizandra Lira de Carvalho**CONSELHO SUPERIOR**José Paulo Cavalcanti Xavier Filho
(Presidente)
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva
Aguinaldo Fenelon de Barros
Giani Maria do Monte Santos
Cristiane de Gusmão Medeiros
Marco Aurélio Farias da Silva
Liliane da FONSECA Lima Rocha
Charles Hamilton dos Santos Lima
Lucila Varejão Dias Martins
Ministério Público de PernambucoRoberto Lyra - Edifício Sede
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio
CEP 50.010-240 - Recife / PE
E-mail: ascom@mppe.mp.br
Fone: 81 3182-7000

INVESTIGADO: não identificado

Resolve, assim, promover as diligências indispensáveis à instrução do feito, determinando, desde logo, a adoção das seguintes providências: cópia da portaria que determinar a instauração de inquérito civil será encaminhada, por meio eletrônico, ao Centro de Apoio Operacional – CAO MA, bem como à Secretaria Geral, para publicação no Diário Oficial, comunicando-se ao CSMP e à Corregedoria Geral do Ministério Público – CGMP e ainda:

1. oficie-se às partes envolvidas, conforme despacho exarado nos autos.

Cumpra-se.

São Lourenço da Mata, 26 de setembro de 2025.

Rejane Strieder Centelhas,
Promotora de Justiça.

PORTARIA Nº 02309.000.121/2025

Recife, 16 de setembro de 2025

MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE RIBEIRÃO
Procedimento nº 02309.000.121/2025 — Notícia de Fato

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO

Procedimento Administrativo de interesses individuais indisponíveis
02309.000.121/2025

A Promotoria de Justiça de Ribeirão, com atuação na promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 127, 129, III e 230 da Constituição Federal, pelos artigos 8º, §1º, da Lei nº. 7.347/85 e pelo art. 4º, inciso IV, alínea a, da Lei Complementar Estadual nº. 12/1994, com as alterações posteriores, combinado com o art. 201, incisos VI, VII e VIII, da Lei Federal nº 8.069/90, vem;

Considerando as funções institucionais do Ministério Público previstas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal e as disposições das Leis Orgânicas Nacional e Estadual do Ministério Público;

Considerando as atribuições da Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude definidas nos arts. 201, incisos VI, VII e VIII e 210, inciso I, da Lei nº 8.069/90

- Estatuto da Criança e do Adolescente;

Considerando que a Constituição Federal, em seu art. 227, determina que o Estado (lato sensu), a sociedade e a família devem garantir o direito fundamental à convivência familiar e comunitária da criança e adolescente;

Considerando que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e merecem proteção integral a fim de que lhes sejam efetivados todos os seus direitos fundamentais, garantindo-lhes condições adequadas a seu pleno desenvolvimento, conforme a Constituição Federal, a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, bem como o Estatuto da Criança e do Adolescente;

Considerando que a Convenção Internacional da Criança e Adolescente determina que os Estados-partes, de acordo com as condições nacionais e dentro de suas possibilidades, adotem medidas apropriadas a fim de ajudar os pais e outras pessoas responsáveis pela criança a tornar efetivo este direito e caso necessário proporcionando assistência material e programas de apoio, especialmente no que diz respeito à nutrição, ao vestuário e à habitação;

Considerando que as alterações promovidas ao Estatuto da Criança e do Adolescente pela Lei nº 12.010/2009, que segundo expressa disposição de seu art. 1º, foi instituída no sentido de aperfeiçoar a sistemática prevista para a garantia do direito à convivência familiar a todas as crianças e adolescentes;

Considerando que o art. 1º, §1º, da Lei nº 12.010/2009, em observância ao disposto no art. 226, da CF determina a obrigatoriedade intervenção do Estado, prioritariamente no sentido da orientação, apoio e promoção social da família natural, junto à qual a criança e o adolescente devem permanecer, ressalvada a absoluta impossibilidade, demonstrada por decisão judicial fundamentada;

INSTAURAR, com supedâneo na Res/CSMP. N. 001/2019, alterada pela Res/CSMP 003/2019, o presente Procedimento Administrativo, com o objetivo de promover a inclusão do núcleo familiar de M.E.L. na rede de assistência municipal, visando eventual aplicação de Medida de Proteção.

Assim, para a devida apuração dos fatos, DETERMINO

Extraia-se cópia integral e expeça-se ofício ao Conselho Tutelar, solicitando a adoção de providências no sentido de incluir a adolescente na rede de saúde para fins de acompanhamento pré-natal, bem como emitir relatório acerca da sua situação social, econômica e familiar, no prazo de 10 dias.;

Encaminhe-se cópia da presente portaria, via correio eletrônico, para publicação no Diário Oficial do Estado;

Oficie-se a Corregedoria Geral do MPPE, bem como o Conselho Superior do MPPE e CAO Infância e Juventude, comunicando acerca da instauração do presente PA;

Cumpra-se.

Ribeirão, 16 de setembro de 2025.

Milena de Oliveira Santos do Carmo,
Promotora de Justiça.

PORTARIA Nº 02475.000.591/2024

Recife, 23 de setembro de 2025

MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PETROLÂNDIA
Procedimento nº 02475.000.591/2024 — Procedimento Preparatório

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO

Inquérito Civil 02475.000.591/2024

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, por intermédio de seu representante que esta subscreve, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 129, III, da Constituição da República; art. 25, IV, alínea “a” da Lei Federal n.º 8.625/93, art. 4.º, IV, alínea “a”, da Lei Estadual n.º 12/94 e art. 8.º, §1º, e ainda:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbido da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, segundo disposição contida no caput do artigo 127 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, obedecerá aos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:
Renato da Silva Filho
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:
Hélio José de Carvalho Xavier
SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS JURÍDICOS:
Norma Mendonça Galvão de Carvalho

CORREGEDORA-GERAL
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO
Charles Hamilton dos Santos Lima

SECRETÁRIA-GERAL:
Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE
Frederico José Santos de Oliveira
COORDENADORA DE GABINETE
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUVIDORA
Maria Lizandra Lira de Carvalho

CONSELHO SUPERIOR

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho
(Presidente)
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva
Aguinaldo Fenelon de Barros
Giani Maria do Monte Santos
Cristiane de Gusmão Medeiros
Marco Aurélio Farias da Silva
Liliane da FONSECA Lima Rocha
Charles Hamilton dos Santos Lima
Lucila Varejão Dias Martins



Roberto Lyra - Edifício Sede
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio
CEP 50.010-240 - Recife / PE
E-mail: ascom@mppe.mp.br
Fone: 81 3182-7000

eficiência, nos termos do art. 37 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público o zelo pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos, dos serviços de relevância pública e aos direitos assegurados na Constituição da República, promovendo as medidas necessárias à sua garantia;

CONSIDERANDO a reclamação inicial de Juciane Lourdes Soares Balbino levantou preocupações sobre a qualidade dos serviços de saúde prestados por uma clínica conveniada com o município de Petrolândia;

CONSIDERANDO que as investigações do MPPE e da APEVISA revelaram irregularidades graves na clínica TENCOR SERVIÇOS MÉDICOS, tais como a falta de documentação essencial, como a licença sanitária e o projeto arquitetônico aprovado, e a ausência de um responsável técnico;

CONSIDERANDO que embora a clínica tenha alegado em sua defesa que as irregularidades eram "administrativas" e não afetavam a qualidade dos serviços e que a unidade havia encerrado suas atividades, a ausência de documentação obrigatória e a realização de procedimentos por um profissional não qualificado indicam uma possível falha na fiscalização e na escolha dos prestadores de serviço por parte da Secretaria Municipal de Saúde de Petrolândia;

CONSIDERANDO o exaurimento do prazo do prazo deste Procedimento Preparatório, conforme artigo 11º da Resolução n.º 003/2019, CSMP/MPPE;

CONSIDERANDO que, nas últimas movimentações/diligências realizadas no presente feito, foram noticiados acontecimentos importantes à instrução probatória do objeto em análise, nos quais têm o condão de resultar em um parecer definitivo;

CONSIDERANDO a necessidade da plena apuração dos fatos acima referidos, com a realização de diligências imprescindíveis ao completo esclarecimento dos fatos, de modo a se comprovar eventual existência de irregularidades e se avaliar a necessidade de judicialização do caso;

CONSIDERANDO a complexidade do procedimento e a grande quantidade de documentação a ser analisada o que torna necessária a sua prorrogação para solução definitiva ao caso;

CONSIDERANDO a necessidade de dar continuidade ao prosseguimento para se apurar integralmente os fatos objeto do presente procedimento para adoção das medidas judiciais ou extrajudiciais pertinentes;

INSTAURAR o presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para investigar os fatos relatados na notícia de fato, no âmbito de suas atribuições, com a finalidade de apurar as responsabilidades para adoção das medidas legais cabíveis, determinando as seguintes providências:

a) Resolve, assim, promover as diligências indispensáveis à instrução do feito, determinando, desde logo, a adoção das seguintes providências: cópia da portaria que determinar a instauração de inquérito civil será encaminhada, por meio eletrônico, ao Centro de Apoio Operacional – CAOP respectivo, bem como à Secretaria Geral, para publicação no Diário Oficial, comunicando-se ao CSMP e à Corregedoria Geral do Ministério Público – CGMP;

b) Cumpra-se o despacho retro.

Petrolândia, 23 de setembro de 2025.

Rennan Fernandes de Souza,
Promotor de Justiça.

EDITAL Nº EDITAL - AUDIENCIA PÚBLICA - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE OLINDA - Procedimento nº 01900.000.024/2025

Recife, 26 de setembro de 2025

MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE OLINDA

Procedimento nº 01900.000.024/2025 — Procedimento administrativo de acompanhamento de políticas públicas

EDITAL - AUDIENCIA PÚBLICA

Procedimento administrativo de acompanhamento de políticas públicas
01900.000.024/2025

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, por intermédio da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania de Olinda (Defesa da Saúde e do Consumidor), no uso de suas atribuições, com fundamento nos arts. 127, caput e 129, incisos II, III, VI e IX da Constituição Federal, artigo 27, parágrafo único, IV, da Lei no 8.625/93, Lei Complementar Estadual no 12/94, Lei no 7.347/1985, Resolução no 23 /2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, Resolução-CSMP 03/2019 do Conselho Superior do MPPE (artigos 47-52) e, demais disposições atinentes à matéria;

Considerando as diretrizes referentes aos membros do Ministério Público na Carta de Brasília, que prevê, no item 2, "f", "realização periódica de audiências públicas para permitir ao cidadão acesso ao Ministério Público para o exercício direto da soberania popular, nos termos do parágrafo único do artigo 1º da CR/1988, de modo a viabilizar a participação e a deliberação social sobre prioridades que devam ser objeto da atuação institucional, assim como para prestar contas do trabalho ao cidadão interessado";

Considerando que o presente Procedimento versa sobre o acompanhamento e fiscalização da Rede de atendimento à saúde da pessoa com deficiência no município de Olinda;

Considerando o Estatuto da Pessoa com Deficiência e a normatização do Sistema Único de Saúde, nos quais está expresso que as pessoas com deficiência gozam do direito à atenção integral à saúde, em seus diferentes níveis de atenção, bem como coloca as pessoas com deficiência dentre os segmentos que devem ser alvo de atenção prioritária dos poderes públicos;

Considerando que a ampliação, qualificação e diversificação das estratégias de atenção às pessoas com deficiência requer uma rede de serviços integrada e articulada, por meio da organização dos serviços em rede de atenção à saúde regionalizada, com estabelecimento de ações intersetoriais para garantir a integralidade do cuidado, bem como prover com efetividade e resolutividade às ações de reabilitação e de prevenção precoce de incapacidades;

Considerando a necessidade de promover um debate amplo e participativo sobre a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do SUS, envolvendo diversos atores sociais, autoridades públicas, especialistas e representantes de movimentos sociais;

Considerando a importância de apresentar à população os dados até agora levantados, bem como de obter da população contribuições para a atuação do Ministério Público na fiscalização da referida política pública, com a ampliação do debate e efetiva participação popular;

CONVOCA AUDIÊNCIA PÚBLICA, nos termos deste edital, a realizar-se no dia 15 DE OUTUBRO DE 2025, às 09:00h, na Sede das Promotorias de Justiça de Olinda, localizada na Av. Pan. Nordestina, 646, Bairro Vila Popular, Olinda, Pernambuco,

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:

Renato da Silva Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:

Hélio José de Carvalho Xavier

SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS JURÍDICOS:

Norma Mendonça Galvão de Carvalho

CORREGEDORA-GERAL
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO
Charles Hamilton dos Santos Lima

SECRETÁRIA-GERAL:
Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE
Frederico José Santos de Oliveira
COORDENADORA DE GABINETE
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUVIDORA
Maria Lizandra Lira de Carvalho

CONSELHO SUPERIOR

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho
(Presidente)
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva
Aguinaldo Fenelon de Barros
Giani Maria do Monte Santos
Cristiane de Gusmão Medeiros
Marco Aurélio Farias da Silva
Liliane da Fonseca Lima Rocha
Charles Hamilton dos Santos Lima
Lucila Varejão Dias Martins

MP PE
Ministério Público de Pernambuco

Roberto Lyra - Edifício Sede
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio
CEP 50.010-240 - Recife / PE
E-mail: ascom@mppe.mp.br
Fone: 81 3182-7000

franqueando-se a presença de qualquer pessoa interessada, além das autoridades convidadas para o ato, oportunidade em que a Representante do Ministério Público, sem prejuízo das demais alternativas próprias de suas funções, poderá promover o arquivamento de procedimento correspondente à matéria, tomar compromisso de ajustamento de conduta, expedir relatório ou recomendação, tudo conforme o Regulamento abaixo, que integra o presente Edital.

REGULAMENTO

1. A Presidência da audiência caberá à Promotora de Justiça convocante.

2. Proceder-se-á ao cadastramento prévio dos expositores que desejarem manifestar-se na audiência mediante aposição de nome e qualificação na respectiva lista de inscrição, a qual estará localizada na porta de entrada da sala de audiência, admitindo-se inscrições até às 9h30min. Após esse horário, somente com autorização da presidência e a seu exclusivo critério será franqueada a palavra a pessoas não previamente inscritas.

3. O tempo de duração das intervenções será estabelecido pela presidência em função da quantidade de pessoas previamente cadastradas, assegurando-se igualdade na distribuição do tempo; as intervenções serão, contudo, condicionadas à pertinência temática da audiência, sob pena de o expositor ter a palavra cassada.

4. Independentemente de prévia inscrição, qualquer dos presentes poderá submeter documentos à apreciação da presidência, desde que sejam pertinentes ao tema da audiência, sobre os quais deliberará.

5. A presidência poderá nomear secretário para a realização dos assentamentos necessários, recolhimento da lista com assinatura dos presentes, recebimento de documentos e controle do tempo de duração das exposições, também podendo fazê-lo pessoalmente, conforme o caso.

6. A audiência pública observará a seguinte ordem de desenvolvimento:

A. Abertura/Composição da mesa, com a manifestação das autoridades presentes.

B. Manifestação das autoridades presentes.

C. Manifestação dos populares previamente inscritos

D. Deliberações pertinentes.

E. Encerramento, com assinatura do respectivo termo de audiência, ao qual será anexada a lista de presença, localizada na porta de entrada do auditório, bem como a lista de inscrição dos expositores.

7. Os casos omissos serão decididos, exclusivamente, pela Presidência.

8. O presente edital será publicado através do Diário Oficial e de afixação no átrio da Sede da Promotoria, com o incentivo ao comparecimento e à participação ativa da comunidade na referida audiência.

9. Remeta-se cópia do presente edital, para conhecimento, publicação e comparecimento:

A. à Prefeitura do Município de Olinda/Poder Executivo

B. à Secretaria de Governo do Município

C. à Secretaria de Saúde do Município (Coordenação da Pessoa com Deficiência /Diretoria de Atenção Básica/ Diretoria de Atenção Especializada), devendo o Município de Olinda apresentar na referida audiência as seguintes informações e documentação sobre os encaminhamentos realizados para a estruturação da rede de atenção à pessoa com deficiência, detalhando:

- A rede de atendimento existente e o fluxo de acesso aos serviços.

- O Plano Municipal da Pessoa com Deficiência (contemplando ações emergenciais e de médio e longo prazo).

- O levantamento/censo das pessoas com deficiência no município. - Informações sobre as equipes eMulti

- Possibilidade de ampliação da demanda de atendimento do NIDE

- Providências para o atendimento das crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus (SCZV)

- Ações de habilitação para recursos do programa Pernambuco Acessível - Ações de habilitação para recursos federais

- Adequação do apoio via ambulâncias para o atendimento das crianças cirurgiadas da SCZV

- Articulação com o Estado para ações educativas para as mães e responsáveis

- Situação atualizada da demanda de cotas para Olinda no CER Recife
D. à Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do Município;

E. à Secretaria Estadual de Saúde (coordenação da CASPD/SES - Coordenação de Atenção à saúde da Pessoa com Deficiência);

F. à Procuradoria Municipal;

G. Aos Conselhos/Controle Social do Município de Olinda:

- Conselho Municipal de Saúde

- Conselho de Igualdade Etnicorracial

- Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente

- Conselho de Direitos da Pessoa com Deficiência

- Conselho de Segurança Alimentar

H. ao Poder Legislativo Municipal;

I. ao Conselho Estadual de Saúde;

J. ao Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência;

K. ao Conselho de Secretários Municipais de Saúde – COSEMS;

L. Ao CAO Saúde MPPE;

M. À I Gerência Regional de Saúde - I GERES;

O. À UMA - União Mães de Anjos;

P. Grupo de Mães e Pais de Crianças com TEA de Olinda;

Q. Equipe Interprofissional da Promotoria de Olinda;

R. À representação do Ministério da Saúde em Pernambuco

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:
Renato da Silva Filho
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:
Hélio José de Carvalho Xavier
SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS JURÍDICOS:
Norma Mendonça Galvão de Carvalho

CORREGEDORA-GERAL
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO
Charles Hamilton dos Santos Lima

SECRETÁRIA-GERAL:
Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE
Frederico José Santos de Oliveira
COORDENADORA DE GABINETE
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUVIDORA
Maria Lizandra Lira de Carvalho

CONSELHO SUPERIOR

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho
(Presidente)
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva
Aguinaldo Fenelon de Barros
Giani Maria do Monte Santos
Cristiane de Gusmão Medeiros
Marco Aurélio Farias da Silva
Liliane da Fonseca Lima Rocha
Charles Hamilton dos Santos Lima
Lucila Varejão Dias Martins



Ministério Público de Pernambuco

Roberto Lyra - Edifício Sede
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio
CEP 50.010-240 - Recife / PE
E-mail: ascom@mppe.mp.br
Fone: 81 3182-7000

Da audiência, lavre-se ata circunstanciada no prazo de cinco dias, encaminhando a ao Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, junto com o extrato, o qual deve ser afixado na sede da unidade, publicado no DOE e comunicado aos participantes por meio eletrônico, nos respectivos endereços cadastrados. Providencie-se relatório ao final dos trabalhos, nos termos do artigo 51 da Resolução 03/2019 do CSMP. Registre-se que as deliberações, opiniões, sugestões, críticas ou informações emitidas na audiência pública ou em decorrência desta terão caráter consultivo e não vinculante, destinando-se a subsidiar a atuação do Ministério Público, zelar pelo princípio da eficiência e assegurar a participação popular na condução dos interesses públicos (artigo 52 da Resolução 01/2012 do CSMP-PE).

Providencie-se a publicação deste edital no DOE e no sítio eletrônico do MPPE, bem como afixe-o na sede da unidade do Ministério Público, com antecedência mínima de dez dias úteis.

Expeçam-se as notificações e convites necessários, enviando-se cópia do Edital.

Olinda, 26 de setembro de 2025.

Maisa Silva Melo de Oliveira,
Promotora de Justiça.

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

**SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:**
Renato da Silva Filho

**SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:**
Hélio José de Carvalho Xavier
**SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS JURÍDICOS:**
Norma Mendonça Galvão de Carvalho

CORREGEDORA-GERAL
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

COORREGEDOR-GERAL SUBSTITUTO
Charles Hamilton dos Santos Lima

SECRETÁRIA-GERAL:
Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE
Frederico José Santos de Oliveira
COORDENADORA DE GABINETE
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUVIDORA
Maria Lizandra Lira de Carvalho

CONSELHO SUPERIOR

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho
(Presidente)
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva
Aguinaldo Fenelon de Barros
Giani Maria do Monte Santos
Cristiane de Gusmão Medeiros
Marco Aurélio Farias da Silva
Liliane da Fonseca Lima Rocha
Charles Hamilton dos Santos Lima
Lucila Varejão Dias Martins



Roberto Lyra - Edifício Sede
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio
CEP 50.010-240 - Recife / PE
E-mail: ascom@mppe.mp.br
Fone: 81 3182-7000

ANEXO DO AVISO PGJ Nº 22/2025**LISTAS FINAIS DOS(AS) HABILITADOS(AS)****EDITAIS DE EXERCÍCIO SIMULTÂNEO
PORTARIA PGJ N.º 2.985/2025**

| EDITAL Nº 0104/2025 - Exercício simultâneo - Cargos e Feitos | | |
|---|------------------|-------------|
| Cargo: 1º Promotor de Justiça Criminal da Capital | | |
| Classificação | Matrícula | Nome |
| AUSÊNCIA DE HABILITADOS(AS). | | |

| EDITAL Nº 0105/2025 - Exercício simultâneo - Cargos e Feitos | | |
|---|------------------|-------------|
| Cargo: 2º Promotor de Justiça Criminal da Capital | | |
| Classificação | Matrícula | Nome |
| AUSÊNCIA DE HABILITADOS(AS). | | |

| EDITAL Nº 0106/2025 - Exercício simultâneo - Cargos e Feitos | | |
|---|------------------|--|
| Cargo: 42º Promotor de Justiça Criminal da Capital | | |
| Classificação | Matrícula | Nome |
| 1 | 1899120 | SORAYA CRISTINA DOS SANTOS DUTRA DE MACEDO |

| EDITAL Nº 0107/2025 - Exercício simultâneo - Cargos e Feitos | | |
|---|------------------|--------------------------|
| Cargo: 57º Promotor de Justiça Criminal da Capital | | |
| Classificação | Matrícula | Nome |
| 1 | 1891871 | RUSSEAU VIEIRA DE ARAUJO |

| EDITAL Nº 0108/2025 - Exercício simultâneo - Cargos e Feitos | | |
|---|------------------|--|
| Cargo: 42º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital | | |
| Classificação | Matrícula | Nome |
| 1 | 1899120 | SORAYA CRISTINA DOS SANTOS DUTRA DE MACEDO |

| EDITAL Nº 0109/2025 - Exercício simultâneo - Cargos e Feitos | | |
|---|------------------|---------------------------|
| Cargo: 5º Promotor de Justiça Criminal de Caruaru | | |
| Classificação | Matrícula | Nome |
| 1 | 1840789 | ALEXANDRE AUGUSTO BEZERRA |

| EDITAL Nº 0110/2025 - Exercício simultâneo - Cargos e Feitos | | |
|--|------------------|-------------|
| Feitos: Atuação nos Feitos da Vara Regional do Tribunal do Júri do Cabo/Ipojuca | | |
| Classificação | Matrícula | Nome |
| AUSÊNCIA DE HABILITADOS(AS). | | |

ANEXO DO AVISO PGJ Nº 22/2025**LISTAS FINAIS DOS(AS) HABILITADOS(AS)****EDITAIS DE EXERCÍCIO SIMULTÂNEO
PORTARIA PGJ N.º 2.985/2025**

| EDITAL Nº 0111/2025 - Exercício simultâneo - Cargos e Feitos | | |
|--|------------------|-----------------------------|
| Cargo: 2º Promotor de Justiça Criminal de Jaboatão dos Guararapes | | |
| Classificação | Matrícula | Nome |
| 1 | 1894137 | EMMANUEL CAVALCANTI PACHECO |



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO PERNAMBUCO

Procuradoria-Geral de Justiça

ANEXO DA PORTARIA POR - PGJ Nº 3.304/2025

ESCALA DE PLANTÃO DA PROCURADORIA DE JUSTIÇA, EM MATÉRIA CÍVEL

Rua do Imperador Pedro II, nº 473, Edif. Promotor Roberto Lyra, Santo Antônio, Recife-PE
E-mail: plantaoproccivel@mppe.mp.br

| DATA | DIA | HORÁRIO | LOCAL | PROCURADOR DE JUSTIÇA | PROCURADORIA DE JUSTIÇA |
|-------------|---------------|-----------|--------|--|---------------------------------|
| 04/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Recife | Izabel Cristina de Novaes de Souza Santos | 10º Procurador de Justiça Cível |
| 05/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Recife | Luciana Marinho Martins Mota e Albuquerque | 1º Procurador de Justiça Cível |
| 11/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Recife | Sílvio José Menezes Tavares | 20º Procurador de Justiça Cível |
| 12/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Recife | Carlos Roberto Santos | 13º Procurador de Justiça Cível |
| 18/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Recife | João Antônio de Araújo Freitas Henriques | 16º Procurador de Justiça Cível |
| 19/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Recife | Nelma Ramos Maciel Quaiotti | 7º Procurador de Justiça Cível |
| 25/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Recife | José Elias Dubard de Moura Rocha | 21º Procurador de Justiça Cível |
| 26/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Recife | Sílvio José Menezes Tavares | 20º Procurador de Justiça Cível |
| 27/10/2025* | segunda-feira | 13 às 17h | Recife | Carlos Roberto Santos | 13º Procurador de Justiça Cível |

*Dia do Servidor Público (antecipado de 28/10).



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO PERNAMBUCO
Procuradoria-Geral de Justiça

ANEXO DA PORTARIA POR-PGJ Nº 3.305/2025

**ESCALA DE PLANTÃO DA PROCURADORIA DE JUSTIÇA,
 EM MATÉRIA CRIMINAL**

Rua do Imperador Pedro II, nº 473, Edif. Promotor Roberto Lyra, Santo Antônio,

Recife-PE Fone: 3182-7083

E-mail: cprocrim@mppe.mp.br

| DATA | DIA | HORÁRIO | LOCAL | PROCURADOR DE JUSTIÇA | PROCURADORIA DE JUSTIÇA |
|-------------|---------------|-----------|--------|--|------------------------------------|
| 04/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Recife | Carlos Alberto Pereira Vitório | 17º Procurador de Justiça Criminal |
| 05/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Recife | Cristiane de Gusmão Medeiros | Procurador de Justiça Criminal |
| 11/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Recife | Ricardo Van Der Linden de Vasconcelos Coelho | 15º Procurador de Justiça Criminal |
| 12/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Recife | Giani Maria do Monte Santos Rodolfo de Melo | 18º Procurador de Justiça Criminal |
| 18/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Recife | Áurea Rosane Vieira | 23º Procurador de Justiça Criminal |
| 19/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Recife | Aguinaldo Fenelon de Barros | 24º Procurador de Justiça Criminal |
| 25/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Recife | Fernando Barros de Lima | 3º Procurador de Justiça Criminal |
| 26/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Recife | Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti | 13º Procurador de Justiça Criminal |
| 27/10/2025* | segunda-feira | 13 às 17h | Recife | Mário Germano Palha Ramos | 1º Procurador de Justiça Criminal |

*Dia do Servidor Público (antecipado de 28/10).



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO PERNAMBUCO
Procuradoria-Geral de Justiça

ANEXO DA PORTARIA POR-PGJ Nº 3.306/2025

ESCALA DE PLANTÃO DA 3ª ENTRÂNCIA DA CAPITAL
 Fórum Rodolfo Aureliano. Av. Desembargador Guerra Barreto, s/n –
 Ilha Joana Bezerra, Recife-PE
E-mail: plantaocapital@mppe.mp.br

| DATA | DIA | HORÁRIO | LOCAL | PROMOTOR DE JUSTIÇA | PROMOTORA DE JUSTIÇA |
|-------------|---------------|-----------|--------|--|-------------------------------|
| 04/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Recife | Cristiane Wiliene Mendes Correia | 23º Promotor de Justiça Cível |
| 05/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Recife | Deluse Amaral Rolim Florentino | 5º Promotor de Justiça Cível |
| 11/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Recife | Eduardo Henrique Borba Lessa | 6º Promotor de Justiça Cível |
| 12/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Recife | Emanuele Martins Pereira | 32º Promotor de Justiça Cível |
| 18/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Recife | Ericka Garmes Pires Veras | 12º Promotor de Justiça Cível |
| 19/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Recife | Eva Regina de Albuquerque Brasil | 22º Promotor de Justiça Cível |
| 25/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Recife | Cristiane Maria Caitano da Silva | 24º Promotor de Justiça Cível |
| 26/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Recife | Izabel Cristina Holanda Tavares Leite | 18º Promotor de Justiça Cível |
| 27/10/2025* | segunda-feira | 13 às 17h | Recife | Liliane Jubert Gouveia Finizola da Cunha | 20º Promotor de Justiça Cível |

*Dia do Servidor Público (antecipado de 28/10).



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO PERNAMBUCO
Procuradoria-Geral de Justiça

ANEXO DA PORTARIA POR-PGJ Nº 3.307/2025

PLANTÃO INTEGRADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA CAPITAL

Rua João Fernandes Vieira, nº 405, Boa Vista, Fone: 3182-3361

E-mail: cicarecife@mppe.mp.br

| DATA | DIA | HORÁRIO | LOCAL | PROMOTOR DE JUSTIÇA | PROMOTORIA DE JUSTIÇA |
|-------------|---------------|------------|--------|-----------------------------------|---|
| 04/10/2025 | sábado | 09h às 13h | Recife | Wesley Odeon Teles dos Santos | 6º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania de Olinda |
| 05/10/2025 | domingo | 09h às 13h | Recife | Mavíael de Souza Silva | 16º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital |
| 11/10/2025 | sábado | 09h às 13h | Recife | Luiz Guilherme da Fonseca Lapenda | 23º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital |
| 12/10/2025 | domingo | 09h às 13h | Recife | Natália Maria Campelo | 14º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital |
| 18/10/2025 | sábado | 09h às 13h | Recife | Luiz Guilherme da Fonseca Lapenda | 23º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital |
| 19/10/2025 | domingo | 09h às 13h | Recife | Luiz Guilherme da Fonseca Lapenda | 23º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital |
| 25/10/2025 | sábado | 09h às 13h | Recife | João Luiz da Fonseca Lapenda | 5º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital |
| 26/10/2025 | domingo | 09h às 13h | Recife | Rosa Maria Salvi da Carvalheira | 32º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital |
| 27/10/2025* | segunda-feira | 09h às 13h | Recife | Fernanda Henriques da Nóbrega | 35º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital |

*Dia do Servidor Público (antecipado de 28/10).

ANEXO DA PORTARIA PGJ Nº 3.308/2025**ESCALA DE PLANTÃO DA 1ª CIRCUNSCRIÇÃO MINISTERIAL
COM SEDE EM SALGUEIRO**

Endereço: Rua Pedro Gonçalves, nº 51, Centro, Ouricuri-PE

E-mail: planta01a@mppe.mp.br

| DATA | DIA | HORÁRIO | LOCAL | PROMOTOR DE JUSTIÇA | PROMOTORIA DE JUSTIÇA |
|-------------|---------------|-----------|----------|---------------------------------|------------------------------------|
| 04/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Ouricuri | Pâmela Guimarães Rocha | Promotor de Justiça de Bodocó |
| 05/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Ouricuri | Pâmela Guimarães Rocha | Promotor de Justiça de Bodocó |
| 11/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Ouricuri | Gabriela Tavares Almeida | Promotor de Justiça de Exu |
| 12/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Ouricuri | Gabriela Tavares Almeida | Promotor de Justiça de Exu |
| 18/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Ouricuri | Gabriela Tavares Almeida | Promotor de Justiça de Exu |
| 19/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Ouricuri | Gabriela Tavares Almeida | Promotor de Justiça de Exu |
| 25/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Ouricuri | Manoel Dias da Purificação Neto | 1º Promotor de Justiça de Ouricuri |
| 26/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Ouricuri | Manoel Dias da Purificação Neto | 1º Promotor de Justiça de Ouricuri |
| 27/10/2025* | segunda-feira | 13 às 17h | Ouricuri | Lúcio Luiz de Almeida Neto | 2º Promotor de Justiça de Ouricuri |

**ESCALA DE PLANTÃO DA 2ª CIRCUNSCRIÇÃO MINISTERIAL
COM SEDE EM PETROLINA**

Endereço: Av. Fernando Menezes de Góes, nº 625, Centro, Petrolina – PE Fone: 3866.6400

E-mail: planta02a@mppe.mp.br

| DATA | DIA | HORÁRIO | LOCAL | PROMOTOR DE JUSTIÇA | PROMOTORIA DE JUSTIÇA |
|-------------|---------------|-----------|-----------|----------------------------------|--|
| 04/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Petrolina | Filipe Venâncio Côrtes | Promotor de Justiça de Afrânio |
| 05/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Petrolina | Bruno Pereira Bento de Lima | 1º Promotor de Justiça Criminal de Petrolina |
| 11/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Petrolina | Luiz Marcelo da Fonseca Filho | 4º Promotor de Justiça Criminal de Petrolina |
| 12/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Petrolina | Filipe Regueira de Oliveira Lima | Promotor de Justiça de Lagoa Grande |
| 18/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Petrolina | Igor de Oliveira Pacheco | 2º Promotor de Justiça Cível de Petrolina |
| 19/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Petrolina | Bruno de Brito Veiga | 3º Promotor de Justiça Criminal de Petrolina |
| 25/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Petrolina | Bruno Pereira Bento de Lima | 1º Promotor de Justiça Criminal de Petrolina |
| 26/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Petrolina | Érico de Oliveira Santos | 1º Promotor de Justiça Cível de Petrolina |
| 27/10/2025* | segunda-feira | 13 às 17h | Petrolina | Bruno Pereira Bento de Lima | 1º Promotor de Justiça Criminal de Petrolina |

**ESCALA DE PLANTÃO DA 3ª CIRCUNSCRIÇÃO MINISTERIAL
COM SEDE EM AFOGADOS DA INGAZEIRA**

Endereço: Praça Monsenhor Alfredo Arruda Câmara, nº 298, 1º Andar, Centro, Afogados da Ingazeira-PE

E-mail: planta03a@mppe.mp.br

| DATA | DIA | HORÁRIO | LOCAL | PROMOTOR DE JUSTIÇA | PROMOTORIA DE JUSTIÇA |
|------------|--------|-----------|-----------------------|----------------------------------|---|
| 04/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Afogados da Ingazeira | Romero Tadeu Borja de Melo Filho | 3º Promotor de Justiça de Afogados da Ingazeira |

ANEXO DA PORTARIA PGJ Nº 3.308/2025

| | | | | | |
|-------------|---------------|-----------|-----------------------|----------------------------------|---|
| 05/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Afogados da Ingazeira | Romero Tadeu Borja de Melo Filho | 3º Promotor de Justiça de Afogados da Ingazeira |
| 11/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Afogados da Ingazeira | Carolina Gurgel Lima | feitos da 2ª V. Criminal de Afogados da Ingazeira |
| 12/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Afogados da Ingazeira | Carolina Gurgel Lima | feitos da 2ª V. Criminal de Afogados da Ingazeira |
| 18/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Afogados da Ingazeira | João Mateus Matos Oliveira | Promotor de Justiça de Carnaíba |
| 19/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Afogados da Ingazeira | João Mateus Matos Oliveira | Promotor de Justiça de Carnaíba |
| 25/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Afogados da Ingazeira | Ana Rita Coelho Colaço Dias | 2º Promotor de Justiça de Sertânia |
| 26/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Afogados da Ingazeira | Ana Rita Coelho Colaço Dias | 2º Promotor de Justiça de Sertânia |
| 27/10/2025* | segunda-feira | 13 às 17h | Afogados da Ingazeira | Ana Rita Coelho Colaço Dias | 2º Promotor de Justiça de Sertânia |

**ESCALA DE PLANTÃO DA 4ª CIRCUNSCRIÇÃO MINISTERIAL
COM SEDE EM ARCOVERDE**

Endereço: Av. Antônio Japiassú, s/n, Centro, Arcoverde-PE

E-mail: planta04a@mppe.mp.br

| DATA | DIA | HORÁRIO | LOCAL | PROMOTOR DE JUSTIÇA | PROMOTORIA DE JUSTIÇA |
|-------------|---------------|-----------|-----------|----------------------------------|-------------------------------------|
| 04/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Arcoverde | Carlos Eduardo Vergetti Vidal | 2º Promotor de Justiça de Custódia |
| 05/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Arcoverde | Carlos Eduardo Vergetti Vidal | 2º Promotor de Justiça de Custódia |
| 11/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Arcoverde | Caíque Cavalcante Magalhães | Promotor de Justiça de Ibimirim |
| 12/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Arcoverde | Caíque Cavalcante Magalhães | Promotor de Justiça de Ibimirim |
| 18/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Arcoverde | Caíque Cavalcante Magalhães | Promotor de Justiça de Ibimirim |
| 19/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Arcoverde | Caíque Cavalcante Magalhães | Promotor de Justiça de Ibimirim |
| 25/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Arcoverde | Sérgio Roberto Almeida Feliciano | 1º Promotor de Justiça de Pesqueira |
| 26/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Arcoverde | Sérgio Roberto Almeida Feliciano | 1º Promotor de Justiça de Pesqueira |
| 27/10/2025* | segunda-feira | 13 às 17h | Arcoverde | Sérgio Roberto Almeida Feliciano | 1º Promotor de Justiça de Pesqueira |

**Feriado municipal (Lei 2.566/2020)

**ESCALA DE PLANTÃO DA 5ª CIRCUNSCRIÇÃO MINISTERIAL
COM SEDE EM GARANHUNS**

Endereço: Rua Joaquim Távora, nº 393, Heliópolis, Garanhuns-PE

E-mail: planta05a@mppe.mp.br

| DATA | DIA | HORÁRIO | LOCAL | PROMOTOR DE JUSTIÇA | PROMOTORIA DE JUSTIÇA |
|------------|---------|-----------|-----------|-------------------------------|--|
| 04/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Garanhuns | Jorge Gonçalves Dantas Júnior | 2º Promotor de Justiça Criminal de Garanhuns |
| 05/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Garanhuns | Renato Libório de | Promotor de Justiça de |

ANEXO DA PORTARIA PGJ Nº 3.308/2025

| | | | | | |
|-------------|---------------|-----------|-----------|---|--|
| | | | | Lima Silva | Jupi |
| 11/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Garanhuns | Stanley Araújo Corrêa | 1º Promotor de Justiça Cível de Garanhuns |
| 12/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Garanhuns | Marinalva Severina de Almeida | 4º Promotor de Justiça Criminal de Garanhuns |
| 18/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Garanhuns | Romualdo Siqueira França | Promotor de Justiça de Canhotinho |
| 19/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Garanhuns | Giovanna Mastroianni de Oliveira Mendes | 6º Promotor de Justiça Criminal de Garanhuns |
| 25/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Garanhuns | Pedro Felipe Cardoso Mota Fontes | Promotor de Justiça de Itaíba |
| 26/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Garanhuns | Bruno Miquelão Gottardi | 2º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania de Garanhuns |
| 27/10/2025* | segunda-feira | 13 às 17h | Garanhuns | Reus Alexandre Serafini do Amaral | Promotor de Justiça de Capoeiras |

**ESCALA DE PLANTÃO DA 6ª CIRCUNSCRIÇÃO MINISTERIAL
COM SEDE EM CARUARU**

Endereço: Av. José Florêncio Filho, s/n, Mauricio de Nassau, Caruaru-PE

E-mail: planta06a@mppe.mp.br

| DATA | DIA | HORÁRIO | LOCAL | PROMOTOR DE JUSTIÇA | PROMOTORIA DE JUSTIÇA |
|--------------|---------------|-----------|----------|-------------------------------------|--|
| 04/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Caruaru | Olavo da Silva Leal | Promotor de Justiça de Tacaimbó |
| 05/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Caruaru | Antônio Rolemberg Feitosa Júnior | 1º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania de Caruaru |
| 11/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Caruaru | Sandra Rodrigues Campos | Promotor de Justiça de Cachoeirinha |
| 12/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Caruaru | Oscar Ricardo de Andrade Nóbrega | 7º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania de Caruaru |
| 18/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Caruaru | Fabiano Moraes de Holanda Beltrão | 8º Promotor de Justiça Criminal de Caruaru |
| 19/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Caruaru | Marcus Alexandre Tieppo Rodrigues | 2º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania de Caruaru |
| 25/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Caruaru | Sophia Wolfovitch Spinola | 4º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania de Caruaru |
| 26/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Caruaru | Antônio Rolemberg Feitosa Júnior | 1º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania de Caruaru |
| 27/10/2025* | segunda-feira | 13 às 17h | Caruaru | Luiz Gustavo Simões Valença de Melo | Promotor de Justiça de Camocim de São Félix |
| 31/10/2025** | sexta-feira | 13 às 17h | Tacaimbó | Olavo da Silva Leal | Promotor de Justiça de Tacaimbó |

**Feriado municipal em Tacaimbó (Lei nº 633/2014)

**ESCALA DE PLANTÃO DA 7ª CIRCUNSCRIÇÃO MINISTERIAL
COM SEDE EM PALMARES**

Endereço: Rua Dr. Manoel Alves Peixoto, nº 01, São José, Palmares-PE

E-mail: planta07a@mppe.mp.br

| DATA | DIA | HORÁRIO | LOCAL | PROMOTOR DE JUSTIÇA | PROMOTORIA DE JUSTIÇA |
|------------|--------|-----------|----------|---------------------|---------------------------|
| 04/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Palmares | Witalo Rodrigo de | 1º Promotor de Justiça de |

ANEXO DA PORTARIA PGJ Nº 3.308/2025

| | | | | | |
|-------------|---------------|-----------|----------|-----------------------------------|--|
| | | | | Lemos Vasconcelos | Água Preta |
| 05/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Palmares | João Victor da Graça Campos Silva | 2º Promotor de Justiça de Água Preta |
| 11/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Palmares | Júlio César Cavalcanti Elihimas | Promotor de Justiça de Barreiros |
| 12/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Palmares | Rômulo Siqueira França | Promotor de Justiça de Catende |
| 18/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Palmares | Renata Santana Pêgo | Promotor de Justiça de Cortês |
| 19/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Palmares | Vanessa Cavalcanti de Araújo | 5º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania de Cabo de Santo Agostinho |
| 25/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Palmares | Adna Leonor Deó Vasconcelos | Promotor de Justiça de Maraial |
| 26/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Palmares | Regina Wanderley Leite de Almeida | 2º Promotor de Justiça Cível de Palmares |
| 27/10/2025* | segunda-feira | 13 às 17h | Palmares | Regina Wanderley Leite de Almeida | 2º Promotor de Justiça Cível de Palmares |

**ESCALA DE PLANTÃO DA 8ª CIRCUNSCRIÇÃO MINISTERIAL
COM SEDE NO CABO DE SANTO AGOSTINHO**

Endereço: Av. Presidente Vargas, nº 464, Centro Cabo de Santo Agostinho-PE

E-mail: planta08a@mppe.mp.br

| DATA | DIA | HORÁRIO | LOCAL | PROMOTOR DE JUSTIÇA | PROMOTORIA DE JUSTIÇA |
|--------------|---------------|-----------|-------------------------|--|--|
| 04/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Cabo de Santo Agostinho | Fernando Henrique Ferreira Cunha Ramos | 2º Promotor de Justiça de Escada |
| 05/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Cabo de Santo Agostinho | Eduardo Leal dos Santos | 1º Promotor de Justiça Cível de Ipojuca |
| 11/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Cabo de Santo Agostinho | Luiz Eduardo Braga Lacerda | 2º Promotor de Justiça Cível de Ipojuca |
| 12/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Cabo de Santo Agostinho | Luiz Eduardo Braga Lacerda | 2º Promotor de Justiça Cível de Ipojuca |
| 18/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Cabo de Santo Agostinho | Rodrigo Altobello Ângelo Abatayguara | 2º Promotor de Justiça Criminal de Ipojuca |
| 19/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Cabo de Santo Agostinho | Rodrigo Altobello Ângelo Abatayguara | 2º Promotor de Justiça Criminal de Ipojuca |
| 25/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Cabo de Santo Agostinho | Rafael Moreira Steinberger | Promotor de Justiça de Rio Formoso |
| 26/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Cabo de Santo Agostinho | Rafael Moreira Steinberger | Promotor de Justiça de Rio Formoso |
| 27/10/2025* | segunda-feira | 13 às 17h | Cabo de Santo Agostinho | Silmar Luiz Escareli Zacura | Promotor de Justiça de Tamandaré |
| 31/10/2025** | sexta-feira | 13 às 17h | Cabo de Santo Agostinho | Vanessa Cavalcanti de Araújo | 2º Promotor de Justiça Criminal de Cabo de Santo Agostinho |

**Feriado municipal.

**ESCALA DE PLANTÃO DA 9ª CIRCUNSCRIÇÃO MINISTERIAL
COM SEDE EM OLINDA**

Endereço: Av. Pan Nordestina, nº 646, Vila Popular, Olinda-PE

ANEXO DA PORTARIA PGJ Nº 3.308/2025**E-mail: cpfd.olinda@mppe.mp.br**

| DATA | DIA | HORÁRIO | LOCAL | PROMOTOR DE JUSTIÇA | PROMOTORIA DE JUSTIÇA |
|--------------|---------------|-----------|--------------|--|---|
| 04/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Olinda | Diego Pessoa Costa Reis | 5º Promotor de Justiça Criminal de Olinda |
| 05/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Olinda | Henriqueta de Belli Leite de Albuquerque | 4º Promotor de Justiça Criminal de Olinda |
| 11/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Olinda | 6º PJ Criminal de Olinda | 6º PJ Criminal de Olinda |
| 12/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Olinda | Felipe Akel Pereira de Araújo | 7º Promotor de Justiça Criminal de Olinda |
| 18/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Olinda | Tayjane Cabral de Almeida | 8º Promotor de Justiça Criminal de Olinda |
| 19/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Olinda | Isabel de Lizandra Penha Alves | 9º Promotor de Justiça Criminal de Olinda |
| 25/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Olinda | Fabiana Machado Raimundo de Lima | 10º Promotor de Justiça Criminal de Olinda |
| 26/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Olinda | Ademilton das Virgens Carvalho | 1º Promotor de Justiça Criminal de Paulista |
| 27/10/2025* | segunda-feira | 13 às 17h | Olinda | Elisa Cadore Foletto | 6º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania de Paulista |
| 31/10/2025** | sexta-feira | 13 às 17h | Abreu e Lima | Fabiana Kiuska Seabra dos Santos | 4º Promotor de Justiça de Abreu e Lima |

**Feriado municipal.

**ESCALA DE PLANTÃO DA 10ª CIRCUNSCRIÇÃO MINISTERIAL
COM SEDE EM NAZARÉ DA MATA**

Endereço: Rua Ermírio Coutinho, nº 14, Centro, Nazaré da Mata-PE

E-mail: plantao10a@mppe.mp.br

| DATA | DIA | HORÁRIO | LOCAL | PROMOTOR DE JUSTIÇA | PROMOTORIA DE JUSTIÇA |
|-------------|---------------|-----------|----------------|--|---|
| 04/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Nazaré da Mata | Márcio Fernando Magalhães Franca | Promotor de Justiça de Aliança |
| 05/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Nazaré da Mata | Elson Ribeiro | 1º Promotor de Justiça de Carpina |
| 11/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Nazaré da Mata | Guilherme Graciliano Araújo Lima | 2º Promotor de Justiça de Carpina |
| 12/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Nazaré da Mata | Maria da Conceição Nunes da Luz Pessoa | 1º Promotor de Justiça Criminal de Goiana |
| 18/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Nazaré da Mata | Vinícius Silva de Araújo | 5º Promotor de Justiça de Carpina |
| 19/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Nazaré da Mata | Vinícius Silva de Araújo | 5º Promotor de Justiça de Carpina |
| 25/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Nazaré da Mata | Sofia Mendes Bezerra de Carvalho | Promotor de Justiça de Itaquitinga |
| 26/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Nazaré da Mata | Patrícia Ramalho de Vasconcelos | 1º Promotor de Justiça Cível de Goiana |
| 27/10/2025* | segunda-feira | 13 às 17h | Nazaré da Mata | Genivaldo Fausto de Oliveira Filho | 2º Promotor de Justiça Cível de Goiana |

**ESCALA DE PLANTÃO DA 11ª CIRCUNSCRIÇÃO MINISTERIAL
COM SEDE EM LIMOEIRO**

Endereço: Rua Rivadávia Bernades de Paula, nº 131/147, Limoeiro-PE

E-mail: plantao11a@mppe.mp.br

| DATA | DIA | HORÁRIO | LOCAL | PROMOTOR DE JUSTIÇA | PROMOTORIA DE JUSTIÇA |
|------|-----|---------|-------|---------------------|-----------------------|
|------|-----|---------|-------|---------------------|-----------------------|

ANEXO DA PORTARIA PGJ Nº 3.308/2025

| | | | | | |
|-------------|---------------|-----------|----------|--|------------------------------------|
| 04/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Limoeiro | Lúcio Carlos Malta Cabral | 3º Promotor de Justiça de Limoeiro |
| 05/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Limoeiro | Rodrigo Amorim da Silva Santos | Promotor de Justiça de Bom Jardim |
| 11/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Limoeiro | Vinícius Silva de Araújo | 5º Promotor de Justiça de Carpina |
| 12/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Limoeiro | Garibaldi Cavalcanti Gomes da Silva | 2º Promotor de Justiça de Surubim |
| 18/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Limoeiro | Garibaldi Cavalcanti Gomes da Silva | 2º Promotor de Justiça de Surubim |
| 19/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Limoeiro | Bruno Santacatharina Carvalho de Lima | 3º Promotor de Justiça de Surubim |
| 25/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Limoeiro | Jaime Adrião Cavalcanti Gomes da Silva | Promotor de Justiça de Vertentes |
| 26/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Limoeiro | Rodrigo Amorim da Silva Santos | Promotor de Justiça de Bom Jardim |
| 27/10/2025* | segunda-feira | 13 às 17h | Limoeiro | Carlos Eduardo Domingos Seabra | Promotor de Justiça de Paudalho |

**ESCALA DE PLANTÃO DA 12ª CIRCUNSCRIÇÃO MINISTERIAL
COM SEDE EM VITÓRIA DE SANTO ANTÃO**

Endereço: Rua Henrique de Holanda, s/n, próximo ao parque de exposições de animais, Vitória de Santo Antão-PE

E-mail: plantao12a@mppe.mp.br

| DATA | DIA | HORÁRIO | LOCAL | PROMOTOR DE JUSTIÇA | PROMOTORIA DE JUSTIÇA |
|-------------|---------------|----------------|------------------------|--|---|
| 04/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Vitória de Santo Antão | Kívia Roberta de Souza Ribeiro | 1º Promotor de Justiça Cível de Vitória de Santo Antão |
| 05/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Vitória de Santo Antão | Ivan Viegas Renaux de Andrade | 2º Promotor de Justiça de Gravatá |
| 11/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Vitória de Santo Antão | Francisco Assis da Silva | 4º Promotor de Justiça Cível de Vitória de Santo Antão |
| 12/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Vitória de Santo Antão | Joana Cavalcanti de Lima Muniz | 2º Promotor de Justiça Criminal de Vitória de Santo Antão |
| 18/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Vitória de Santo Antão | Diogo Gomes Vital | 3º Promotor de Justiça Cível de Vitória de Santo Antão |
| 19/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Vitória de Santo Antão | Petrônio Benedito Barata Ralile Júnior | 3º Promotor de Justiça Criminal de Vitória de Santo Antão |
| 25/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Vitória de Santo Antão | Francisco Assis da Silva | 4º Promotor de Justiça Cível de Vitória de Santo Antão |
| 26/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Vitória de Santo Antão | Promotoria de Justiça de Amaraji | Promotoria de Justiça de Amaraji |
| 27/10/2025* | segunda-feira | 13 às 17h | Vitória de Santo Antão | Promotoria de Justiça de Glória do Goitá | Promotoria de Justiça de Glória do Goitá |

**ESCALA DE PLANTÃO DA 13ª CIRCUNSCRIÇÃO MINISTERIAL
COM SEDE EM JABOATÃO DOS GUARARAPES**

Endereço: Av. Barreto de Menezes, nº 3600, Prazeres, Jaboatão dos Guararapes-PE

E-mail: plantao13a@mppe.mp.br

ANEXO DA PORTARIA PGJ Nº 3.308/2025

| DATA | DIA | HORÁRIO | LOCAL | PROMOTOR DE JUSTIÇA | PROMOTORIA DE JUSTIÇA |
|-------------|---------------|-----------|-------------------------|--|--|
| 04/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Jaboatão dos Guararapes | Fernanda Arcoverde Cavalcanti Nogueira | 3º Promotor de Justiça Cível de Jaboatão dos Guararapes |
| 05/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Jaboatão dos Guararapes | Russeaux Vieira de Araújo | 2º Promotor de Justiça de Moreno |
| 11/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Jaboatão dos Guararapes | Danielle Ribeiro Dantas de Carvalho Clementino | 1º Promotor de Justiça Cível de São Lourenço da Mata |
| 12/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Jaboatão dos Guararapes | Hugo Eugênio Ferreira Gouveia | 1º Promotor de Justiça Cível de Jaboatão dos Guararapes |
| 18/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Jaboatão dos Guararapes | Milena Conceição Rezende Mascarenhas Santos | 2º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania de Jaboatão dos Guararapes |
| 19/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Jaboatão dos Guararapes | Erika Sampaio Cardoso Kraychete | 7º Promotor de Justiça Criminal de Jaboatão dos Guararapes |
| 25/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Jaboatão dos Guararapes | Camila Spinelli Regis de Melo Avelino | 2º Promotor de Justiça Cível de Camaragibe |
| 26/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Jaboatão dos Guararapes | Fernanda Arcoverde Cavalcanti Nogueira | 3º Promotor de Justiça Cível de Jaboatão dos Guararapes |
| 27/10/2025* | segunda-feira | 13 às 17h | Jaboatão dos Guararapes | Gustavo Henrique Holanda Dias Kershaw | 12º Promotor de Justiça Criminal de Jaboatão dos Guararapes |

**ESCALA DE PLANTÃO DA 14ª CIRCUNSCRIÇÃO MINISTERIAL
COM SEDE EM SERRA TALHADA**

Endereço: Avenida Joaquim Godoy, nº 350, Serra Talhada - PE

E-mail: planta014a@mppe.mp.br

| DATA | DIA | HORÁRIO | LOCAL | PROMOTOR DE JUSTIÇA | PROMOTORIA DE JUSTIÇA |
|-------------|---------------|-----------|---------------|-------------------------------------|---|
| 04/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Serra Talhada | Jéssica Maria Xavier de Sá Bertoldo | Promotor de Justiça de São José do Belmonte |
| 05/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Serra Talhada | Jéssica Maria Xavier de Sá Bertoldo | Promotor de Justiça de São José do Belmonte |
| 11/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Serra Talhada | Igor Couto Vieira | Promotor de Justiça de Mirandiba |
| 12/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Serra Talhada | Igor Couto Vieira | Promotor de Justiça de Mirandiba |
| 18/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Serra Talhada | Rennan Fernandes de Souza | 2º Promotor de Justiça de Petrolândia |
| 19/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Serra Talhada | Rennan Fernandes de Souza | 2º Promotor de Justiça de Petrolândia |
| 25/10/2025 | sábado | 13 às 17h | Serra Talhada | Diógenes Luciano Nogueira Moreira | 1º Promotor de Justiça de Salgueiro |
| 26/10/2025 | domingo | 13 às 17h | Serra Talhada | Diógenes Luciano Nogueira Moreira | 1º Promotor de Justiça de Salgueiro |
| 27/10/2025* | segunda-feira | 13 às 17h | Serra Talhada | Diógenes Luciano Nogueira Moreira | 1º Promotor de Justiça de Salgueiro |

**Dia do Servidor Público (antecipado de 28/10).

ANEXO DA PORTARIA POR-PGJ Nº 3.309/2025**PLANTÃO DO SOBREAVISO AGRESTE - SEDE CARUARU-PE**

Endereço: Av. José Florêncio Filho, s/n, Mauricio de Nassau, Caruaru-PE

Promotorias que compõem as Circunscrições de Arcoverde, Garanhuns, Caruaru, Vitória de Santo Antão, Palmares, Limoeiro

| DATA | DIA | HORÁRIO | LOCAL | PROMOTOR DE JUSTIÇA |
|------------|---------------|--|---------|---|
| 01/10/2025 | quarta-feira | 18:00 às 07:59* | Caruaru | Jorge Gonçalves Dantas Junior |
| 02/10/2025 | quinta-feira | 18:00 às 07:59* | Caruaru | Domingos Sávio Pereira Agra |
| 03/10/2025 | sexta-feira | 18:00 às 07:59* | Caruaru | Stanley Araújo Corrêa |
| 04/10/2025 | sábado | 08:00 às 12:59 e das 17:01 às 07:59** | Caruaru | Silmar Luiz Escareli Zacura |
| 05/10/2025 | domingo | 08:00 às 12:59 e das 17:01 às 07:59** | Caruaru | Francisca Maura Farias Bezerra Santos |
| 06/10/2025 | segunda-feira | 18:00 às 07:59* | Caruaru | Francisco Dirceu Barros |
| 07/10/2025 | terça-feira | 18:00 às 07:59* | Caruaru | Romualdo Siqueira França |
| 08/10/2025 | quarta-feira | 18:00 às 07:59* | Caruaru | Reus Alexandre Serafini Do Amaral |
| 09/10/2025 | quinta-feira | 18:00 às 07:59* | Caruaru | Renato Libório De Lima Silva |
| 10/10/2025 | sexta-feira | 18:00 às 07:59* | Caruaru | Paulo Fernandes Medeiros Júnior |
| 11/10/2025 | sábado | 08:00 às 12:59 e das 17:01 às 07:59** | Caruaru | Danielly Da Silva Lopes |
| 12/10/2025 | domingo | 08:00 às 12:59 e das 17:01 às 07:59** | Caruaru | Bruno Miquelão Gottardi |
| 13/10/2025 | segunda-feira | 18:00 às 07:59* | Caruaru | Marinalva Severina De Almeida |
| 14/10/2025 | terça-feira | 18:00 às 07:59* | Caruaru | Maria Aparecida Alcântara Siebra |
| 15/10/2025 | quarta-feira | 18:00 às 07:59* | Caruaru | Alexandre Augusto Bezerra |
| 16/10/2025 | quinta-feira | 18:00 às 07:59* | Caruaru | Giovanna Mastroianni De Oliveira Mendes |
| 17/10/2025 | sexta-feira | 18:00 às 07:59* | Caruaru | Luciano Bezerra da Silva |
| 18/10/2025 | sábado | 08:00 às 12:59 e das 17:01 às 07:59** | Caruaru | Eryne Ávila do Anjos Luna |
| 19/10/2025 | domingo | 08:00 às 12:59 e das 17:01 às 07:59** | Caruaru | Kívia Roberta de Souza Ribeiro |
| 20/10/2025 | segunda-feira | 18:00 às 07:59* | Caruaru | Ivan Viegas Renaux de Andrade |
| 21/10/2025 | terça-feira | 18:00 às 07:59* | Caruaru | Ivan Viegas Renaux de Andrade |
| 22/10/2025 | quarta-feira | 18:00 às 07:59* | Caruaru | Maria Cecília Soares Tertuliano |
| 23/10/2025 | quinta-feira | 18:00 às 07:59* | Caruaru | Jefson Marcio Silva Romaniuc |
| 24/10/2025 | sexta-feira | 18:00 às 07:59* | Caruaru | Russeaux Vieira de Araújo |
| 25/10/2025 | sábado | 08:00 às 12:59 e das 17:01 às 07:59** | Caruaru | Russeaux Vieira de Araújo |
| 26/10/2025 | domingo | 08:00 às 12:59 e das 17:01 às 07:59** | Caruaru | Eryne Ávila do Anjos Luna |
| 27/10/2025 | segunda-feira | 08:00 às 12:59 e das 17:01 às 07:59** | Caruaru | Kívia Roberta de Souza Ribeiro |
| 28/10/2025 | terça-feira | 18:00 às 07:59* | Caruaru | Manuela Xavier Capistrano Lins |
| 29/10/2025 | quarta-feira | 18:00 às 07:59* | Caruaru | Francisco Assis da Silva |
| 30/10/2025 | quinta-feira | 18:00 às 07:59* | Caruaru | Joana Cavalcanti de Lima Muniz |
| 31/10/2025 | sexta-feira | 18:00 às 07:59* | Caruaru | Diogo Gomes Vital |

*Até às 07:59h do dia subsequente. **No período de 13h às 17h atuará o Promotor de Justiça do plantão presencial.

PLANTÃO DO SOBREAVISO SERTÃO - SEDE PETROLINA-PE

Endereço: Av. Fernando Menezes de Góes, nº 625, Centro, Petrolina – PE

Promotorias que compõem a Circunscrição de Petrolina, Salgueiro, Serra Talhada, Afogados da Ingazeira

| DATA | DIA | HORÁRIO | LOCAL | PROMOTOR DE JUSTIÇA |
|------------|--------------|-----------------|-----------|-------------------------------|
| 01/10/2025 | quarta-feira | 18:00 às 07:59* | Petrolina | Luiz Marcelo da Fonseca Filho |

| | | | | |
|------------|---------------|--|-----------|------------------------------------|
| 02/10/2025 | quinta-feira | 18:00 às 07:59* | Petrolina | Rosane Moreira Cavalcanti |
| 03/10/2025 | sexta-feira | 18:00 às 07:59* | Petrolina | Tanusia Santana da Silva |
| 04/10/2025 | sábado | 08:00 às 12:59 e das 17:01 às 07:59** | Petrolina | Otávio Machado de Alencar |
| 05/10/2025 | domingo | 08:00 às 12:59 e das 17:01 às 07:59** | Petrolina | Manoel Dias da Purificação Neto |
| 06/10/2025 | segunda-feira | 18:00 às 07:59* | Petrolina | Lúcio Luiz de Almeida Neto |
| 07/10/2025 | terça-feira | 18:00 às 07:59* | Petrolina | Márcio José da Silva Freitas |
| 08/10/2025 | quarta-feira | 18:00 às 07:59* | Petrolina | Nara Thamyres B. Guimarães Alencar |
| 09/10/2025 | quinta-feira | 18:00 às 07:59* | Petrolina | Jairo José de Alencar Santos |
| 10/10/2025 | sexta-feira | 18:00 às 07:59* | Petrolina | Gabriela Tavares Almeida |
| 11/10/2025 | sábado | 08:00 às 12:59 e das 17:01 às 07:59** | Petrolina | Guilherme Goulart Soares |
| 12/10/2025 | domingo | 08:00 às 12:59 e das 17:01 às 07:59** | Petrolina | Leon Klinsman Farias Ferreira |
| 13/10/2025 | segunda-feira | 18:00 às 07:59* | Petrolina | Isabel Emanuela Bezerra Costa |
| 14/10/2025 | terça-feira | 18:00 às 07:59* | Petrolina | Marcela Regina Navarro Toledo |
| 15/10/2025 | quarta-feira | 18:00 às 07:59* | Petrolina | Matheus Arco Verde Barbosa |
| 16/10/2025 | quinta-feira | 18:00 às 07:59* | Petrolina | Carlos Eduardo Vergetti Vidal |
| 17/10/2025 | sexta-feira | 18:00 às 07:59* | Petrolina | Kaline Mirella da Silva Gomes |
| 18/10/2025 | sábado | 08:00 às 12:59 e das 17:01 às 07:59** | Petrolina | Gabriela Tavares Almeida |
| 19/10/2025 | domingo | 08:00 às 12:59 e das 17:01 às 07:59** | Petrolina | Carlênio Mário Lima Brandão |
| 20/10/2025 | segunda-feira | 18:00 às 07:59* | Petrolina | Daliana Monique Souza Viana |
| 21/10/2025 | terça-feira | 18:00 às 07:59* | Petrolina | João Mateus Matos Oliveira |
| 22/10/2025 | quarta-feira | 18:00 às 07:59* | Petrolina | Samuel Farias |
| 23/10/2025 | quinta-feira | 18:00 às 07:59* | Petrolina | Aurinilton Leão Carlos Sobrinho |
| 24/10/2025 | sexta-feira | 18:00 às 07:59* | Petrolina | Ana Rita Coelho Colaço Dias |
| 25/10/2025 | sábado | 08:00 às 12:59 e das 17:01 às 07:59** | Petrolina | Rennan Fernandes de Souza |
| 26/10/2025 | domingo | 08:00 às 12:59 e das 17:01 às 07:59** | Petrolina | Camila Veiga Cheto Coutinho |
| 27/10/2025 | segunda-feira | 08:00 às 12:59 e das 17:01 às 07:59** | Petrolina | Almir Oliveira De Amorim Júnior |
| 28/10/2025 | terça-feira | 18:00 às 07:59* | Petrolina | Ana Cláudia de Sena Carvalho |
| 29/10/2025 | quarta-feira | 18:00 às 07:59* | Petrolina | Ana Paula Nunes Cardoso |
| 30/10/2025 | quinta-feira | 18:00 às 07:59* | Petrolina | Bruno de Brito Veiga |
| 31/10/2025 | sexta-feira | 18:00 às 07:59* | Petrolina | Bruno Pereira Bento de Lima |

*Até às 07:59h do dia subsequente. **No período de 13h às 17h atuará o Promotor de Justiça do plantão presencial.

PLANTÃO DO SOBREAVISO METROPOLITANO - SEDE RECIFE-PE

Av. Visconde de Suassuna, nº 99, Edf. Paulo Cavalcanti, Boa Vista

Promotoria de Justiça Cível da Capital, Promotoria de Justiça Criminal da Capital, Promotoria de Justiça de Cidadania da Capital, Promotorias que compõem a circunscrição de Olinda, Promotorias que compõem a circunscrição de Jaboatão dos Guararapes, Promotorias que compõem a circunscrição de Nazaré da Mata, Promotorias que compõem a circunscrição do Cabo de Santo Agostinho

| DATA | DIA | HORÁRIO | LOCAL | PROMOTOR DE JUSTIÇA |
|------------|--------------|--|--------|--|
| 01/10/2025 | quarta-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | Marcelo Greenhalgh de Cerqueira Lima e Moraes Penalva Santos |
| 02/10/2025 | quinta-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | Maria da Conceição de Oliveira Martins |
| 03/10/2025 | sexta-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | Maria Helena de Oliveira e Luna |
| 04/10/2025 | sábado | 08:00 às 12:59 e das 17:01 às 07:59** | Recife | Patrícia de Fátima Oliveira Torres |
| 05/10/2025 | domingo | 08:00 às 12:59 e das | Recife | Paula Catherine de Lira Aziz Ismail |

| | | | | |
|------------|---------------|---------------------------------------|--------|---|
| | | 17:01 às 07:59** | | |
| 06/10/2025 | segunda-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | Quintino Geraldo Diniz de Melo |
| 07/10/2025 | terça-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | Rinaldo Jorge da Silva |
| 08/10/2025 | quarta-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | Rosângela Furtado Padela Alvarenga |
| 09/10/2025 | quinta-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | Rosemary Souto Maior de Almeida |
| 10/10/2025 | sexta-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | Sandra Maria Mesquita de Paula Pessoa Lapenda |
| 11/10/2025 | sábado | 08:00 às 12:59 e das 17:01 às 07:59** | Recife | Sérgio Roberto da Silva Pereira |
| 12/10/2025 | domingo | 08:00 às 12:59 e das 17:01 às 07:59** | Recife | Sônia Mara Rocha Carneiro |
| 13/10/2025 | segunda-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | Sueli de Araújo Costa |
| 14/10/2025 | terça-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | Valdecy Vieira da Silva |
| 15/10/2025 | quarta-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | Vivianne Maria Freitas Melo Monteiro de Menezes |
| 16/10/2025 | quinta-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | Heloisa Pollyanna Brito de Freitas |
| 17/10/2025 | sexta-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | Ana Maria Moura Maranhão da Fonte |
| 18/10/2025 | sábado | 08:00 às 12:59 e das 17:01 às 07:59** | Recife | Nubia Mauricio Braga |
| 19/10/2025 | domingo | 08:00 às 12:59 e das 17:01 às 07:59** | Recife | Ana Maria Moura Maranhão da Fonte |
| 20/10/2025 | segunda-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | João Luiz da Fonseca Lapenda |
| 21/10/2025 | terça-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | Andréa Karla Reinaldo de Souza Queiroz |
| 22/10/2025 | quarta-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | Westei Conde Y Martin Junior |
| 23/10/2025 | quinta-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | Westei Conde Y Martin Junior |
| 24/10/2025 | sexta-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | Regina Coeli Lucena Herbaud |
| 25/10/2025 | sábado | 08:00 às 12:59 e das 17:01 às 07:59** | Recife | Regina Coeli Lucena Herbaud |
| 26/10/2025 | domingo | 08:00 às 12:59 e das 17:01 às 07:59** | Recife | Eleonora Marise Silva Rodrigues |
| 27/10/2025 | segunda-feira | 08:00 às 12:59 e das 17:01 às 07:59** | Recife | Sérgio Gadelha Souto |
| 28/10/2025 | terça-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | Ivo Pereira de Lima |
| 29/10/2025 | quarta-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | Natália Maria Campelo |
| 30/10/2025 | quinta-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | Andréa Magalhães Porto Oliveira |
| 31/10/2025 | sexta-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | Édipo Soares Cavalcante Filho |

*Até às 07:59h do dia subsequente. **No período de 13h às 17h atuará o Promotor de Justiça do plantão presencial.

PLANTÃO DO SOBREVISO 2ª INSTÂNCIA - SEDE CAPITAL

Procuradoria de Justiça Cível

Rua do Imperador Pedro II, Santo Antônio, Recife-PE

| DATA | DIA | HORÁRIO | LOCAL | PROMOTOR DE JUSTIÇA |
|------------|---------------|---------------------------------------|--------|--|
| 01/10/2025 | quarta-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | Lais Coelho Teixeira Cavalcanti |
| 02/10/2025 | quinta-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | João Antônio de Araújo Freitas Henriques |
| 03/10/2025 | sexta-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | Nelma Ramos Maciel Quaiotti |
| 04/10/2025 | sábado | 08:00 às 12:59 e das 17:01 às 07:59** | Recife | Izabel Cristina de Novaes de Souza Santos |
| 05/10/2025 | domingo | 08:00 às 12:59 e das 17:01 às 07:59** | Recife | Luciana Marinho Martins Mota e Albuquerque |
| 06/10/2025 | segunda-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | Lais Coelho Teixeira Cavalcanti |
| 07/10/2025 | terça-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | Valdir Barbosa Júnior |

| | | | | |
|------------|---------------|---------------------------------------|--------|--|
| 08/10/2025 | quarta-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | Alda Virgínia de Moura |
| 09/10/2025 | quinta-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | Geraldo dos Anjos Netto de Mendonça Júnior |
| 10/10/2025 | sexta-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | José Elias Dubard de Moura Rocha |
| 11/10/2025 | sábado | 08:00 às 12:59 e das 17:01 às 07:59** | Recife | Sílvio José Menezes Tavares |
| 12/10/2025 | domingo | 08:00 às 12:59 e das 17:01 às 07:59** | Recife | Carlos Roberto Santos |
| 13/10/2025 | segunda-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | Yélena de Fátima Monteiro Araújo |
| 14/10/2025 | terça-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | Christiane Roberta Gomes de Farias Santos |
| 15/10/2025 | quarta-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | Christiane Roberta Gomes de Farias Santos |
| 16/10/2025 | quinta-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | Yélena de Fátima Monteiro Araújo |
| 17/10/2025 | sexta-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | Lais Coelho Teixeira Cavalcanti |
| 18/10/2025 | sábado | 08:00 às 12:59 e das 17:01 às 07:59** | Recife | João Antônio de Araújo Freitas Henriques |
| 19/10/2025 | domingo | 08:00 às 12:59 e das 17:01 às 07:59** | Recife | Nelma Ramos Maciel Quaiotti |
| 20/10/2025 | segunda-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | Izabel Cristina de Novaes de Souza Santos |
| 21/10/2025 | terça-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | Luciana Marinho Martins Mota e Albuquerque |
| 22/10/2025 | quarta-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | Lais Coelho Teixeira Cavalcanti |
| 23/10/2025 | quinta-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | Valdir Barbosa Júnior |
| 24/10/2025 | sexta-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | Geraldo dos Anjos Netto de Mendonça Júnior |
| 25/10/2025 | sábado | 08:00 às 12:59 e das 17:01 às 07:59** | Recife | José Elias Dubard de Moura Rocha |
| 26/10/2025 | domingo | 08:00 às 12:59 e das 17:01 às 07:59** | Recife | Sílvio José Menezes Tavares |
| 27/10/2025 | segunda-feira | 08:00 às 12:59 e das 17:01 às 07:59** | Recife | Carlos Roberto Santos |
| 28/10/2025 | terça-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | Yélena de Fátima Monteiro Araújo |
| 29/10/2025 | quarta-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | Christiane Roberta Gomes de Farias Santos |
| 30/10/2025 | quinta-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | Christiane Roberta Gomes de Farias Santos |
| 31/10/2025 | sexta-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | Yélena de Fátima Monteiro Araújo |

*Até às 07:59h do dia subsequente. **No período de 13h às 17h atuará o Promotor de Justiça do plantão presencial.

PLANTÃO DO SOBREAVISO 2ª INSTÂNCIA - SEDE CAPITAL

Procuradoria de Justiça Criminal

Rua do Imperador Pedro II, Santo Antônio, Recife-PE

| DATA | DIA | HORÁRIO | LOCAL | PROMOTOR DE JUSTIÇA |
|------------|--------------|---------------------------------------|--------|---------------------------------------|
| 01/10/2025 | quarta-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | Aguinaldo Fenelon De Barros |
| 02/10/2025 | quinta-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | Fernando Barros De Lima |
| 03/10/2025 | sexta-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | Antônio Carlos De Oliveira Cavalcanti |
| 04/10/2025 | sábado | 08:00 às 12:59 e das 17:01 às 07:59** | Recife | Mário Germano Palha Ramos |
| 05/10/2025 | domingo | 08:00 às 12:59 e das | Recife | Gilson Roberto De Melo Barbosa |

| | | | | |
|------------|---------------|--|--------|---------------------------------------|
| | | 17:01 às 07:59** | | |
| 06/10/2025 | segunda-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | José Lopes De Oliveira Filho |
| 07/10/2025 | terça-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | Laíse Tarcila Rosa De Queiroz |
| 08/10/2025 | quarta-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | Adalberto Mendes Pinto Vieira |
| 09/10/2025 | quinta-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | Ricardo Lapenda Figueiroa |
| 10/10/2025 | sexta-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | Sineide Maria De Barros Silva Canuto |
| 11/10/2025 | sábado | 08:00 às 12:59 e das 17:01 às 07:59** | Recife | José Correia De Araújo |
| 12/10/2025 | domingo | 08:00 às 12:59 e das 17:01 às 07:59** | Recife | Carlos Alberto Pereira Vitória |
| 13/10/2025 | segunda-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | Cristiane De Gusmão Medeiros |
| 14/10/2025 | terça-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | Ricardo Van Der Linden Coelho |
| 15/10/2025 | quarta-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | Giani Maria Do Monte Santos |
| 16/10/2025 | quinta-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | Áurea Rosane Vieira |
| 17/10/2025 | sexta-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | Aguinaldo Fenelon De Barros |
| 18/10/2025 | sábado | 08:00 às 12:59 e das 17:01 às 07:59** | Recife | Fernando Barros De Lima |
| 19/10/2025 | domingo | 08:00 às 12:59 e das 17:01 às 07:59** | Recife | Antônio Carlos De Oliveira Cavalcanti |
| 20/10/2025 | segunda-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | Mário Germano Palha Ramos |
| 21/10/2025 | terça-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | Gilson Roberto De Melo Barbosa |
| 22/10/2025 | quarta-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | Mariléa De Souza Correia Andrade |
| 23/10/2025 | quinta-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | José Lopes De Oliveira Filho |
| 24/10/2025 | sexta-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | Laíse Tarcila Rosa De Queiroz |
| 25/10/2025 | sábado | 08:00 às 12:59 e das 17:01 às 07:59** | Recife | Adalberto Mendes Pinto Vieira |
| 26/10/2025 | domingo | 08:00 às 12:59 e das 17:01 às 07:59** | Recife | Andréa Karla Maranhão Condé Freire |
| 27/10/2025 | segunda-feira | 08:00 às 12:59 e das 17:01 às 07:59** | Recife | Ricardo Lapenda Figueiroa |
| 28/10/2025 | terça-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | Sineide Maria De Barros Silva Canuto |
| 29/10/2025 | quarta-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | José Correia De Araújo |
| 30/10/2025 | quinta-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | Carlos Alberto Pereira Vitória |
| 31/10/2025 | sexta-feira | 18:00 às 07:59* | Recife | Cristiane De Gusmão Medeiros |

*Até às 07:59h do dia subsequente. **No período de 13h às 17h atuará o Promotor de Justiça do plantão presencial.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO PERNAMBUCO

Procuradoria-Geral de Justiça

ANEXO DA PORTARIA POR-PGJ Nº 3.310/2025

ESCALA DE PRONTIDÃO DAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA – POLO 2 – OLINDA

Olinda, Abreu e Lima, Aracoiaba, Igarassu, Ilha de Itamaracá, Itapissuma, Paulista

| DATA | DIA | LOCAL | PROMOTOR DE JUSTIÇA |
|------------|---------------|--------|--------------------------------|
| 01/10/2025 | quarta-feira | Olinda | Isabel de Lizandra Penha Alves |
| 02/10/2025 | quinta-feira | Olinda | Diego Pessoa Costa Reis |
| 03/10/2025 | sexta-feira | Olinda | Isabel de Lizandra Penha Alves |
| 06/10/2025 | segunda-feira | Olinda | Isabel de Lizandra Penha Alves |
| 07/10/2025 | terça-feira | Olinda | Diego Pessoa Costa Reis |
| 08/10/2025 | quarta-feira | Olinda | Isabel de Lizandra Penha Alves |
| 09/10/2025 | quinta-feira | Olinda | Diego Pessoa Costa Reis |
| 10/10/2025 | sexta-feira | Olinda | Diego Pessoa Costa Reis |
| 13/10/2025 | segunda-feira | Olinda | Isabel de Lizandra Penha Alves |
| 14/10/2025 | terça-feira | Olinda | Diego Pessoa Costa Reis |
| 15/10/2025 | quarta-feira | Olinda | Isabel de Lizandra Penha Alves |
| 16/10/2025 | quinta-feira | Olinda | Diego Pessoa Costa Reis |
| 17/10/2025 | sexta-feira | Olinda | Isabel de Lizandra Penha Alves |
| 20/10/2025 | segunda-feira | Olinda | Isabel de Lizandra Penha Alves |
| 21/10/2025 | terça-feira | Olinda | Diego Pessoa Costa Reis |
| 22/10/2025 | quarta-feira | Olinda | Isabel de Lizandra Penha Alves |
| 23/10/2025 | quinta-feira | Olinda | Diego Pessoa Costa Reis |
| 24/10/2025 | sexta-feira | Olinda | Diego Pessoa Costa Reis |
| 28/10/2025 | terça-feira | Olinda | Diego Pessoa Costa Reis |
| 29/10/2025 | quarta-feira | Olinda | Isabel de Lizandra Penha Alves |
| 30/10/2025 | quinta-feira | Olinda | Diego Pessoa Costa Reis |
| 31/10/2025 | sexta-feira | Olinda | Isabel de Lizandra Penha Alves |

ESCALA DE PRONTIDÃO DAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA - POLO 3 - NAZARÉ DA MATA

Goiana, Aliança, Buenos Aires, Camutanga, Carpina, Condado, Itambé, Itaquitinga, Lagoa do Carro, Lagoa de Itaenga, Macaparana, Nazaré da Mata, Paudalho, Timbaúba, Tracunhaém, Vitória

| DATA | DIA | LOCAL | PROMOTOR DE JUSTIÇA |
|------------|---------------|----------------|------------------------------------|
| 01/10/2025 | quarta-feira | Nazaré da Mata | Sylvia Câmara de Andrade |
| 02/10/2025 | quinta-feira | Nazaré da Mata | Genivaldo Fausto de Oliveira Filho |
| 03/10/2025 | sexta-feira | Nazaré da Mata | Sylvia Câmara de Andrade |
| 06/10/2025 | segunda-feira | Nazaré da Mata | Sylvia Câmara de Andrade |
| 07/10/2025 | terça-feira | Nazaré da Mata | Genivaldo Fausto de Oliveira Filho |
| 08/10/2025 | quarta-feira | Nazaré da Mata | Sylvia Câmara de Andrade |
| 09/10/2025 | quinta-feira | Nazaré da Mata | Genivaldo Fausto de Oliveira Filho |
| 10/10/2025 | sexta-feira | Nazaré da Mata | Genivaldo Fausto de Oliveira Filho |
| 13/10/2025 | segunda-feira | Nazaré da Mata | Patrícia Ramalho de Vasconcelos |
| 14/10/2025 | terça-feira | Nazaré da Mata | Genivaldo Fausto de Oliveira Filho |
| 15/10/2025 | quarta-feira | Nazaré da Mata | Patrícia Ramalho de Vasconcelos |
| 16/10/2025 | quinta-feira | Nazaré da Mata | Genivaldo Fausto de Oliveira Filho |
| 17/10/2025 | sexta-feira | Nazaré da Mata | Patrícia Ramalho de Vasconcelos |
| 20/10/2025 | segunda-feira | Nazaré da Mata | Patrícia Ramalho de Vasconcelos |
| 21/10/2025 | terça-feira | Nazaré da Mata | Genivaldo Fausto de Oliveira Filho |
| 22/10/2025 | quarta-feira | Nazaré da Mata | Patrícia Ramalho de Vasconcelos |



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO PERNAMBUCO
Procuradoria-Geral de Justiça

| | | | |
|------------|--------------|----------------|------------------------------------|
| 23/10/2025 | quinta-feira | Nazaré da Mata | Genivaldo Fausto de Oliveira Filho |
| 24/10/2025 | sexta-feira | Nazaré da Mata | Genivaldo Fausto de Oliveira Filho |
| 28/10/2025 | terça-feira | Nazaré da Mata | Genivaldo Fausto de Oliveira Filho |
| 29/10/2025 | quarta-feira | Nazaré da Mata | Patrícia Ramalho de Vasconcelos |
| 30/10/2025 | quinta-feira | Nazaré da Mata | Genivaldo Fausto de Oliveira Filho |
| 31/10/2025 | sexta-feira | Nazaré da Mata | Patrícia Ramalho de Vasconcelos |

ESCALA DE PRONTIDÃO DAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA - POLO 4 – VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

Amaraji, Chã de Alegria, Escada, Glória do Goitá, Pombos, Primavera,
Vitória de Santo Antão, Chã Grande, Gravatá

| DATA | DIA | LOCAL | PROMOTOR DE JUSTIÇA |
|------------|---------------|-----------------------|--|
| 01/10/2025 | quarta-feira | Vitória de Sto. Antão | Lucile Girão Alcântara |
| 02/10/2025 | quinta-feira | Vitória de Sto. Antão | Joana Cavalcanti de Lima Muniz |
| 03/10/2025 | sexta-feira | Vitória de Sto. Antão | Joana Cavalcanti de Lima Muniz |
| 06/10/2025 | segunda-feira | Vitória de Sto. Antão | Francisco Assis Da Silva |
| 07/10/2025 | terça-feira | Vitória de Sto. Antão | Joana Cavalcanti de Lima Muniz |
| 08/10/2025 | quarta-feira | Vitória de Sto. Antão | Joana Cavalcanti de Lima Muniz |
| 09/10/2025 | quinta-feira | Vitória de Sto. Antão | Joana Cavalcanti de Lima Muniz |
| 10/10/2025 | sexta-feira | Vitória de Sto. Antão | Petrônio Benedito Barata Ralile Júnior |
| 13/10/2025 | segunda-feira | Vitória de Sto. Antão | Maria Cecília Soares Tertuliano |
| 14/10/2025 | terça-feira | Vitória de Sto. Antão | Joana Cavalcanti de Lima Muniz |
| 15/10/2025 | quarta-feira | Vitória de Sto. Antão | Maria Cecília Soares Tertuliano |
| 16/10/2025 | quinta-feira | Vitória de Sto. Antão | Joana Cavalcanti de Lima Muniz |
| 17/10/2025 | sexta-feira | Vitória de Sto. Antão | Joana Cavalcanti de Lima Muniz |
| 20/10/2025 | segunda-feira | Vitória de Sto. Antão | Maria Cecília Soares Tertuliano |
| 21/10/2025 | terça-feira | Vitória de Sto. Antão | Maria Cecília Soares Tertuliano |
| 22/10/2025 | quarta-feira | Vitória de Sto. Antão | Joana Cavalcanti de Lima Muniz |
| 23/10/2025 | quinta-feira | Vitória de Sto. Antão | Joana Cavalcanti de Lima Muniz |
| 24/10/2025 | sexta-feira | Vitória de Sto. Antão | Petrônio Benedito Barata Ralile Júnior |
| 28/10/2025 | terça-feira | Vitória de Sto. Antão | Joana Cavalcanti de Lima Muniz |
| 29/10/2025 | quarta-feira | Vitória de Sto. Antão | Petrônio Benedito Barata Ralile Júnior |
| 30/10/2025 | quinta-feira | Vitória de Sto. Antão | Petrônio Benedito Barata Ralile Júnior |



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO PERNAMBUCO
Procuradoria-Geral de Justiça

| | | | |
|------------|-------------|-----------------------|--------------------------------|
| | | Antão | |
| 31/10/2025 | sexta-feira | Vitória de Sto. Antão | Joana Cavalcanti de Lima Muniz |

ESCALA DE PRONTIDÃO DAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA POLO 5 – PALMARES
 Água Preta, Barreiros, Belém de Maria, Catende, Cortes, Gameleira, Jaqueira, Palmares,
 Quipapá, Ribeirão, Rio Formoso, São Benedito do Sul, São José da Coroa Grande, Sirinhaém,
 Tamandaré, Xexéu

| DATA | DIA | LOCAL | PROMOTOR DE JUSTIÇA |
|------------|---------------|----------|--------------------------------|
| 01/10/2025 | quarta-feira | Palmares | João Paulo Carvalho dos Santos |
| 02/10/2025 | quinta-feira | Palmares | João Paulo Carvalho dos Santos |
| 03/10/2025 | sexta-feira | Palmares | Igor Holmes de Albuquerque |
| 06/10/2025 | segunda-feira | Palmares | Igor Holmes de Albuquerque |
| 07/10/2025 | terça-feira | Palmares | Igor Holmes de Albuquerque |
| 08/10/2025 | quarta-feira | Palmares | João Paulo Carvalho dos Santos |
| 09/10/2025 | quinta-feira | Palmares | João Paulo Carvalho dos Santos |
| 10/10/2025 | sexta-feira | Palmares | Igor Holmes de Albuquerque |
| 13/10/2025 | segunda-feira | Palmares | Igor Holmes de Albuquerque |
| 14/10/2025 | terça-feira | Palmares | Igor Holmes de Albuquerque |
| 15/10/2025 | quarta-feira | Palmares | João Paulo Carvalho dos Santos |
| 16/10/2025 | quinta-feira | Palmares | João Paulo Carvalho dos Santos |
| 17/10/2025 | sexta-feira | Palmares | Igor Holmes de Albuquerque |
| 20/10/2025 | segunda-feira | Palmares | João Paulo Carvalho dos Santos |
| 21/10/2025 | terça-feira | Palmares | Igor Holmes de Albuquerque |
| 22/10/2025 | quarta-feira | Palmares | João Paulo Carvalho dos Santos |
| 23/10/2025 | quinta-feira | Palmares | João Paulo Carvalho dos Santos |
| 24/10/2025 | sexta-feira | Palmares | Igor Holmes de Albuquerque |
| 28/10/2025 | terça-feira | Palmares | Igor Holmes de Albuquerque |
| 29/10/2025 | quarta-feira | Palmares | João Paulo Carvalho dos Santos |
| 30/10/2025 | quinta-feira | Palmares | João Paulo Carvalho dos Santos |
| 31/10/2025 | sexta-feira | Palmares | Igor Holmes de Albuquerque |

ESCALA DE PRONTIDÃO DAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA – POLO 6 – CARUARU

Agrestina, Altinho, Barra de Guabiraba, Bezerros, Bonito, Camocim de São Félix, Caruaru,
 Surubim, Cupira, Ibirajuba, Jurema, Lagoa Dos Gatos, Panelas, Riacho Das Almas, Sairé, São
 Joaquim do Monte

| DATA | DIA | LOCAL | PROMOTOR DE JUSTIÇA |
|------------|---------------|---------|--------------------------------------|
| 01/10/2025 | quarta-feira | Caruaru | Rhyzeane Alaide Cavalcanti de Moraes |
| 02/10/2025 | quinta-feira | Caruaru | George Diógenes Pessoa |
| 03/10/2025 | sexta-feira | Caruaru | George Diógenes Pessoa |
| 06/10/2025 | segunda-feira | Caruaru | Rhyzeane Alaide Cavalcanti de Moraes |
| 07/10/2025 | terça-feira | Caruaru | George Diógenes Pessoa |
| 08/10/2025 | quarta-feira | Caruaru | Rhyzeane Alaide Cavalcanti de Moraes |
| 09/10/2025 | quinta-feira | Caruaru | George Diógenes Pessoa |
| 10/10/2025 | sexta-feira | Caruaru | Rhyzeane Alaide Cavalcanti de Moraes |
| 13/10/2025 | segunda-feira | Caruaru | George Diógenes Pessoa |
| 14/10/2025 | terça-feira | Caruaru | George Diógenes Pessoa |
| 15/10/2025 | quarta-feira | Caruaru | Tiago Sales Boulhosa Gonzalez |
| 16/10/2025 | quinta-feira | Caruaru | George Diógenes Pessoa |
| 17/10/2025 | sexta-feira | Caruaru | George Diógenes Pessoa |
| 20/10/2025 | segunda-feira | Caruaru | Tiago Sales Boulhosa Gonzalez |



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO PERNAMBUCO
Procuradoria-Geral de Justiça

| | | | |
|------------|--------------|---------|--------------------------------------|
| 21/10/2025 | terça-feira | Caruaru | Tiago Sales Boulhosa Gonzalez |
| 22/10/2025 | quarta-feira | Caruaru | Tiago Sales Boulhosa Gonzalez |
| 23/10/2025 | quinta-feira | Caruaru | George Diógenes Pessoa |
| 24/10/2025 | sexta-feira | Caruaru | Rhyzeane Alaide Cavalcanti de Moraes |
| 28/10/2025 | terça-feira | Caruaru | George Diógenes Pessoa |
| 29/10/2025 | quarta-feira | Caruaru | Rhyzeane Alaide Cavalcanti de Moraes |
| 30/10/2025 | quinta-feira | Caruaru | George Diógenes Pessoa |
| 31/10/2025 | sexta-feira | Caruaru | George Diógenes Pessoa |

ESCALA DE PRONTIDÃO DAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA – POLO 7 – PESQUEIRA

Belo Jardim, Cachoeirinha, São Bento do Una, São Caetano,
 Tacaimbó, Alagoinha, Pesqueira, Poção, Sanharó

| DATA | DIA | LOCAL | PROMOTOR DE JUSTIÇA |
|------------|---------------|-----------|-----------------------------------|
| 01/10/2025 | quarta-feira | Pesqueira | Vinícius Henrique Campos da Costa |
| 02/10/2025 | quinta-feira | Pesqueira | Vinícius Henrique Campos da Costa |
| 03/10/2025 | sexta-feira | Pesqueira | Vinícius Henrique Campos da Costa |
| 06/10/2025 | segunda-feira | Pesqueira | Vinícius Henrique Campos da Costa |
| 07/10/2025 | terça-feira | Pesqueira | Vinícius Henrique Campos da Costa |
| 08/10/2025 | quarta-feira | Pesqueira | Vinícius Henrique Campos da Costa |
| 09/10/2025 | quinta-feira | Pesqueira | Vinícius Henrique Campos da Costa |
| 10/10/2025 | sexta-feira | Pesqueira | Vinícius Henrique Campos da Costa |
| 13/10/2025 | segunda-feira | Pesqueira | Vinícius Henrique Campos da Costa |
| 14/10/2025 | terça-feira | Pesqueira | Sérgio Roberto Almeida Feliciano |
| 15/10/2025 | quarta-feira | Pesqueira | Sérgio Roberto Almeida Feliciano |
| 16/10/2025 | quinta-feira | Pesqueira | Sérgio Roberto Almeida Feliciano |
| 17/10/2025 | sexta-feira | Pesqueira | Vinícius Henrique Campos da Costa |
| 20/10/2025 | segunda-feira | Pesqueira | Vinícius Henrique Campos da Costa |
| 21/10/2025 | terça-feira | Pesqueira | Sérgio Roberto Almeida Feliciano |
| 22/10/2025 | quarta-feira | Pesqueira | Sérgio Roberto Almeida Feliciano |
| 23/10/2025 | quinta-feira | Pesqueira | Sérgio Roberto Almeida Feliciano |
| 24/10/2025 | sexta-feira | Pesqueira | Sérgio Roberto Almeida Feliciano |
| 28/10/2025 | terça-feira | Pesqueira | Sérgio Roberto Almeida Feliciano |



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO PERNAMBUCO
Procuradoria-Geral de Justiça

| | | | |
|------------|--------------|-----------|----------------------------------|
| 29/10/2025 | quarta-feira | Pesqueira | Sérgio Roberto Almeida Feliciano |
| 30/10/2025 | quinta-feira | Pesqueira | Sérgio Roberto Almeida Feliciano |
| 31/10/2025 | sexta-feira | Pesqueira | Sérgio Roberto Almeida Feliciano |

ESCALA DE PRONTIDÃO DAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA - POLO 8 – LIMOEIRO
 Cumaru, Feira Nova, Limoeiro, Passira, Salgadinho, Bom Jardim, Casinhas, João Alfredo,
 Machados, Orobó, São Vicente Férrer, Surubim, Vertente do Lério

| DATA | DIA | LOCAL | PROMOTOR DE JUSTIÇA |
|------------|---------------|----------|------------------------------------|
| 01/10/2025 | quarta-feira | Limoeiro | Francisco das Chagas Santos Júnior |
| 02/10/2025 | quinta-feira | Limoeiro | Francisco das Chagas Santos Júnior |
| 03/10/2025 | sexta-feira | Limoeiro | Lúcio Carlos Malta Cabral |
| 06/10/2025 | segunda-feira | Limoeiro | Lúcio Carlos Malta Cabral |
| 07/10/2025 | terça-feira | Limoeiro | Lúcio Carlos Malta Cabral |
| 08/10/2025 | quarta-feira | Limoeiro | Francisco das Chagas Santos Júnior |
| 09/10/2025 | quinta-feira | Limoeiro | Francisco das Chagas Santos Júnior |
| 10/10/2025 | sexta-feira | Limoeiro | Francisco das Chagas Santos Júnior |
| 13/10/2025 | segunda-feira | Limoeiro | Lúcio Carlos Malta Cabral |
| 14/10/2025 | terça-feira | Limoeiro | Lúcio Carlos Malta Cabral |
| 15/10/2025 | quarta-feira | Limoeiro | Francisco das Chagas Santos Júnior |
| 16/10/2025 | quinta-feira | Limoeiro | Francisco das Chagas Santos Júnior |
| 17/10/2025 | sexta-feira | Limoeiro | Lúcio Carlos Malta Cabral |
| 20/10/2025 | segunda-feira | Limoeiro | Lúcio Carlos Malta Cabral |
| 21/10/2025 | terça-feira | Limoeiro | Lúcio Carlos Malta Cabral |
| 22/10/2025 | quarta-feira | Limoeiro | Francisco das Chagas Santos Júnior |
| 23/10/2025 | quinta-feira | Limoeiro | Francisco das Chagas Santos Júnior |
| 24/10/2025 | sexta-feira | Limoeiro | Francisco das Chagas Santos Júnior |
| 28/10/2025 | terça-feira | Limoeiro | Lúcio Carlos Malta Cabral |
| 29/10/2025 | quarta-feira | Limoeiro | Francisco das Chagas Santos Júnior |
| 30/10/2025 | quinta-feira | Limoeiro | Francisco das Chagas Santos Júnior |
| 31/10/2025 | sexta-feira | Limoeiro | Lúcio Carlos Malta Cabral |

ESCALA DE PRONTIDÃO DAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA – POLO 9 – SANTA CRUZ DO
CAPIBARIBE

Brejo da Madre de Deus, Frei Miguelinho, Jataúba, Santa Cruz do Capibaribe, Santa Maria do
 Cambucá, Taquaritinga do Norte, Toritama, Vertentes

| DATA | DIA | LOCAL | PROMOTOR DE JUSTIÇA |
|------------|---------------|--------------------------|-------------------------|
| 01/10/2025 | quarta-feira | Santa Cruz do Capibaribe | André Ângelo de Almeida |
| 02/10/2025 | quinta-feira | Santa Cruz do Capibaribe | Iron Miranda dos Anjos |
| 03/10/2025 | sexta-feira | Santa Cruz do Capibaribe | Iron Miranda dos Anjos |
| 06/10/2025 | segunda-feira | Santa Cruz do Capibaribe | André Ângelo de Almeida |
| 07/10/2025 | terça-feira | Santa Cruz do Capibaribe | Iron Miranda dos Anjos |
| 08/10/2025 | quarta-feira | Santa Cruz do Capibaribe | André Ângelo de Almeida |



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO PERNAMBUCO
Procuradoria-Geral de Justiça

| | | | |
|------------|---------------|--------------------------|-------------------------|
| 09/10/2025 | quinta-feira | Santa Cruz do Capibaribe | Iron Miranda dos Anjos |
| 10/10/2025 | sexta-feira | Santa Cruz do Capibaribe | André Ângelo de Almeida |
| 13/10/2025 | segunda-feira | Santa Cruz do Capibaribe | Iron Miranda dos Anjos |
| 14/10/2025 | terça-feira | Santa Cruz do Capibaribe | André Ângelo de Almeida |
| 15/10/2025 | quarta-feira | Santa Cruz do Capibaribe | Iron Miranda dos Anjos |
| 16/10/2025 | quinta-feira | Santa Cruz do Capibaribe | André Ângelo de Almeida |
| 17/10/2025 | sexta-feira | Santa Cruz do Capibaribe | Iron Miranda dos Anjos |
| 20/10/2025 | segunda-feira | Santa Cruz do Capibaribe | André Ângelo de Almeida |
| 21/10/2025 | terça-feira | Santa Cruz do Capibaribe | Iron Miranda dos Anjos |
| 22/10/2025 | quarta-feira | Santa Cruz do Capibaribe | André Ângelo de Almeida |
| 23/10/2025 | quinta-feira | Santa Cruz do Capibaribe | Iron Miranda dos Anjos |
| 24/10/2025 | sexta-feira | Santa Cruz do Capibaribe | André Ângelo de Almeida |
| 28/10/2025 | terça-feira | Santa Cruz do Capibaribe | Iron Miranda dos Anjos |
| 29/10/2025 | quarta-feira | Santa Cruz do Capibaribe | André Ângelo de Almeida |
| 30/10/2025 | quinta-feira | Santa Cruz do Capibaribe | Iron Miranda dos Anjos |
| 31/10/2025 | sexta-feira | Santa Cruz do Capibaribe | André Ângelo de Almeida |

ESCALA DE PRONTIDÃO DAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA – POLO 10 – GARANHUNS
 Águas Belas, Angelim, Bom Conselho, Brejão, Canhotinho, Capoeiras, Correntes, Garanhuns, Iati, Jucati, Jupi, Lagoa do Ouro, Lajedo, Palmeirina, Paranatama, Saloá, São João, Terezinha

| DATA | DIA | LOCAL | PROMOTOR DE JUSTIÇA |
|------------|---------------|-----------|---|
| 01/10/2025 | quarta-feira | Garanhuns | Giovanna Mastroianni de Oliveira Mendes |
| 02/10/2025 | quinta-feira | Garanhuns | Marinalva S. de Almeida |
| 03/10/2025 | sexta-feira | Garanhuns | Marinalva S. de Almeida |
| 06/10/2025 | segunda-feira | Garanhuns | Giovanna Mastroianni de Oliveira Mendes |
| 07/10/2025 | terça-feira | Garanhuns | Marinalva S. de Almeida |
| 08/10/2025 | quarta-feira | Garanhuns | Giovanna Mastroianni de Oliveira Mendes |
| 09/10/2025 | quinta-feira | Garanhuns | Marinalva S. de Almeida |
| 10/10/2025 | sexta-feira | Garanhuns | Giovanna Mastroianni de Oliveira Mendes |
| 13/10/2025 | segunda-feira | Garanhuns | Giovanna Mastroianni de Oliveira Mendes |
| 14/10/2025 | terça-feira | Garanhuns | Marinalva S. de Almeida |
| 15/10/2025 | quarta-feira | Garanhuns | Giovanna Mastroianni de Oliveira Mendes |
| 16/10/2025 | quinta-feira | Garanhuns | Marinalva S. de Almeida |
| 17/10/2025 | sexta-feira | Garanhuns | Marinalva S. de Almeida |
| 20/10/2025 | segunda-feira | Garanhuns | Giovanna Mastroianni de Oliveira Mendes |



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO PERNAMBUCO

Procuradoria-Geral de Justiça

| | | | |
|------------|--------------|-----------|---|
| 21/10/2025 | terça-feira | Garanhuns | Giovanna Mastroianni de Oliveira Mendes |
| 22/10/2025 | quarta-feira | Garanhuns | Carlos Henrique Tavares Almeida |
| 23/10/2025 | quinta-feira | Garanhuns | Carlos Henrique Tavares Almeida |
| 24/10/2025 | sexta-feira | Garanhuns | Carlos Henrique Tavares Almeida |
| 28/10/2025 | terça-feira | Garanhuns | Giovanna Mastroianni de Oliveira Mendes |
| 29/10/2025 | quarta-feira | Garanhuns | Carlos Henrique Tavares Almeida |
| 30/10/2025 | quinta-feira | Garanhuns | Giovanna Mastroianni de Oliveira Mendes |
| 31/10/2025 | sexta-feira | Garanhuns | Marinalva S. de Almeida |

ESCALA DE PRONTIDÃO DAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA - POLO 11 – ARCOVERDE

Arcoverde, Buíque, Custodia, Ibimirim Itaíba, Manari, Pedra, Sertania, Tupanatinga, Venturosa

| DATA | DIA | LOCAL | PROMOTOR DE JUSTIÇA |
|------------|---------------|-----------|-----------------------------------|
| 01/10/2025 | quarta-feira | Arcoverde | Adriana Cecília Lordelo Wludarski |
| 02/10/2025 | quinta-feira | Arcoverde | Adriana Cecília Lordelo Wludarski |
| 03/10/2025 | sexta-feira | Arcoverde | Thiago Barbosa Bernardo |
| 06/10/2025 | segunda-feira | Arcoverde | Thiago Barbosa Bernardo |
| 07/10/2025 | terça-feira | Arcoverde | Thiago Barbosa Bernardo |
| 08/10/2025 | quarta-feira | Arcoverde | Thiago Barbosa Bernardo |
| 09/10/2025 | quinta-feira | Arcoverde | Thiago Barbosa Bernardo |
| 10/10/2025 | sexta-feira | Arcoverde | Thiago Barbosa Bernardo |
| 13/10/2025 | segunda-feira | Arcoverde | Adriana Cecília Lordelo Wludarski |
| 14/10/2025 | terça-feira | Arcoverde | Adriana Cecília Lordelo Wludarski |
| 15/10/2025 | quarta-feira | Arcoverde | Adriana Cecília Lordelo Wludarski |
| 16/10/2025 | quinta-feira | Arcoverde | Adriana Cecília Lordelo Wludarski |
| 17/10/2025 | sexta-feira | Arcoverde | Adriana Cecília Lordelo Wludarski |
| 21/10/2025 | terça-feira | Arcoverde | Thiago Barbosa Bernardo |
| 22/10/2025 | quarta-feira | Arcoverde | Thiago Barbosa Bernardo |
| 23/10/2025 | quinta-feira | Arcoverde | Thiago Barbosa Bernardo |
| 24/10/2025 | sexta-feira | Arcoverde | Thiago Barbosa Bernardo |
| 28/10/2025 | terça-feira | Arcoverde | Michel de Almeida Campelo |
| 29/10/2025 | quarta-feira | Arcoverde | Michel de Almeida Campelo |
| 30/10/2025 | quinta-feira | Arcoverde | Michel de Almeida Campelo |
| 31/10/2025 | sexta-feira | Arcoverde | Michel de Almeida Campelo |

ESCALA DE PRONTIDÃO DAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA – POLO 12 – AFOGADOS DA INGAZEIRA

Afogados da Ingazeira, Brejinho, Carnaíba, Iguaraci, Ingazeira, Santa Terezinha, São José do Egito, Solidão, Tabira, Tuparetama

| DATA | DIA | LOCAL | PROMOTOR DE JUSTIÇA |
|------------|---------------|-----------------------|----------------------------------|
| 01/10/2025 | quarta-feira | Afogados da Ingazeira | Romero Tadeu Borja de Melo Filho |
| 02/10/2025 | quinta-feira | Afogados da Ingazeira | Romero Tadeu Borja de Melo Filho |
| 03/10/2025 | sexta-feira | Afogados da Ingazeira | Romero Tadeu Borja de Melo Filho |
| 06/10/2025 | segunda-feira | Afogados da Ingazeira | Carolina Gurgel Lima |
| 07/10/2025 | terça-feira | Afogados da Ingazeira | Carolina Gurgel Lima |
| 08/10/2025 | quarta-feira | Afogados da Ingazeira | Carolina Gurgel Lima |



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO PERNAMBUCO
Procuradoria-Geral de Justiça

| | | | |
|------------|---------------|-----------------------|----------------------------------|
| 09/10/2025 | quinta-feira | Afogados da Ingazeira | Carolina Gurgel Lima |
| 10/10/2025 | sexta-feira | Afogados da Ingazeira | Carolina Gurgel Lima |
| 13/10/2025 | segunda-feira | Afogados da Ingazeira | Romero Tadeu Borja de Melo Filho |
| 14/10/2025 | terça-feira | Afogados da Ingazeira | Romero Tadeu Borja de Melo Filho |
| 15/10/2025 | quarta-feira | Afogados da Ingazeira | Romero Tadeu Borja de Melo Filho |
| 16/10/2025 | quinta-feira | Afogados da Ingazeira | Romero Tadeu Borja de Melo Filho |
| 17/10/2025 | sexta-feira | Afogados da Ingazeira | Romero Tadeu Borja de Melo Filho |
| 20/10/2025 | segunda-feira | Afogados da Ingazeira | Carolina Gurgel Lima |
| 21/10/2025 | terça-feira | Afogados da Ingazeira | Carolina Gurgel Lima |
| 22/10/2025 | quarta-feira | Afogados da Ingazeira | Carolina Gurgel Lima |
| 23/10/2025 | quinta-feira | Afogados da Ingazeira | Carolina Gurgel Lima |
| 24/10/2025 | sexta-feira | Afogados da Ingazeira | Carolina Gurgel Lima |
| 28/10/2025 | terça-feira | Afogados da Ingazeira | Carolina Gurgel Lima |
| 29/10/2025 | quarta-feira | Afogados da Ingazeira | Romero Tadeu Borja de Melo Filho |
| 30/10/2025 | quinta-feira | Afogados da Ingazeira | Romero Tadeu Borja de Melo Filho |
| 31/10/2025 | sexta-feira | Afogados da Ingazeira | Romero Tadeu Borja de Melo Filho |

ESCALA DE PRONTIDÃO DAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA - POLO 13 - SERRA TALHADA

Betânia, Calumbi, Flores, Santa Cruz da Baixa Verde, São José do Belmonte,
Serra Talhada, Triunfo

| DATA | DIA | LOCAL | PROMOTOR DE JUSTIÇA |
|------------|---------------|---------------|-------------------------------------|
| 01/10/2025 | quarta-feira | Serra Talhada | Jéssica Maria Xavier de Sá Bertoldo |
| 02/10/2025 | quinta-feira | Serra Talhada | Jéssica Maria Xavier de Sá Bertoldo |
| 03/10/2025 | sexta-feira | Serra Talhada | Jéssica Maria Xavier de Sá Bertoldo |
| 06/10/2025 | segunda-feira | Serra Talhada | Carlênio Mário Lima Brandão |
| 07/10/2025 | terça-feira | Serra Talhada | Carlênio Mário Lima Brandão |
| 08/10/2025 | quarta-feira | Serra Talhada | Carlênio Mário Lima Brandão |
| 09/10/2025 | quinta-feira | Serra Talhada | Carlênio Mário Lima Brandão |
| 10/10/2025 | sexta-feira | Serra Talhada | Carlênio Mário Lima Brandão |
| 13/10/2025 | segunda-feira | Serra Talhada | Jéssica Maria Xavier de Sá Bertoldo |
| 14/10/2025 | terça-feira | Serra Talhada | Jéssica Maria Xavier de Sá Bertoldo |
| 15/10/2025 | quarta-feira | Serra Talhada | Jéssica Maria Xavier de Sá Bertoldo |
| 16/10/2025 | quinta-feira | Serra Talhada | Jéssica Maria Xavier de Sá Bertoldo |
| 17/10/2025 | sexta-feira | Serra Talhada | Jéssica Maria Xavier de Sá Bertoldo |
| 20/10/2025 | segunda-feira | Serra Talhada | Carlênio Mário Lima Brandão |
| 21/10/2025 | terça-feira | Serra Talhada | Carlênio Mário Lima Brandão |



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO PERNAMBUCO
Procuradoria-Geral de Justiça

| | | | |
|------------|--------------|---------------|-------------------------------------|
| 22/10/2025 | quarta-feira | Serra Talhada | Carlênio Mário Lima Brandão |
| 23/10/2025 | quinta-feira | Serra Talhada | Carlênio Mário Lima Brandão |
| 24/10/2025 | sexta-feira | Serra Talhada | Carlênio Mário Lima Brandão |
| 28/10/2025 | terça-feira | Serra Talhada | Jéssica Maria Xavier de Sá Bertoldo |
| 29/10/2025 | quarta-feira | Serra Talhada | Jéssica Maria Xavier de Sá Bertoldo |
| 30/10/2025 | quinta-feira | Serra Talhada | Jéssica Maria Xavier de Sá Bertoldo |
| 31/10/2025 | sexta-feira | Serra Talhada | Jéssica Maria Xavier de Sá Bertoldo |

ESCALA DE PRONTIDÃO DAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA - POLO 14 – FLORESTA

Belém de São Francisco, Carnaubeira da Penha, Floresta, Itacuruba, Inajá, Jatobá,
 Petrolândia, Tacaratu

| DATA | DIA | LOCAL | PROMOTOR DE JUSTIÇA |
|------------|---------------|----------|---------------------------------|
| 01/10/2025 | quarta-feira | Floresta | Paulo Fernandes Medeiros Júnior |
| 02/10/2025 | quinta-feira | Floresta | Paulo Fernandes Medeiros Júnior |
| 03/10/2025 | sexta-feira | Floresta | Paulo Fernandes Medeiros Júnior |
| 06/10/2025 | segunda-feira | Floresta | Denis Renato dos Santos Cruz |
| 07/10/2025 | terça-feira | Floresta | Denis Renato dos Santos Cruz |
| 08/10/2025 | quarta-feira | Floresta | Denis Renato dos Santos Cruz |
| 09/10/2025 | quinta-feira | Floresta | Denis Renato dos Santos Cruz |
| 10/10/2025 | sexta-feira | Floresta | Denis Renato dos Santos Cruz |
| 13/10/2025 | segunda-feira | Floresta | Renato Libório de Lima Silva |
| 14/10/2025 | terça-feira | Floresta | Renato Libório de Lima Silva |
| 15/10/2025 | quarta-feira | Floresta | Renato Libório de Lima Silva |
| 16/10/2025 | quinta-feira | Floresta | Renato Libório de Lima Silva |
| 17/10/2025 | sexta-feira | Floresta | Renato Libório de Lima Silva |
| 20/10/2025 | segunda-feira | Floresta | Denis Renato dos Santos Cruz |
| 21/10/2025 | terça-feira | Floresta | Denis Renato dos Santos Cruz |
| 22/10/2025 | quarta-feira | Floresta | Denis Renato dos Santos Cruz |
| 23/10/2025 | quinta-feira | Floresta | Denis Renato dos Santos Cruz |
| 24/10/2025 | sexta-feira | Floresta | Denis Renato dos Santos Cruz |
| 28/10/2025 | terça-feira | Floresta | Renato Libório de Lima Silva |
| 29/10/2025 | quarta-feira | Floresta | Renato Libório de Lima Silva |
| 30/10/2025 | quinta-feira | Floresta | Renato Libório de Lima Silva |
| 31/10/2025 | sexta-feira | Floresta | Renato Libório de Lima Silva |

ESCALA DE PRONTIDÃO DAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA – POLO 15 – SALGUEIRO

Cedro, Mirandiba, Parnamirim, Salgueiro, Serrita, Terra Nova, Verdejante

| DATA | DIA | LOCAL | PROMOTOR DE JUSTIÇA |
|------------|---------------|-----------|---------------------------------------|
| 01/10/2025 | quarta-feira | Salgueiro | Pâmela Guimarães Rocha |
| 02/10/2025 | quinta-feira | Salgueiro | Pâmela Guimarães Rocha |
| 03/10/2025 | sexta-feira | Salgueiro | Pâmela Guimarães Rocha |
| 06/10/2025 | segunda-feira | Salgueiro | Pâmela Guimarães Rocha |
| 07/10/2025 | terça-feira | Salgueiro | Pâmela Guimarães Rocha |
| 08/10/2025 | quarta-feira | Salgueiro | Nara Thamyres Brito Guimarães Alencar |
| 09/10/2025 | quinta-feira | Salgueiro | Nara Thamyres Brito Guimarães Alencar |
| 10/10/2025 | sexta-feira | Salgueiro | Nara Thamyres Brito Guimarães Alencar |
| 13/10/2025 | segunda-feira | Salgueiro | Nara Thamyres Brito Guimarães Alencar |
| 14/10/2025 | terça-feira | Salgueiro | Nara Thamyres Brito Guimarães Alencar |
| 15/10/2025 | quarta-feira | Salgueiro | Nara Thamyres Brito Guimarães Alencar |
| 16/10/2025 | quinta-feira | Salgueiro | Nara Thamyres Brito Guimarães Alencar |
| 17/10/2025 | sexta-feira | Salgueiro | Nara Thamyres Brito Guimarães Alencar |



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO PERNAMBUCO
Procuradoria-Geral de Justiça

| | | | |
|------------|---------------|-----------|---------------------------------------|
| 20/10/2025 | segunda-feira | Salgueiro | Nara Thamyres Brito Guimarães Alencar |
| 21/10/2025 | terça-feira | Salgueiro | Nara Thamyres Brito Guimarães Alencar |
| 22/10/2025 | quarta-feira | Salgueiro | Diógenes Luciano Nogueira Moreira |
| 23/10/2025 | quinta-feira | Salgueiro | Diógenes Luciano Nogueira Moreira |
| 24/10/2025 | sexta-feira | Salgueiro | Diógenes Luciano Nogueira Moreira |
| 28/10/2025 | terça-feira | Salgueiro | Diógenes Luciano Nogueira Moreira |
| 29/10/2025 | quarta-feira | Salgueiro | Diógenes Luciano Nogueira Moreira |
| 30/10/2025 | quinta-feira | Salgueiro | Diógenes Luciano Nogueira Moreira |
| 31/10/2025 | sexta-feira | Salgueiro | Diógenes Luciano Nogueira Moreira |

ESCALA DE PRONTIDÃO DAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA – POLO 16 – OURICURI
Arapipina, Bodocó, Exu, Granito, Ipubi, Moreilândia, Ouricuri, Santa Cruz, Santa Filomena, Trindade

| DATA | DIA | LOCAL | PROMOTOR DE JUSTIÇA |
|------------|---------------|----------|---------------------------------|
| 01/10/2025 | quarta-feira | Ouricuri | Marcio José da Silva Freitas |
| 02/10/2025 | quinta-feira | Ouricuri | Marcio José da Silva Freitas |
| 03/10/2025 | sexta-feira | Ouricuri | Marcio José da Silva Freitas |
| 06/10/2025 | segunda-feira | Ouricuri | Manoel Dias da Purificação Neto |
| 07/10/2025 | terça-feira | Ouricuri | Manoel Dias da Purificação Neto |
| 08/10/2025 | quarta-feira | Ouricuri | Manoel Dias da Purificação Neto |
| 09/10/2025 | quinta-feira | Ouricuri | Manoel Dias da Purificação Neto |
| 10/10/2025 | sexta-feira | Ouricuri | Manoel Dias da Purificação Neto |
| 13/10/2025 | segunda-feira | Ouricuri | Marcio José da Silva Freitas |
| 14/10/2025 | terça-feira | Ouricuri | Marcio José da Silva Freitas |
| 15/10/2025 | quarta-feira | Ouricuri | Marcio José da Silva Freitas |
| 16/10/2025 | quinta-feira | Ouricuri | Marcio José da Silva Freitas |
| 17/10/2025 | sexta-feira | Ouricuri | Marcio José da Silva Freitas |
| 20/10/2025 | segunda-feira | Ouricuri | Marcio José da Silva Freitas |
| 21/10/2025 | terça-feira | Ouricuri | Marcio José da Silva Freitas |
| 22/10/2025 | quarta-feira | Ouricuri | Marcio José da Silva Freitas |
| 23/10/2025 | quinta-feira | Ouricuri | Manoel Dias da Purificação Neto |
| 24/10/2025 | sexta-feira | Ouricuri | Manoel Dias da Purificação Neto |
| 28/10/2025 | terça-feira | Ouricuri | Manoel Dias da Purificação Neto |
| 29/10/2025 | quarta-feira | Ouricuri | Manoel Dias da Purificação Neto |
| 30/10/2025 | quinta-feira | Ouricuri | Manoel Dias da Purificação Neto |
| 31/10/2025 | sexta-feira | Ouricuri | Manoel Dias da Purificação Neto |

ESCALA DE PRONTIDÃO DAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA - POLO 17 – SANTA MARIA DA BOA VISTA

Cabrobó, Orocó, Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista

| DATA | DIA | LOCAL | PROMOTOR DE JUSTIÇA |
|------------|---------------|--------------------------|---|
| 01/10/2025 | quarta-feira | Santa Maria da Boa Vista | Filipe Regueira de Oliveira Lima |
| 02/10/2025 | quinta-feira | Santa Maria da Boa Vista | Filipe Regueira de Oliveira Lima |
| 03/10/2025 | sexta-feira | Santa Maria da Boa Vista | Filipe Regueira de Oliveira Lima |
| 06/10/2025 | segunda-feira | Santa Maria da Boa Vista | Juliana Falcão de Mesquita Abreu Martinez |
| 07/10/2025 | terça-feira | Santa Maria da Boa Vista | Juliana Falcão de Mesquita Abreu Martinez |



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO PERNAMBUCO
Procuradoria-Geral de Justiça

| | | | |
|------------|---------------|--------------------------|---|
| 08/10/2025 | quarta-feira | Santa Maria da Boa Vista | Juliana Falcão de Mesquita Abreu Martinez |
| 09/10/2025 | quinta-feira | Santa Maria da Boa Vista | Juliana Falcão de Mesquita Abreu Martinez |
| 10/10/2025 | sexta-feira | Santa Maria da Boa Vista | Juliana Falcão de Mesquita Abreu Martinez |
| 13/10/2025 | segunda-feira | Santa Maria da Boa Vista | Filipe Regueira de Oliveira Lima |
| 14/10/2025 | terça-feira | Santa Maria da Boa Vista | Filipe Regueira de Oliveira Lima |
| 15/10/2025 | quarta-feira | Santa Maria da Boa Vista | Filipe Regueira de Oliveira Lima |
| 16/10/2025 | quinta-feira | Santa Maria da Boa Vista | Filipe Regueira de Oliveira Lima |
| 17/10/2025 | sexta-feira | Santa Maria da Boa Vista | Filipe Regueira de Oliveira Lima |
| 20/10/2025 | segunda-feira | Santa Maria da Boa Vista | Juliana Falcão de Mesquita Abreu Martinez |
| 21/10/2025 | terça-feira | Santa Maria da Boa Vista | Juliana Falcão de Mesquita Abreu Martinez |
| 22/10/2025 | quarta-feira | Santa Maria da Boa Vista | Juliana Falcão de Mesquita Abreu Martinez |
| 23/10/2025 | quinta-feira | Santa Maria da Boa Vista | Juliana Falcão de Mesquita Abreu Martinez |
| 24/10/2025 | sexta-feira | Santa Maria da Boa Vista | Juliana Falcão de Mesquita Abreu Martinez |
| 28/10/2025 | terça-feira | Santa Maria da Boa Vista | Filipe Regueira de Oliveira Lima |
| 29/10/2025 | quarta-feira | Santa Maria da Boa Vista | Filipe Regueira de Oliveira Lima |
| 30/10/2025 | quinta-feira | Santa Maria da Boa Vista | Filipe Regueira de Oliveira Lima |
| 31/10/2025 | sexta-feira | Santa Maria da Boa Vista | Filipe Regueira de Oliveira Lima |

ESCALA DE PRONTIDÃO DAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA - POLO 18 – PETROLINA

Afrânio, Dormentes, Petrolina

| DATA | DIA | LOCAL | PROMOTOR DE JUSTIÇA |
|------------|---------------|-----------|---------------------------------|
| 01/10/2025 | quarta-feira | Petrolina | Almir Oliveira de Amorim Júnior |
| 02/10/2025 | quinta-feira | Petrolina | Almir Oliveira de Amorim Júnior |
| 03/10/2025 | sexta-feira | Petrolina | Lauriney Reis Lopes |
| 06/10/2025 | segunda-feira | Petrolina | Almir Oliveira de Amorim Júnior |
| 07/10/2025 | terça-feira | Petrolina | Almir Oliveira de Amorim Júnior |
| 08/10/2025 | quarta-feira | Petrolina | Lauriney Reis Lopes |
| 09/10/2025 | quinta-feira | Petrolina | Lauriney Reis Lopes |
| 10/10/2025 | sexta-feira | Petrolina | Almir Oliveira de Amorim Júnior |
| 13/10/2025 | segunda-feira | Petrolina | Lauriney Reis Lopes |
| 14/10/2025 | terça-feira | Petrolina | Lauriney Reis Lopes |
| 15/10/2025 | quarta-feira | Petrolina | Almir Oliveira de Amorim Júnior |
| 16/10/2025 | quinta-feira | Petrolina | Almir Oliveira de Amorim Júnior |
| 17/10/2025 | sexta-feira | Petrolina | Lauriney Reis Lopes |
| 20/10/2025 | segunda-feira | Petrolina | Almir Oliveira de Amorim Júnior |
| 21/10/2025 | terça-feira | Petrolina | Almir Oliveira de Amorim Júnior |



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO PERNAMBUCO
Procuradoria-Geral de Justiça

| | | | |
|------------|--------------|-----------|---------------------------------|
| 22/10/2025 | quarta-feira | Petrolina | Lauriney Reis Lopes |
| 23/10/2025 | quinta-feira | Petrolina | Lauriney Reis Lopes |
| 24/10/2025 | sexta-feira | Petrolina | Almir Oliveira de Amorim Júnior |
| 28/10/2025 | terça-feira | Petrolina | Lauriney Reis Lopes |
| 29/10/2025 | quarta-feira | Petrolina | Almir Oliveira de Amorim Júnior |
| 30/10/2025 | quinta-feira | Petrolina | Almir Oliveira de Amorim Júnior |
| 31/10/2025 | sexta-feira | Petrolina | Lauriney Reis Lopes |

ANEXO DA PORTARIA PGJ N.º 3.311/2025**Onde se lê:****ESCALA DE PLANTÃO DA 2ª CIRCUNSCRIÇÃO MINISTERIAL
COM SEDE EM PETROLINA**

Endereço: Av. Fernando Menezes de Góes, nº 625, Centro, Petrolina – PE Fone: 3866.6400

E-mail: plantao2a@mppe.mp.br

| DATA | DIA | HORÁRIO | LOCAL | PROMOTOR DE JUSTIÇA | PROMOTORIA DE JUSTIÇA |
|------------|--------|-----------|-----------|-------------------------|--|
| 27/09/2025 | sábado | 13 às 17h | Petrolina | Ana Paula Nunes Cardoso | 4º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania de Petrolina |

Leia-se:**ESCALA DE PLANTÃO DA 2ª CIRCUNSCRIÇÃO MINISTERIAL
COM SEDE EM PETROLINA**

Endereço: Av. Fernando Menezes de Góes, nº 625, Centro, Petrolina – PE Fone: 3866.6400

E-mail: plantao2a@mppe.mp.br

| DATA | DIA | HORÁRIO | LOCAL | PROMOTOR DE JUSTIÇA | PROMOTORIA DE JUSTIÇA |
|------------|--------|-----------|-----------|-----------------------------|--|
| 27/09/2025 | sábado | 13 às 17h | Petrolina | Bruno Pereira Bento de Lima | 1º Promotor de Justiça Criminal de Petrolina |

ANEXO AVISO nº 172/2025-CSMP**Anexo I****V.I – Instaurações de Inquéritos Cíveis, Procedimentos Administrativos e Preparatórios:**

| Nº | Arquimedes/SIM/SEI | Interessada: | Portaria de Instauração do: |
|-----------|---------------------------|----------------------------------|------------------------------------|
| 1. | 02194.000.071/2024 | 2ª PJ Cível São Lourenço da Mata | IC 02194.000.071/2024 |
| 2. | 02194.000.058/2025 | 2ª PJ Cível São Lourenço da Mata | PA 02194.000.058/2025 |
| 3. | 02746.000.214/2024 | 45ª PJDC Capital | IC 02746.000.214/2024 |
| 4. | 02246.000.103/2025 | PJ Ribeirão | PA 02246.000.103/2025 |
| 5. | 01587.000.002/2025 | PJ Mirandiba | PA 01587.000.002/2025 |
| 6. | 01734.000.075/2020 | 1ª PJ São José do Egito | PA 01734.000.075/2020 |
| 7. | 02144.000.661/2024 | 6ª PJDC Jaboatão dos Guararapes | IC 02144.000.661/2024 |
| 8. | 02443.000.091/2024 | PJ Aliança | IC 02443.000.091/2024 |
| 9. | 01711.000.201/2024 | PJ São José da Coroa Grande | PA 01711.000.201/2024 |
| 10. | 01634.000.018/2023 | PJ Aliança | IC 01634.000.018/2023 |
| 11. | 02199.000.750/2024 | 2ª PJ São Lourenço da Mata | IC 02199.000.750/2024 |
| 12. | 02052.000.091/2025 | 16ª PJDC Capital | IC 02052.000.091/2025 |
| 13. | 02052.000.078/2025 | 16ª PJDC Capital | IC 02052.000.078/2025 |
| 14. | 02052.000.073/2025 | 16ª PJDC Capital | IC 02052.000.073/2025 |
| 15. | 02052.000.080/2025 | 16ª PJDC Capital | IC 02052.000.080/2025 |
| 16. | 01877.001.300/2024 | 4ª PJDC Petrolina | IC 01877.001.300/2024 |
| 17. | 02014.000.840/2025 | 30ª PJDC Capital | PA 02014.000.840/2025 |
| 18. | 02014.000.789/2025 | 30ª PJDC Capital | PA 02014.000.789/2025 |
| 19. | 02014.000.824/2025 | 30ª PJDC Capital | PA 02014.000.824/2025 |
| 20. | 01917.000.171/2025 | 1ª PJDC Olinda | PA 01917.000.171/2025 |
| 21. | 01891.003.799/2025 | 28ª PJDC Capital | PA 01891.003.799/2025 |
| 22. | 02049.000.496/2025 | 2ª PJ Igarassu | IC 02049.000.496/2025 |
| 23. | 02272.000.198/2025 | 2ª PJ Surubim | PA 02272.000.198/2025 |
| 24. | 02141.000.232/2025 | 3ª PJDC Jaboatão dos Guararapes | PA 02141.000.232/2025 |
| 25. | 02141.000.373/2025 | 3ª PJDC Jaboatão dos Guararapes | PA 02141.000.373/2025 |
| 26. | 02053.001.627/2025 | 19ª PJDC Capital | PA 02053.001.627/2025 |

| | | | |
|-----|--------------------|----------------------------------|-----------------------|
| 27. | 02053.001.507/2025 | 19ª PJDC Capital | PA 02053.001.507/2025 |
| 28. | 02141.000.405/2025 | 3ª PJDC Jaboatão dos Guararapes | PA 02141.000.405/2025 |
| 29. | 02141.000.412/2025 | 3ª PJDC Jaboatão dos Guararapes | PA 02141.000.412/2025 |
| 30. | 02141.000.234/2025 | 3ª PJDC Jaboatão dos Guararapes | PA 02141.000.234/2025 |
| 31. | 02141.000.470/2025 | 3ª PJDC Jaboatão dos Guararapes | PA 02141.000.470/2025 |
| 32. | 02141.000.319/2025 | 3ª PJDC Jaboatão dos Guararapes | PA 02141.000.319/2025 |
| 33. | 02144.000.599/2024 | 6ª PJDC Jaboatão dos Guararapes | IC 02144.000.599/2024 |
| 34. | 02144.000.774/2024 | 6ª PJDC Jaboatão dos Guararapes | IC 02144.000.774/2024 |
| 35. | 01734.000.058/2025 | 1ª PJ São José do Egito | PA 01734.000.058/2025 |
| 36. | 02159.000.625/2025 | 3ª PJ Abreu e Lima | PA 02159.000.625/2025 |
| 37. | 01776.001.159/2024 | 32ª e 33ª PJDC Capital | IC 01776.001.159/2024 |
| 38. | 02058.000.192/2025 | 10ª PJDC Capital | PA 02058.000.192/2025 |
| 39. | 02014.001.692/2025 | 30ª PJDC Capital | PA 02014.001.692/2025 |
| 40. | 02141.000.424/2025 | 3ª PJDC Jaboatão dos Guararapes | PA 02141.000.424/2025 |
| 41. | 01625.000.007/2025 | PJ Triunfo | PA 01625.000.007/2025 |
| 42. | 02052.000.084/2025 | 16ª PJDC Capital | IC 02052.000.084/2025 |
| 43. | 02052.000.085/2025 | 16ª PJDC Capital | IC 02052.000.085/2025 |
| 44. | 02052.000.086/2025 | 16ª PJDC Capital | IC 02052.000.086/2025 |
| 45. | 01851.000.084/2024 | 4ª PJDC Petrolina | IC 01851.000.084/2024 |
| 46. | 01973.000.341/2025 | 3ª PJDC Paulista | PA 01973.000.341/2025 |
| 47. | 02782.000.467/2024 | 3ª PJ Ipojuca | IC 02782.000.467/2024 |
| 48. | 01973.000.325/2025 | 3ª PJDC Paulista | PA 01973.000.325/2025 |
| 49. | 02140.001.313/2024 | 2ª PJDC Jaboatão dos Guararapes | IC 02140.001.313/2024 |
| 50. | 01973.000.381/2025 | 3ª PJDC Paulista | PA 01973.000.381/2025 |
| 51. | 01867.000.395/2025 | 1ª PJDC Petrolina | PA 01867.000.395/2025 |
| 52. | 01973.000.334/2025 | 3ª PJDC Paulista | PA 01973.000.334/2025 |
| 53. | 02053.002.351/2025 | 16ª PJDC Capital | IC 02053.002.351/2025 |
| 54. | 01882.000.204/2025 | 5ª PJDC Caruaru | PA 01882.000.204/2025 |
| 55. | 01882.000.181/2025 | 5ª PJDC Caruaru | PA 01882.000.181/2025 |
| 56. | 02199.000.750/2024 | 2ª PJ Cível São Lourenço da Mata | IC 02199.000.750/2024 |
| 57. | 01876.000.697/2025 | 3ª PJDC Caruaru | PA 01876.000.697/2025 |
| 58. | 02272.000.242/2025 | 2ª PJ Surubim | PA 02272.000.242/2025 |

| | | | |
|-----|--------------------|--------------------------------------|-----------------------|
| 59. | 02059.000.145/2025 | 9ª PJDC Capital | PA 02059.000.145/2025 |
| 60. | 02272.000.243/2025 | 2ª PJ Surubim | PA 02272.000.243/2025 |
| 61. | 01882.000.223/2025 | 5ª PJDC Caruaru | PA 01882.000.223/2025 |
| 62. | 02098.000.069/2025 | 1ª PJ Limoeiro | IC 02098.000.069/2025 |
| 63. | 01718.000.136/2025 | PJ Tamandaré | IC 01718.000.136/2025 |
| 64. | 01879.000.113/2025 | 4ª PJDC Petrolina | IC 01879.000.113/2025 |
| 65. | 02141.000.453/2025 | 1ª PJDC Jaboatão dos Guararapes | PA 02141.000.453/2025 |
| 66. | 02141.000.473/2025 | 3ª PJDC Jaboatão dos Guararapes | PA 02141.000.473/2025 |
| 67. | 02141.000.451/2025 | 3ª PJDC Jaboatão dos Guararapes | PA 02141.000.451/2025 |
| 68. | 02141.000.442/2025 | 3ª PJDC Jaboatão dos Guararapes | PA 02141.000.442/2025 |
| 69. | 02141.000.507/2025 | 3ª PJDC Jaboatão dos Guararapes | PA 02141.000.507/2025 |
| 70. | 02141.000.499/2025 | 3ª PJDC Jaboatão dos Guararapes | PA 02141.000.499/2025 |
| 71. | 01734.000.063/2025 | 1ª PJ São José do Egito | PA 01734.000.063/2025 |
| 72. | 02052.000.087/2025 | 16ª PJDC Capital | IC 02052.000.087/2025 |
| 73. | 02052.000.099/2025 | 16ª PJDC Capital | IC 02052.000.099/2025 |
| 74. | 02052.000.089/2025 | 16ª PJDC Capital | IC 02052.000.089/2025 |
| 75. | 02052.000.098/2025 | 16ª PJDC Capital | IC 02052.000.098/2025 |
| 76. | 02240.000.045/2025 | 1ª PJ Cível Santa Cruz do Capibaribe | PA 02240.000.045/2025 |
| 77. | 02053.001.510/2025 | 19ª PJDC Capital | PA 02053.001.510/2025 |
| 78. | 02159.000.590/2025 | 3ª PJ Abreu e Lima | PA 02159.000.590/2025 |
| 79. | 01661.000.005/2023 | PJ Floresta | IC 01661.000.005/2023 |
| 80. | 01891.003.775/2025 | 22ª PJDC Capital | IC 01891.003.775/2025 |
| 81. | 01734.000.064/2025 | 1ª PJ São José do Egito | PA 01734.000.064/2025 |
| 82. | 01628.000.023/2025 | PJ Verdejante | IC 01628.000.023/2025 |
| 83. | 02009.001.086/2025 | 35ª PJDC Capital | PA 02009.001.086/2025 |
| 84. | 02236.000.034/2024 | 1ª PJ Água Preta | IC 02236.000.034/2024 |
| 85. | 01699.000.186/2023 | 1ª PJ Pesqueira | IC 01699.000.186/2023 |
| 86. | 02061.002.561/2025 | 34ª PJDC Capital | IC 02061.002.561/2025 |
| 87. | 01882.000.250/2025 | 5ª PJDC Caruaru | PA 01882.000.250/2025 |
| 88. | 01789.000.201/2025 | PJ São Bento do Una | IC 01789.000.201/2025 |
| 89. | 02272.000.226/2025 | 2ª PJ Surubim | PA 02272.000.226/2025 |
| 90. | 02014.000.843/2025 | 46ª PJDC Capital | PA 02014.000.843/2025 |
| 91. | 01657.000.044/2025 | 1ª PJ Custódia | IC 01657.000.044/2025 |
| 92. | 01776.001.223/2024 | 32ª e 33ª PJDC Capital | IC 01776.001.223/2024 |
| 93. | 02013.000.022/2025 | 46ª PJDC Capital | PA 02013.000.022/2025 |

| | | | |
|------|--------------------|------------------|-----------------------|
| 94. | 02015.000.198/2025 | 46ª PJDC Capital | PA 02015.000.198/2025 |
| 95. | 02014.000.846/2025 | 46ª PJDC Capital | PA 02014.000.846/2025 |
| 96. | 02052.000.097/2025 | 16ª PJDC Capital | IC 02052.000.097/2025 |
| 97. | 01661.000.037/2024 | PJ Floresta | PP 01661.000.037/2024 |
| 98. | 02014.000.876/2025 | 46ª PJDC Capital | PA 02014.000.876/2025 |
| 99. | 01871.000.162/2024 | 2ª PJDC Caruaru | IC 01871.000.162/2024 |
| 100. | 02014.000.867/2025 | 30ª PJDC Capital | PA 02014.000.867/2025 |
| 101. | 02061.002.561/2025 | 34ª PJDC Capital | IC 02061.002.561/2025 |
| 102. | 01871.000.230/2024 | 2ª PJDC Caruaru | IC 01871.000.230/2024 |

V.II – Conversão de PP's em IC's:

| Nº | Arquimedes/SIM/SEI | Interessada: | Comunicação de Conversão do: |
|----|--------------------|------------------|------------------------------|
| 1. | 02098.000.386/2023 | 1ª PJ Limoeiro | PP em IC |
| 2. | 02052.000.074/2025 | 16ª PJDC Capital | PP em IC |
| 3. | 02052.000.095/2025 | 16ª PJDC Capital | PP em IC |
| 4. | 02052.000.090/2025 | 16ª PJDC Capital | PP em IC |
| 5. | 02052.000.102/2025 | 16ª PJDC Capital | PP em IC |
| 6. | 02052.000.096/2025 | 16ª PJDC Capital | PP em IC |
| 7. | 01628.000.022/2025 | 16ª PJDC Capital | PP em IC |

V.III – Prorrogação de Prazo:

| Nº | Arquimedes/SIM/SEI | Interessada: | Portaria de Instauração do: |
|----|--------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| 1. | 02443.000.091/2024 | 7ª PJDC Caruaru | PA 02443.000.091/2024 |
| 2. | 01651.000.006/2020 | 1ª PJ Gravatá | IC 01651.000.006/2020 |
| 3. | 01657.000.103/2020 | 1ª PJ Custódia | IC 01657.000.103/2020 |
| 4. | 01920.000.080/2022 | 2ª PJDC Olinda | PA 01920.000.080/2022 |
| 5. | 01639.000.027/2022 | 1ª PJ Custódia | PA 01639.000.027/2022 |
| 6. | 01711.000.157/2023 | PJ São José da Coroa Grande | IC 01711.000.157/2023 |
| 7. | 01699.000.186/2023 | PJ Quipapá | IC 01699.000.186/2023 |
| 8. | 01939.000.350/2021 | 2ª PJ Salgueiro | IC 01939.000.350/2021 |
| 9. | 02236.000.071/2021 | 1ª PJ Água Preta | IC 02236.000.071/2021 |

V.IV - Termo de Ajustamento de Conduta - TAC:

| Nº | Arquimedes/SIM/SEI | Interessada: | Assunto: |
|----|--------------------|--------------|---|
| 1. | 01625.000.007/2025 | PJ Triunfo | Termo de Ajustamento de Conduta nº 002/2025 |

V.V – Recomendação:

| Nº | Arquimedes/SIM/SEI | Interessada: | Assunto: |
|----|--------------------|-------------------|---|
| 1. | 01879.000.113/2025 | 4ª PJDC Petrolina | Recomendação no SIM nº 01879.000.113/2025 |
| 2. | 01724.000.046/2025 | PJ Triunfo | Recomendação nº 02/2025 |
| 3. | 02098.000.121/2024 | 1ª PJ Limoeiro | Recomendação no SIM nº |

| | | | |
|----|--------------------|------------------|---|
| | | | 02098.000.121/2024 |
| 4. | 02012.000.611/2025 | 30ª PJDC Capital | Recomendação no SIM nº 02012.000.611/2025 |
| 5. | 02014.001.767/2021 | 30ª PJDC Capital | Recomendação no SIM nº 02014.001.767/2021 |

V.VI – Diversos:

| Nº | Arquimedes/SIIG/SIM | Interessada: | Assunto: |
|-----------|----------------------------|---------------------|--|
| 1. | 02012.000.041/2025 | 30ª PJDC Capital | Ajuizamento de Ação de Curatela sob nº 0075828-91.2025.8.17.2001 |
| 2. | 02012.000.218/2025 | 30ª PJDC Capital | Ajuizamento de Ação de Curatela sob nº 0063371-27.2025.8.17.2001 |
| 3. | 01657.000.079/2024 | 1ª PJ Custódia | Aditamento à Portaria de Instauração |